

# **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**



**Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**

# **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**

**nº 30**

Goiânia-GO  
Kelps, 2019

**Editora Kelps**

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon  
CEP 74.560-460 — Goiânia — GO  
Fone: (62) 3211-1616  
Fax: (62) 3211-1075  
E-mail: kelps@kelps.com.br  
homepage: www.kelps.com.br

**Comissão Técnica**

**Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

*Revisão*

**Victor Marques**

*Programação visual*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP  
**BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS**

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto  
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 30 (2019) – Goiânia:  
Kelps, 2019.

160 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de  
Goiás. I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

2019

---

**IHGG – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul – CEP.: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

Site: www.ihgg.org

---

**DIRETORIA DO IHGG**  
**Gestão: 2017-2021**

Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**  
1º Vice-Presidente: **Hélio Moreira**  
2ª Vice-Presidente: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**  
3º Vice-Presidente: **Bento A. A. Jayme Fleury Curado**

Secretária Geral: **Eleuzenira Maria de Menezes**  
1º Secretário: **Orlando Ferreira de Castro**  
2ª Secretária: **Jacira Rosa Pires**

Tesoureiro: **Nelson Lopes Figueiredo**  
1º Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**  
2º Tesoureiro: **Aparecida T. de Fátima Paraguassú**

1º Orador Oficial: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**  
2º Orador Oficial: **Rogério Arédio Ferreira**

1º Bibliotecário: **Francisco Itami Campos**  
2º Bibliotecário: **Iuri Rincon Godinho**

Diretoria de Museu: **Maria Terezinha Campos Santana**  
Diretoria de Arquivo: **Antônio César Caldas Pinheiro**  
Diretoria de Revista: **Lena Castello Branco F. de Freitas**  
Diretoria de Boletim: **José Ubirajara Galli**

Assessoria de História: **Juarez Costa Barbosa**  
Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**



# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

## DISCURSOS

Os 85 anos da Associação Goiana de Imprensa .....	13
<i>Nilson Jaime</i>	
Solenidade de entrega oficial dos diplomas aos concluintes dos mestrados e doutorados da PUC.....	23
<i>Wolmir Therézio Amado</i>	

## ARTIGOS

No singelo culto do lar e na igreja de barro e aroeira, a gênese de Trindade .....	35
<i>Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado</i>	
Padre Luis Palacín Gómez.....	51
<i>Antônio César Caldas Pinheiro</i>	
Magalhães Barata em Goiás (1936): resgate de um capítulo esquecido .....	56
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Ursulino Leão, o prosador goiano .....	70
<i>Coelho Vaz</i>	

Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil. E o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o construiu.....	74
<i>David Álvaro Medeiros dos Santos</i>	
A Operação Dom Bosco.....	81
<i>Jarbas Silva Marques</i>	
Mestra Ricarda e sua missão de educar .....	93
<i>Pedro Nolasco de Araújo</i>	
Perfis femininos em Vila Boa de Goiás .....	101
<i>Lena Castello Branco</i>	
Criador do Exército Brasileiro era goiano de Jaraguá .....	119
<i>Maria Helena de Amorim Romacheli</i>	

## **CRÔNICAS**

O adeus a Pedro Ludovico.....	127
<i>Hélio Rocha</i>	
Martiniano se defronta com os coronéis do Judiciário .....	129
<i>Licínio Barbosa</i>	
Capela de São José, Paróquia da Conceição em Campinas .....	132
<i>Rafael Moreira da Silva</i>	
Doutor Netto.....	137
<i>José Mendonça Teles</i>	

<b>ATIVIDADES DO IHGG .....</b>	<b>139</b>
---------------------------------	------------

<b>SÓCIOS DO IHGG.....</b>	<b>145</b>
----------------------------	------------

<b>GALERIA DE FOTOS .....</b>	<b>153</b>
-------------------------------	------------

# APRESENTAÇÃO

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas\**

É com um sentimento de vitória que, atendendo ao convite do ilustre Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Dr. Geraldo Coelho Vaz, redijo a Apresentação que abre o número 30 desta Revista.

Motivos há, e muitos, que justificam o regozijo. Sendo o primeiro deles, o fato de chegarmos a tanto: desde 1972, uma sequência de três dezenas de Revistas do IHGG, publicadas segundo as circunstâncias e possibilidades do momento, contendo estudos relevantes para o conhecimento da história, da geografia e da cultura de Goiás.

Ressalte-se que nas gestões da atual Diretoria (de 2013 à atualidade) foram editados 7 números, ou seja, a média de uma Revista por ano. O ideal seria que o fossem por semestre, mas haveremos de chegar lá - sempre garantindo a excelência do material publicado.

Os *Discursos* que abrem o presente número, de autoria do historiador e genealogista, Nilson Jaime, e do Reitor da PUC/Go, Wolmir Therezio Amado, remetem a sessões memoráveis: respectivamente, a celebração dos 85 anos de fundação da Associação Goiana de Imprensa; e a entrega dos diplomas de Mestrados e Doutorados da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no corrente ano de 2019.

Seguem-se *Artigos* em que se desenvolvem temas diversos: os sócios titulares Bento de Araújo Jaime Fleury Curado debruça-se sobre a gênese da cidade e da romaria de Trindade; Jales

---

\* Sócia Emérita do IHGG – Diretora da Revista

Guedes Coelho Mendonça escreve sobre Magalhães Barata em Goiás; Pedro Nolasco de Araújo enfoca Mestra Ricarda e sua missão de educar; Lena Castello Branco bosqueja perfis femininos em Vila Boa de Goiás.

São bem-vindos os colaboradores David Álvaro Medeiros dos Santos e Jarbas Silva Marques, que escrevem sobre fatos e conceitos pertinentes ao ex-presidente e ex-senador Juscelino Kubitschek de Oliveira e Brasília, com destaque para o “sonho de Dom Bosco”. Já a historiadora Maria Helena de Amorim Romacheli dirime controvérsias sobre a naturalidade do General Joaquim Xavier Curado, jaraguaense e fundador do exército brasileiro com texto “Criador do Exército Brasileiro era Goiano de Jaraguá”.

De cunho biográfico, incluem-se estudos dos sócios titulares, confrades Geraldo Coelho Vaz e Antônio César Caldas Pinheiro: o primeiro sobre o escritor e poeta, Ursulino Tavares Leão; o segundo, sobre o professor e historiador Luiz Palacín Gómez – ambos de saudosa memória.

Seguem-se *Crônicas* sobre temas atuais e rememorativos dos sócios titulares Hélio Rocha, Licínio Leal Barbosa e José Mendonça Teles. Fecha a Revista a evocação da primeira Paróquia de Campinas, a Capela de São José, lembrada pelo escritor e memorialista Rafael Moreira da Silva.

Boa leitura!

# DISCURSOS



# Os 85 anos da Associação Goiana de Imprensa<sup>1</sup>

Nilson Jaime\*

## Ricas Infâncias Pobres

Na década de 1970, em Palmeiras de Goiás (antiga Alemanha), entre os oito e os treze anos, um garoto vivia com os braços tintos de preto. Olhando os membros franzinos do menino, dava para ver nitidamente as veias marcadas pela tinta quase fresca do jornal do dia. Até hoje consigo sentir o aroma de papel que recendia dos diários a pesar nos lados do jornaleiro; e ouvir o tilintar das moedas que ele depositava em uma capanga de tecido dependurada ao pescoço, a fim de não perder o suado dinheiro.

De terça a domingo, a partir das onze e meia – quando chegava o ônibus da Viação Paraúna, ou do Expresso Maia –, o jornaleiro e seus dois irmãos saíam pelas ruas de cascalho ou paralelepípedo da pacata cidade, a vender os jornais que por ali circulavam: *Folha de Goyaz* e o *Correio Braziliense*. Tempos depois, o *Diário da Manhã*.

Os meninos jornaleiros tinham que convencer os fregueses a comprar os jornais, para não haver encalhe. Doutra sorte, no

---

\* Nilson Jaime, cadeira nº 6 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), é doutor em Agronomia (IHGG).

1 Discurso proferido em nome dos 71 homenageados, durante a Sessão Magna de reconhecimento da Associação Goiana de Imprensa – AGI –, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, dia 10/09/2019.

outro dia estaria embrulhando banana no Mercadinho do Noé, ou carne, no Açougue de Fernando Fernandes. O concorrente, ‘Wilson da Torrefação de Café’, apenas entregava *O Popular*, previamente vendido para assinantes. Uma tarefa bem menos exaustiva e de retorno certo.

Os garotos passavam pelas mesmas ruas onde, na última década do século XIX, ainda na Vila de Alemão, os irmãos Honestino Guimarães e Benedito Monteiro Guimarães – naturais de Curalinho – editaram o *Monitor do Sul* e *A Verdade*, jornais dos primórdios da imprensa goiana, sabe-se lá por que razão naqueles fins de mundo da próspera família Coimbra.

Por aquelas ruas enlameadas, deixaram seus rastros também, no segundo e terceiro quartos do Século XX, alguns expoentes da imprensa goiana, como Gercino Monteiro Guimarães (filho de Benedito e um dos Fundadores da Academia Goiana de Letras), Jarbas Jayme, José Luiz Bitencourt e Modesto Gomes, todos eles futuros assentantes da Casa de Colemar Natal e Silva.

Igualmente pisaram os mesmos paralelepípedos, os desembargadores Floriano Gomes e Hamilton de Barros Velasco; os procuradores Aristides Junqueira e Mauro de Freitas Corrêa; e o advogado Elísio de Assis Costa, notáveis colaboradores de jornais da época.

A redenção acontecia às segundas feiras: naquele dia o semanário *Cinco de Março* reinava absoluto e não tinha concorrentes. Os demais jornais não circulavam e, todos, até os leitores de *O Popular*, queriam ler o contundente editorial de Batista Custódio; os casos assombrosos de Jávier Godinho; as matérias políticas de Eliézer Penna e Valterli Guedes; as páginas “se torcer sai sangue” da crônica policial e, claro, o *Café de Esquina*, de Phaulo Gonçalves e seus irreverentes chargistas.

No afã de vender os jornais, o jornaleiro tornou-se perito em lê-los enquanto andava, a fim de se inteirar das notícias e

convencer os fregueses a comprá-los. Durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, por exemplo, oferecia uma notícia ao ‘Sírio da Casa Jordânia’ – pró-árabes, evidentemente – e a mesma manchete, sob outra ótica, e com outros argumentos, ao ‘Odilon da Máquina de Arroz’, evangélico e favorável aos israelenses. Vendia, a ambos, a sua visão pré-adolescente.

*Na quarta parte nova / os campos ara. / E se mais mundo houvera / lá chegara.* Esse dístico estampado ao lado do título do Correio Braziliense – excerto camoniano dos Lusíadas – lido tantas vezes e mal compreendido pelo menino de dez anos, era o mantra que o embalava sob o sol causticante a lhe queimar a testa. Dias felizes, em que selecionou e colecionou mais de seis mil páginas dos jornais goianos, referentes a assuntos díspares, sobre história, filosofia, cinema, arte, música e literatura.

Ilustríssimo jornalista Valterli Guedes, presidente da AGI:

O que o menino jornaleiro não sabia, é que as letras impressas em preto traziam em suas serifas o tinto do sangue de tantos jornalistas torturados nos porões do regime.

Que para cada palavra composta em tipos móveis, ou em linotipo, havia dezenas de outras que não foram escritas, fruto do arbítrio e dos ditames de um regime antidemocrático.

Havia também as palavras impostas, à força, sob coação. Era o tempo da liberdade consentida, da imprensa possível, do jornalismo das frestas.

Foi contra todos esses desmandos que se insurgiu a Associação Goiana de Imprensa, AGI, em diversas épocas.

O menino não se dava conta também, de que todo dia vendia o sonho de Hipólito José da Costa, criador do *Correio Braziliense*; de Batista Custódio, fundador do semanário *Cinco*

de Março e do *Diário da Manhã*; e de Herbert de Moraes Ribeiro, cujo nascente *Jornal Opção* o menino jornalista chegou a vender em suas primícias, no ano de 1975. Assim como seu concorrente vendia o sonho de Joaquim Câmara Filho e a persistência do jornalista Jaime Câmara, criadores e mantenedores de *O Popular*.

Os garotos jornalheiros eram o último elo entre o jornalista que escrevia, o empresário que editava e o leitor que recebia o jornal diariamente. Uma epopeia que se iniciava no dia anterior, com a reunião de pauta nas redações e que se encerrava com o jornal entregue pelo garoto do jornal. Entre o fato acontecido e a correta informação do leitor, estava a Associação Goiana de Imprensa “*em defesa da liberdade de opinião, informação e de expressão, fundamento da sociedade democrática*”, segundo palavras do atual presidente da AGI, jornalista Valterli Guedes.

Senhor deputado Virmondes Cruvinel:

A imprensa goiana teve início com o sonho e a tenacidade de dois visionários meiapontenses.

Em 1829, o então Presidente da Província de Goiás, marechal Miguel Lino de Moraes, encaminhou ofício ao Governo Imperial solicitando a instalação de uma tipografia em Vila Boa, capital da província.

À negativa imperial, o comandante-geral do Julgado de Meia-Ponte, comendador Joaquim Alves de Oliveira, resolveu adquirir, às próprias expensas, e instalar, em Meia-Ponte, a Tipografia D'Oliveira, que veio do Rio de Janeiro aos Pireneus em carros de boi e lombo de burro.

Na cabalística data de 5 de março de 1830, nascia o primeiro jornal goiano e do Centro Oeste, denominado *Matutina*

*Meyapontense*. Era seu editor o Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury – meu trisavô paterno – alcunhado “O Pacificador do Norte”, e que viria a ser presidente desta Província de 1837 a 1839.

O jornal, de ideário iluminista, publicava os atos oficiais dos governos de Goiás e Mato Grosso, e chegou a circular três vezes por semana (às terças, quintas e sábados), sendo vendido em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

Nos dois dísticos, apostos em seu cabeçalho, a partir de 1831, os ideais democráticos e iluministas da *Matutina Meiapontense*: “Os reis só são legítimos quando governam pela constituição” e; “O direito de resistência é um direito público de todo povo livre”.

Deixando de circular em 1834, suas oficinas passaram a publicar, três anos depois, o *Correio Oficial*.

## A criação da AGI

Doutor Jales Guedes Coelho Mendonça, historiador e representante do Ministério Público do Estado de Goiás:

Passados 100 anos do surgimento da imprensa em Goiás, criados e extintos dezenas de jornais (que fogem ao escopo do presente pronunciamento) e passadas as oligarquias dos Bulhões, de Xavier de Almeida e Caiado-Jardim, criaram-se as condições para o surgimento da Associação Goiana de Imprensa, a homenagem desta noite.

Acontecida a revolução de 1930 e criada a nova capital, paradoxalmente, foi do bojo da família dos “decaídos de 30” – como eram designados os destituídos do regime que governou Goiás de 1912 até 1930 – que surgiu a Associação Goiana de Imprensa.

Uso texto do escritor Bento Fleury – confrade do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, um dos homenageados nesta oportunidade, e que não está presente por força maior – publicado

no jornal digital da Federação Nacional da Imprensa – para relatar o evento da criação da AGI<sup>2</sup>:

*[...] às 18 horas do dia 10 de setembro de 1934, por idealismo de um jovem advogado e jornalista vilaboense, Albatênio Caiado de Godoy (1893-1973), à época com 41 anos de idade, foi fundada a Associação Goiana de Imprensa -AGI, cuja primeira reunião ocorreu no salão da então Faculdade de Direito da Cidade de Goiás, com a presença de ilustres pessoas da sociedade local.*

*Albatênio, ao lado de seu irmão, Claro Godoy (1896-1986), era redator do inflamado jornal oposicionista ‘Voz do Povo’, que fazia severas críticas ao ‘O Democrata’, por ironia, gerenciado pelo senador Antônio “Totó” Ramos Caiado, parente de ambos. Eram da mesma família, mas com visões políticas distintas [...].*

E continua o doutor em Literatura e em Geografia Bento Fleury:

*Desta reunião participaram: o notável professor Venerando de Freitas Borges (1907-1994), na ocasião, representando os diretores do jornal ‘O Social’; Vasco dos Reis Gonçalves (1901-1954) e Zoroastro Artiaga (1891-1972); Inácio Xavier da Silva representando o jornal ‘O Comércio’; Jaime Câmara (1909-1989) e Mário Mendes, pelo jornal ‘Correio Oficial’; Alfredo Nasser (1905-1965), do jornal ‘A Coligação’; Benjamim Vieira, do jornal ‘A Verdade’; Abdala Samahá, em nome do jornal ‘Antenas’; Goyaz do Couto, pelo jornal ‘O Combate’; e Octávio Artiaga em nome de ‘O Lyceu’. Representavam agências de publicidade os jornalistas*

---

<sup>2</sup> CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. Os 80 anos da Associação Goiana de Imprensa. Disponível em <https://fenai.org.br/os-80-anos-da-associacao-goiana-de-imprensa/>. Acessado em 09/09/2019.

*João Monteiro e Agnello Arlington Fleury Curado (1891-1966). [...].*

*A sessão de fundação da Associação Goiana de Imprensa foi presidida por Albatênio Caiado de Godoy que explicou os motivos da mesma e elegeu uma diretoria provisória [...]. Em 28 de novembro de 1934, nova reunião para aprovação dos estatutos, eleição da primeira diretoria da instituição e filiação de jornalistas do interior do Estado.*

*Foi eleita a primeira diretoria efetiva da AGI: Albatênio Caiado de Godoy (Presidente); Mario Mendes (Vice-presidente); Alfredo Nasser (Orador); Jaime Câmara (Secretário geral); Abdala Samahá (Secretário); Agnello Arlington Fleury Curado (Tesoureiro). Comissão de Publicidade (João Monteiro, Zoroastro Artiaga e Inácio Xavier da Silva); Comissão de Sindicância (Benjamim da Luz Vieira, Venerando de Freitas Borges e João Monteiro); Comissão de Beneficência (Vasco dos Reis Gonçalves, Ignácio Xavier da Silva e Octávio Artiaga).*

*Às 20 horas do dia 3 de dezembro de 1934 era instalada, solenemente, a AGI, nos salões da Faculdade de Direito da Cidade de Goyaz.*

*[...]*

*A Associação Goiana de Imprensa funcionou por quase três anos na Cidade de Goyaz. Em 1937, a capital do Estado foi definitivamente transferida para Goiânia, e, com ela, todos os interesses e olhares, atuações e instituições. [...]*

*Por esse motivo, em 17 de julho de 1937, foi a AGI transferida para Goiânia; ainda sob a direção de Albatênio Caiado de Godoy, cuja gestão se prolongou até 1941.*

Nesses 85 anos em defesa da Sociedade de Direito e do direito à informação, foram presidentes da AGI: Albatênio Caiado de Godoy (1934-1941); Joaquim Câmara Filho (1941-1943); Maximiano

da Mata Teixeira (1943-1945) Ignácio Xavier da Silva (1945-1947); Hélio Lobo (1948-1951); Geraldo Vale (1951-1953; 1955-1957; 1961-1963); Oscar Sabino Junior (1953-1955; 1959-1961); Eliézer José Penna (1957-1958; 2007-2010); Wagner Tavares de Goes (1963-1965); Walter Menezes (1965-1967; 1998-2001; 2001-2004; 2004-2007); Batista Custódio dos Santos (1967-1969) – nos duros anos de chumbo; Alírio Afonso de Oliveira (1969-1971; 1977-1979; 1979-1981); Lourival Batista Pereira (1971-1973); Willian da Silva Guimarães (1973-1975); Henrique Duarte Ferreira (1975-1977); Lorimá Dionísio Gualberto (1982-1985); Jales Rodrigues Naves (1985-1988; 1988-1990); Antonio Ramos Lessa (1991-1994); Waldemar Gomes de Melo (1994-1997); Yúri Rincón Godinho (vice-presidente, assumiu interinamente em 2018) e Valterli Leite Guedes (2010-2013; 2013-2016; 2016 até a atualidade).

Ao longo de sua história, inúmeras vezes, a Associação Goiana de Imprensa se posicionou firmemente ante a violência contra jornais e jornalistas, como por ocasião do assassinato de Haroldo Gurgel, em 8 de agosto de 1953; ou contra o assassinato do radialista Valério Luiz, em tempos recentes.

Conta o jornalista Jávier Godinho ao repórter Marcos Nunes Carreiro do *Jornal Opção*:

*“Após o atentado, os irmãos Vaz foram levados ao hospital e o corpo de [Haroldo] Gurgel foi carregado pela multidão até a sede da Associação Goiana de Imprensa (AGI) e depois levado em passeata até à Praça Cívica, onde encontraram o Palácio das Esmeraldas cercado pela Polícia” (Carreiro, 2013).*

Em tempos passados eram comuns os “empastelamentos” dos jornais, razão pela qual muitos deles se refugiavam no interior do estado, em busca de proteção.

Mais recentemente, a asfixia financeira de jornais e rádios, e a pressão pela demissão de jornalistas por parte de potentados políticos, tornaram-se uma preocupação para o livre exercício do jornalismo.

Como dito, a AGI mantém-se alerta contra todo tipo de força contrária à liberdade de expressão, de comunicação e de informação.

Senhor Presidente deputado Lissauer Vieira:

Neste dia 10 de setembro de 2019: quando a AGI completa exatos 85 anos, e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás homenageia esta notável Associação do Estado Democrático de Direito, seus vinte ex-presidentes e o atual presidente Valterli Guedes; quando laureia personalidades goianas que se destacam nas letras, no jornalismo, na comunicação, no magistério, na publicidade, enfim, na cultura goiana; dá mostras, esta vetusta Casa de Leis, através de seus deputados, e mais especificamente do deputado Virmondes Cruvinel, que reconhece os valores capitais que norteiam a liberdade de expressão e de comunicação.

O deputado Virmondes Cruvinel, linhagem de duas das mais distintas personalidades políticas goianas do último século, deixa patente que apreendeu a seus pais, Virmondes e Rose Cruvinel, os mais insignes exemplos de democracia e de valorização da liberdade de expressão e do jornalismo livre.

Em nome de todos os homenageados e de suas famílias; e das diversas entidades culturais goianas aqui representadas, protestamos nossa satisfação e a honra de receber essa láurea.

Ao deputado Virmondes Cruvinel; aos nobres deputados que votaram por unanimidade a propositura da homenagem; e à mesa diretora desta Casa, na pessoa de seu presidente

Lissauer Vieira, o nosso muito obrigado, em nome de todos os homenageados.

Os ideais de liberdade do “menino jornalista de Palmeiras” continuam intocados, assim como dos jornalistas e comunicadores aqui homenageados e dos criadores dos jornais, muitos deles ainda no dia-a-dia das redações.

Viva a Liberdade de opinião, de expressão e de informação!

Viva a Associação Goiana de Imprensa!

Muito Obrigado!

# Solenidade de entrega oficial dos diplomas aos concluintes dos mestrados e doutorados da PUC

*Wolmir Therézio Amado\**

1. Ao longo dos anos, sempre que presido ou assisto a solenidades de entrega de diplomas e certificados - às crianças na Educação Básica, aos concluintes de um curso superior ou aos que fizeram o mestrado ou doutorado -, parece-me escutar, outra vez, de Jesus a parábola da colheita (Mc 4, 26-34). Nela, a semente é lançada e acolhida pela terra, germina, cresce silenciosamente; depois, chegam os frutos. Quando amadurecem, então, é chegada a hora da colheita.

## **O tempo da colheita chegou**

2. Outra parábola remete ao semeador, que lança a semente sobre diversos tipos de terrenos, alguns áridos e sem resultado, outros fecundos e que produzem muito (Mt 13, 1-9). Outra, ainda, que fala dos trabalhadores que esperavam na praça para que, em qualquer tempo e horário, fossem convidados para trabalhar no plantio da vinha e na colheita da uva (Mt 20, 1-16). E, finalmente, a parábola sobre o joio e o trigo (Mt 13, 24-30), ou sobre quando se planta o bem e

---

\* Wolmir Therezio Amado, Reitor da PUC, Goiás, e Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira nº 13.

quando se planta o mal. Ambas as sementes germinam e, depois, crescem juntas, até a colheita final, quando os frutos são separados e apenas os bons permanecem.

### **A parábola que escrevi**

3. Essas parábolas se misturam, em minha memória afetiva. Desde a minha infância, aprendi a trabalhar com a terra. O que ela produziu ajudava a completar a renda de um pequeno comércio da família e a sustentar a boca de sete irmãos. Ensinaaram-me a cavar a terra, a lançar a semente, a regá-la com água, a distinguir o que foi plantado daquilo que vicejou como erva daninha no meio da plantação, a ter paciência com a germinação, com o crescimento da planta, com o amadurecimento dos frutos e, enfim, a colher no tempo certo. Tudo isso era experimentado ora sob um sol causticante, ora sob o açoite de um vento frio cortante. Nem o sono, nem o cansaço, nem a desmotivação deveriam impedir a constância no trabalho. Depois, vinha a alegria ao ver as grandes espigas douradas do milho, o perfume das maçãs, a beleza dos cachos de uva e as verduras de toda espécie. Sustentado nessa parábola existencial, eu e minha família nos sustentamos e crescemos na vida.

### **Quando a vida se transforma em lição...**

4. Hoje, o diploma do mestrado ou doutorado concluído também pode merecer a narrativa de uma parábola. De algum modo, parece-nos estar diante de uma colheita. Lá atrás teve um começo semelhante a uma semente, uma longa pesquisa que exigiu trabalho e esforço, uma dedicação perseverante e paciente, uma identificação dos erros

e dos acertos, um enfrentamento das dificuldades e das inesperadas adversidades, umas lágrimas para regar os sonhos e, finalmente, um estudo amadurecido que, após a rigorosa avaliação de muitos, foi constatado que está bom e aprovado. Mas com a recomendação de melhorar sempre mais!

### **Investigadores da verdade**

5. Cada um escreve a sua história, a sua parábola. A narrativa será convincente somente se nascer das entranhas da terra, do coração da verdade, do trabalho autêntico do semeador. Mestres e doutores não se improvisam. Precisam ser tecidos numa teia forte e consistente, capaz de enfrentar a fúria dos problemas e a contundência dos desafios da humanidade. Mestres e doutores têm seu pensamento alicerçado na verdade, conduzidos pelo itinerário de um método que os permitiu acessá-la e, depois, proclamá-la numa dissertação ou numa tese.

### **Veritas, in scientia et fide**

6. No ano em que celebramos o Jubileu de Diamante da PUC, revisitamos com um olhar especial os símbolos institucionais e o significado que mora neles. Nas origens de nossa Universidade, os pioneiros imediatamente buscaram conceber uma insígnia que expressasse a identidade e a concepção da Instituição. Assim, foi desenhado o brasão, com um desenho que se manteve ao longo das décadas. No coração desse emblema, há um livro que serve como suporte, onde foi gravada a palavra *Veritas*. Na cártula, lê-se *in scientia et fide*. Verdade em ciência e fé.

## **Uma era da pós-verdade?**

7. Diz-se que vivemos uma era da pós-verdade, da razão instrumental e utilitarista, do relativismo onde “cada um tem a sua verdade”, da adequação política às verdades inconvenientes. A falta da verdade não é apenas uma imposição do império da mentira, pois, quando se distingue o que é falso é porque se tem a referência do que é verdadeiro. Mais grave que isso, uma civilização da pós-verdade é como um barco à deriva em alto mar, sem bússola e sem direção, flutuando numa cultura líquida, onde tudo o que é sólido se desmanchou. Ora, flutuar na vida sem metas de travessia e sem um porto seguro a se almejar, torna a existência suspenso no nada, vazia de sentido e assinalada pelo absurdo.

### **Entre o nada e o ser: a encruzilhada da cultura pós-moderna**

8. Esse niilismo radical, que aniquila valores e convicções, foi esboçado timidamente ao longo da história do pensamento humano. Mas, desde os pré-socráticos, nas origens da filosofia, foi rechaçado com contundência. Aquela crença sofisticada acerca da impossibilidade da verdade levou os sofistas a formularem um conhecimento ao sabor da conveniência, que agradava, atraía, empolgava e servia de entretenimento. Mas não era um saber verdadeiro; era apenas uma erudição abstrata, um conjunto de falácias com aparência de silogismos, um show de palavras bonitas. Quem as proferia, não eram aqueles que tinham “amor à sabedoria” (philosophia); eram apenas showmen, que vendiam ideias sem o compromisso com a verdade. Durante milênios, o pensamento humano enfrentou e aniquilou as pseudoteorias porque elas não tiveram o alicerce sólido da verdade.

9. Todas as universidades têm na verdade o fundamento seguro para a construção do conhecimento. Elas buscam a verdade, investigam a sua manifestação, desenvolvem métodos para estudá-la, formam sucessivas gerações sob esse princípio. Também as ciências – e, ainda, as artes, a filosofia, a literatura, a fé e as demais manifestações do espírito humano –, buscam efetivar a verdade.

### **Método: itinerário para a verdade**

10. Na aurora da modernidade, Descartes propôs um método para a investigação da verdade, pela atitude de duvidar daquilo que parece ser evidência e pela disposição de suspender temporariamente o juízo pessoal sobre o que se acha ser certo ou errado. A passagem da *doxa* (opinião) para a *episteme* (o conhecimento verdadeiro) sempre exige uma árdua jornada de trabalho para aqueles que se dedicam à investigação científica. Karl Popper, ao formular a lógica da pesquisa científica, propunha, dentre outros, dois critérios emblemáticos para detectar a veracidade de uma descoberta: a verificabilidade, onde era preciso conferir todos os componentes de uma conclusão científica; e a falsificabilidade, onde se deveria evidenciar erros e probabilidades de ineficácia em qualquer teoria ou invento científico.

### **Ruptura epistemológica e avanço da ciência**

11. Gaston Bachelard, também, foi um dos mais importantes filósofos que pensou a ciência como pensamento verdadeiro. Recordemos, dentre outros conceitos, aquele da *fronteira epistemológica*, que define uma disciplina regional de saber e o objeto que constitui cada ciência; e o conceito de *ruptura*

*epistemológica* (hoje, muito usado com a expressão de inovação disruptiva), onde se busca romper com a continuidade progressiva de um saber e se repropõe inventivamente outro caminho e outra lógica para as novas descobertas.

### **A universidade e a sua busca da verdade**

12. Esse modesto e apressado voo panorâmico sobre a filosofia das ciências somente deseja que façamos uma segunda flexão (re-flexão) sobre o exaustivo objeto de pesquisa a que nos dedicamos, durante muitos anos. A busca e a efetivação da verdade é o que se busca realizar numa dissertação, numa tese e, ainda mais, na longa jornada milenar das comunidades científicas, constituídas pelas universidades. A vida universitária é, sobretudo, “a ardente procura da verdade e a sua transmissão abnegada aos jovens e a todos aqueles que aprendem a raciocinar com rigor, para agir com retidão e para servir melhor a sociedade humana”<sup>1</sup>

### **A verdade gera diálogo**

13. Os fanatismos e os fundamentalismos – mesmo quando revestidos de linguagem científica, esportiva ou religiosa -, em nada expressam a busca e o compromisso com a verdade. São apenas ideologias, fechadas em si mesmas, que se autoproclamam detentoras da verdade absoluta, sem a necessidade de mediações e de interlocutores. Ao contrário disto, como destacou o papa Bento XVI, “a verdade é ‘logos’ que cria ‘diálogos’ e, conseqüentemente, comunicação e comunhão”<sup>2</sup>

---

1 *Ex corde ecclesiae*, n.2. Constituição apostólica de 15/05/1990.

2 *Caritas in veritate*, n. 4. Essa consideração foi reiterada pelo papa Francisco, na constituição apostólica *Veritatis gaudium*, n. 4.b

## Verdade, na ciência e na fé

14. A Universidade Católica, sem desconsiderar as exigências da racionalidade científica, “distingue-se pela sua livre pesquisa de toda a verdade acerca da natureza, do homem e de Deus”.<sup>3</sup> Ela busca a “verdade toda”, a verdade aberta para todas as possibilidades e dimensões da vida, a verdade última que confere sabedoria à Inteligência e sentido à vida. Ela reconhece que “a fé e a razão (fides et ratio) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva à contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de o conhecer a ele, para que, conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio”.<sup>4</sup>

### Não esconder as “verdades incômodas”

15. Na busca pela verdade plena, a pesquisa científica precisa incluir também o estudo sobre os problemas que mais angustiam o nosso tempo. E suas conclusões poderão contrariar o senso comum, as tradições enrijecidas, os pensamentos fechados em guetos, as políticas estabelecidas, os lucros econômicos consolidados. Nem sempre será fácil comunicar à humanidade sobre o crescente aquecimento global, sobre buracos na camada de ozônio, sobre os riscos dos combustíveis fósseis, sobre a circunferência da terra. Com sinceridade, humildade e firmeza, “quando for necessário, a Universidade Católica deverá ter a coragem de proclamar verdades incômodas, verdades que não lisonjeiam a

---

3 *Ex corde ecclesiae*, n 4.

4 *Fides et ratio*, sobre as relações entre a fé e a razão. Saudação inicial do papa João Paulo II, na abertura da encíclica.

opinião pública, mas que, no entanto, são necessárias para salvaguardar o autêntico bem da sociedade”<sup>5</sup>

### **A importância dos mestrados e doutorados**

16. Programas de pós-graduação *stricto sensu* – mestrados e doutorados -, são lugares por excelência para a capacitação, a pesquisa e a construção da verdade. São raros aqueles que chegam a esse nível de conhecimento. E isso é ainda mais acentuado pelas assimetrias regionais do Brasil, para o desenvolvimento da ciência. Nosso desenvolvimento econômico somente será pujante se sua produção somar valor agregado de ciência e tecnologia. Nosso país terá melhores indicadores de desenvolvimento humano quando seu povo alcançar mais anos de escolaridade e melhor desempenho de aprendizagem. Portanto, essa solenidade de entrega oficial de diplomas aos concluintes dos mestrados e doutorados da PUC também tem um alcance cívico e social, pois, colabora com a afirmação da soberania da nação e com a cidadania plena.
  
17. Por ocasião do Jubileu de Diamante de nossa Universidade, também temos muito a comemorar pelo árduo trabalho e pelas importantes realizações nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da PUC Goiás. Nossos mestrados e doutorados já têm o total de 3.360 defesas de teses ou dissertações e, atualmente, há 570 mestrandos ou doutorandos matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, além de 27 fazendo o pós-doutorado na PUC Goiás.<sup>6</sup>

---

5 *Ex corde ecclesiae*, n. 32.

6 Na PUC Goiás, em 2019, são 405 matriculados nos mestrados e 165 nos doutorados. Há 27 com estágio pós-doutoral em andamento e 36 com o estágio pós-doutoral concluído. E, desde a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na PUC Goiás, ocorreu o total de 3.079 defesas de dissertações nos mestrados e 281 defesas de teses nos doutorados.

18. “É uma honra e uma responsabilidade da Universidade Católica [afirmava o papa João Paulo II] consagrar-se sem reservas à causa da verdade”.<sup>7</sup> O Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC expressa, em números, a honra e a responsabilidade que temos na Pontifícia Universidade Católica de Goiás para com a pesquisa e a investigação da verdade. Nesse ano de 2019, inscreveram-se 15.730 congressistas participantes e ocorreram durante o Congresso 1.689 trabalhos científicos.<sup>8</sup> Parabéns a todos os realizadores e participantes dessa grandiosa iniciativa. Ela revela, sobretudo, a íntegra consagração à causa da verdade!

Queridos novos mestres e doutores, foi uma honra tê-los como partícipes da história da PUC Goiás. A grandiosa celebração do Jubileu de Diamante de nossa querida Universidade foi coroada pela realização de seus estudos, de sua pesquisa e de sua vida. Parabéns!

Goiânia, 21 de novembro de 2019

---

<sup>7</sup> *Ex corde ecclesiae*, n. 4.

<sup>8</sup> Durante o Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás, foram apresentados 480 trabalhos de Iniciação Científica; 37 trabalhos na Mostra de Extensão; 44 atividades na Jornada Científica da Escola de Ciências Farmacêuticas, Médicas e Biomédicas; 331 Trabalhos de Conclusão de Curso; 11 trabalhos das Ligas Acadêmicas; 82 posters sobre temas livres de Bioética; 136 trabalhos sobre Bioética, com apresentação oral; 568 trabalhos apresentados, com temas livres.



# ARTIGOS



## No singelo culto do lar e na igrejinha de barro e aroeira, a gênese de Trindade

*Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado\**



Antigo Largo da matriz onde tudo começou

Sob a égide da Geografia, o lugar tem especial referência. Nele se concentram forças contrastantes, imagens, ícones representativos de uma época. Assim é o lar de Constantino Xavier e também a Igreja do Divino Pai Eterno de Trindade, que um dia foi apenas uma bucólica capela perdida no sertão de Goiás. Igrejinha do coração do Brasil, do coração dos brasileiros.

---

\* Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira nº 27.

Levantada do barro goiano, no Barro Preto da Santíssima Trindade de Goyaz. Igreja lírica e carregada de essências, trescalando infinitas emoções que o tempo não apaga. No sentimento do Pai estão abrigadas as dores e inquietações de gerações numa centenária caminhada. Nela, vemos que “somos povo de Deus caminhando”.

Esse caminhar do povo abriu diferentes rotas geográficas no sertão de Goiás em tempos de outrora.

Seguimos na marcha interminável das gerações que pisaram o cansaço desse chão. Num terço imaginário evocamos a imagem da igrejainha brejeira, nascida da fé do culto doméstico, de gente de pé no chão ou de botina ringideira, de gente de mãos calosas e almas de sol. Romaria sertaneja e cabocla do coração do Brasil, romaria da gente da terra, da roça, da poeira de todos os caminhos, como incenso vermelho elevado a Deus.

Assim se constituiu Trindade!

Igreja do Divino Pai Eterno de Trindade! Ícone maior da fé no Brasil Central, no Brasil inteiro, na religiosidade que integra todos os homens num elo com Deus. Levantada em distante era, 1912, nasceste para agasalhar tantas súplicas, tantas dores, alegrias, dissabores, mágoas que o tempo sepultou para a eternidade. Casamentos, batizados, crismas, missas de corpo presente. Infinitas manifestações do homem a Deus e das bênçãos derramadas do berço ao túmulo, ali aconteceram nesses mais de cem anos!

Igrejinha de barro e de madeira lavrada, de duras aroeiras retiradas em santa lua que te levantaram em dias distantes para se tornar símbolo de eterno encantamento! Casa do Pai Eterno, casa dos trindadenses, abrigo dos romeiros, das andorinhas vagabundas e passeadeiras, das rolinhas fogo-pagô no telhado e nas torres, vigilantes de todos os momentos; andorinhas donas do tempo, pousando e modificando o relógio da torre.

Igreja romanesca, de assoalho resistente e largos portais e janelas descomunais, abertas ao infinito. Que exemplo bonito lega ao futuro, nas inquietações de gerações vindouras. Quanto sentimento ali abriga, no ofertório das vidas a serviço de Deus.

No homem, reside a perquirição. Em Deus está a conformação. Na imagem de suas torres, de suas janelas, de seu telhado, o sentido exato da vida. Vida que deve se consagrar a Deus, que nada é sem a presença do Pai. Meca sertaneja e cabocla do coração do Brasil, amparo dos oprimidos!

Pés e almas cansadas te buscam, te encontram. Orientam-se pela bússola da fé. Gente castigada pelas injustiças do mundo, gente em paz, gente que agradece; gente que padece. Em cada prece elevada a Deus, um sentido do existir.

Igrejinha que é razão de viver, de sonhar, presente no imaginário e no coração de tanta gente. Por tantos lugares do mundo a centenária ermida está centrada no coração daqueles que esperam em Deus! Imagem do Pai nesse mundo de contradições e desacertos; és, igrejinha, um relicário querido dos tempos de Goyaz!

Igreja de terra socada e de adobe, em paredões que agasalham gerações. Em cada canto do velho templo, chora uma saudade. Na paisagem pretérita, marcada pela existência da própria igreja com sua construção barroca, evoca os tempos do passado, o tempo esquecido que a própria paisagem retém na memória coletiva e também individual. É a Geografia inexistente no aspecto físico, mas presente no limite entre a lembrança e a recordação.

E a velha igreja centenária enche-se de luz e de paz. Comunicam-se em sentidos e significados os tantos seres que ela abriga. A igreja se enche para mais uma celebração. A vida em suas instâncias tantas, em tantas dimensões do ontem e do hoje, é celebrada.

Pelos meandros da Geografia poética, ou geopoética, como se define, será possível compreender a vastidão do sentido ideológico da igreja do Divino Pai Eterno de Trindade, no âmbito da Geografia e da História do Estado de Goiás. A mesma se constitui em ícone no mapeamento religioso que engendrou uma compreensão de espaço e território nas terras do Anhanguera.

Justamente essa fé, nascida na Igreja centenária é que ainda consegue manter viva a identidade trindadense, mesmo estando a cidade de Trindade na região metropolitana da Grande Goiânia, como tantas outras: bem Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Guapó, Goianira e Bonfinópolis. O território da fé se destaca como um ideário de pertencimento.

O Arraial de Barro Preto da Santíssima Trindade de Goyaz, poético recanto dos sertões goianos, era, em 1912, um distrito de Campininha das Flores, hoje bairro de Goiânia. As datas emblemáticas de sua origem são desconhecidas, já que se baseiam em informações orais.

Dois anos antes, 1910, o padre Antão Jorge Heckemleikner aumentou o número de missas e solenidades na igreja do Barro Preto. Solicitou ajuda para reconstrução do Santuário e o início das obras foi em 1911, ficando pronta em 1912, quando foi rezada missa solene que teve como cantora Maria Augusta de Mello.

Padre Antão Jorge, Redentorista alemão, teve participação decisiva na história trindadense ao levar adiante, a partir de 1910, os trabalhos de reconstrução da Matriz de Trindade, na época, já pequena para o número sempre crescente de fiéis. Foi ele quem comandou os trabalhos, a organização dos acervos territoriais da igreja naquela época, principalmente com a venda de terrenos que não eram utilizados.

Nesses documentos se comprovam as lutas do padre Antão Jorge para angariar fundos para a construção da Igreja Matriz como se vê até os dias atuais, nossa jóia barroca maior.

Padre Antônio Jorge, um nome que fica na história.

Após sua inauguração, houve crescente ampliação de eventos como no ano seguinte, 1913, a introdução de uso de fogos de artifício durante os festejos da Romaria, o que deixava estupefatos os romeiros do interior que não conheciam essas modernidades de então. Com o início da Primeira Guerra Mundial e o sentimento antigermânico, foi nomeado o padre brasileiro Francisco Braz Alves para Vigário, para se evitar empecilhos ou contendas.

Em 15 de janeiro de 1913 foi fundada em Trindade a “Congregação da Doutrina Cristã”, que prestou grandes serviços à causa religiosa e assistencial no Distrito. Também nesse mesmo ano foi registrada, pela primeira vez, a festa em louvor a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, “a madona dos Redentoristas”, com grande participação popular.

No ano de 1915 tiveram início as solenidades da Semana Santa. Bellarmina Magalhães Ottoni, Martinha Cavalcanti e Floripes Borges de Carvalho foram as primeiras a organizarem os eventos dessa piedosa devoção, quando se comprou na Casa Sucena de São Paulo, as imagens de Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores para a Procissão do Encontro e Procissão do Senhor Morto.

Enriquecendo o cenário, a Matriz ganhou iluminação com gás acetileno que era conhecido como “luz-luar”, retirando-se as antigas candeias de azeite, lamparinas e velas de sebo que empestevam o ambiente. Nesse mesmo ano, o Apostolado da Oração tem início com a inscrição de 361 associados.

No ano de 1918 foi realizada pela primeira vez a festa do Sagrado Coração de Jesus em Trindade, que teve vida efêmera. Nesse mesmo ano, segundo relatos, os Redentoristas criaram uma Banda de Música para Trindade que também não foi adiante. O meio e as problemáticas políticas tornavam adversa qualquer tentativa de progresso

1920 foi um ano de muitas realizações para Barro Preto, com a emancipação política em 16 de julho, passando a denominar-se Trindade; a iluminação elétrica da igreja com um gerador próprio, mais tarde contratado da Usina de Gabriel Alves de Carvalho, pioneira da cidade; a publicação e distribuição da *Polyantheia Redentorista*, sem dados históricos; a instalação de um telefone na Igreja, o primeiro da cidade, que se comunicava com o Seminário em Campinas. Sobre esse fato, o escritor Antonio José de Moura em seu livro *Sete léguas de paraíso* satiriza a ignorância dos roceiros que criam que os padres, naquele aparelho esquisito, falavam com o céu.

Em Trindade, por volta de 1920, para organização e acomodação do número crescente de ex-votos, foi criada na Matriz a Sala dos Milagres, graças à organização do Padre Antão Jorge. Esta é, até hoje, no Santuário Basílica, um diferente museu de antiguidades, depositária de relíquias e objetos dos mais variados: cadeiras de roda, amuletos, estátuas, peças, roupas, uniformes militares, flores artificiais, quadros, figuras moldadas em ceras, tranças, gessos, troféus, fotografia, partes de animais empalhados, e outras representações do milagre do Divino Pai Eterno.

No dia 02 de janeiro de 1921, segundo os registros de Campinas, chegou a Trindade, enviado pelo Padre João Baptista, o irmão André, que fez a pintura do Santuário de Trindade, segundo a planta de F. Max Schmalz, residente em Gars Am Inn, na Baviera. O relógio de torre da Igreja de Trindade, instalado pelo irmão André, foi encomendado na “Casa Manderbach” de Munique, Baviera, loja de fama mundial. A encomenda chegou a Trindade no ano de 1921.

Neste mesmo ano a Igreja recebeu novos bancos. A pintura, com a via-sacra viria a ser novamente reformada em 1951 pelo artista plástico Sebastião Prattes de Oliveira. Somente em 1992 a via-sacra seria novamente repintada e acrescida de novos motivos, pelo artista plástico João Pereira, hoje retirados.

Em junho de 1922 foi feita uma concessão especial, com a permissão de Roma para que os Redentoristas pudessem usar batina branca em virtude do excessivo calor tropical, fato que somente se concretizou, devido restrições, na década de 1950.

A Conferência de São Francisco de Paulo foi fundada em Trindade por ocasião da pregação de missões populares em 26 de fevereiro de 1922, em que havia vinte confrades que atendiam a doze famílias, segundo o jornal *Sanctuário de Trindade*, de 30 de dezembro de 1922. Sua primeira festa foi registrada no dia 30 de junho de 1922. A conferência desapareceu por uns tempos e foi restaurada em 1936.

Em 1928 foi criada a Paróquia independente de Trindade, segundo o livro de Tombo de Campinas, página 23, nº 05, mas pela carência de sacerdotes, o fato somente se consolidou 20 anos depois, em 1948, com construção do convento, sendo o padre Arthur Bonotti o primeiro superior e vigário da Paróquia de Trindade, subordinada diretamente ao então vice-provincialado de Aparecida, no Estado de São Paulo.

Em 1923, Dom Emanuel Gomes de Oliveira assumiu como Bispo de Goiás e modificou o teor do contrato com os Redentoristas no ano seguinte, em 05 de dezembro de 1924 em que os mesmos passaram à condição de assalariados e com subordinação administrativa à mitra diocesana.

Ainda no ano de 1923 foi registrada pela primeira vez em Trindade a festa de São Geraldo Magella com grande concorrência de fiéis. Também, em 18 de outubro de 1923 foi instalada a Associação das Filhas de Maria, que muito fez pela área assistencial da cidade. Nesse mesmo ano, também, foi feita uma das primeiras projeções cinematográficas no Largo da Matriz, ao ar livre, o que tornou-se sucesso absoluto.

Em 27 de Maio de 1947 foi instalado um serviço de autofalantes na Praça da Matriz de Trindade com amplificadora e

emissora local, serviços requeridos pelo Padre Pelágio Sauter; desde então começaram os anúncios fúnebres até hoje existentes.

Em 19 de fevereiro de 1946, foi o Pe. Alexandre Miné transferido para Trindade a fim de providenciar o início da construção do Santuário Novo do Divino Pai Eterno no outeiro da Cruz das Almas, cuja pedra fundamental foi lançada em 1943.

Desde o lançamento da pedra fundamental, a modificação do seu projeto inicial, os primeiros alicerces, as primeiras paredes, o telhado, a remodelação externa foram gastos mais de meio século. Somente a partir dos anos de 1980 que o Santuário passou a ser visto em sua grandeza

Até o ano de 1948, a imagem do Divino Pai Eterno não havia saído de Trindade. Porém, para a realização do Congresso Eucarístico de Goiânia, que aconteceu de 03 a 06 de junho de 1948, o povo realizou uma memorável solenidade, levando a imagem do Pai Eterno numa grande procissão de Trindade para Goiânia, onde foi festivamente recebida com manifestações de fé e hinos. O hino do Congresso Eucarístico daquele ano foi composto pelo dedicado professor José Lopes Rodrigues.

A imagem do Divino saiu de Trindade novamente no ano de 1966, para peregrinações pelo interior goiano, e em 1992, quando foi restaurada na Cidade de Goiás por uma descendente de Veiga Valle.

No ano de 1950, tiveram início em Trindade as apresentações e exibições do “Cine Santo Afonso” dos Padres Redentoristas, que funcionou até o ano de 1953 com caráter didático e de cunho cívico/religioso. Em 16 de janeiro de 1955 foi benzedo oficialmente o pavilhão de Trindade, confeccionado por iniciativa do Padre João Cardoso de Souza.

A festividade inicial de São João foi oficialmente iniciada em Trindade no ano de 1955 e em 29 de novembro de 1956, o

programa “A Voz do Santuário” na pioneira Rádio Clube de Goiânia; tinha caráter religioso e eclesial, cessando suas apresentações em 1957. Somente em 1963, com a inauguração da Rádio Difusora de Goiânia foram intensificados os programas religiosos em Goiás, que ocorrem até os dias atuais.

Em 13 de Novembro de 1957, Dom Fernando Gomes dos Santos veio a Trindade para o estudo do problema da construção do Santuário Novo do Divino Pai Eterno, nomeando o Engenheiro Dr. Marinoni para dirigir a construção. Somente em 1961 o Padre Renato Posseti passou a dirigir pessoalmente a obra. Pouco depois dessa época, em plena campanha eleitoral, JK visitou Trindade.

O registro pioneiro sobre a música trindadense partiu de Oscar Leal em seu precioso documentário *Viagens às terras goyanas*, em 1890. Nele, indignado, narra que na Igreja, como instrumento musical, havia um realejo, prova máxima de pobreza, pois nas outras cidades, vira órgãos, harmônios, cítaras, pianos. Em Trindade contudo, um vilarejo simples, mas sempre cheio de gente, havia dentro da igreja, um profano realejo! Pouco depois desse período, chegaria à vila o músico José Vicente da Costa Campos, de Corumbá de Goiás, seguido de José Ferreira de Araújo (Mestre Zé do Ó), mineiro, antigo músico da Banda Euterpe de Pirenópolis (criada em 1868 pelo Maestro Silvino Odorico de Siqueira e seus filhos) que veio residir no Barro Preto a partir de 1895. Em 1900, criou sua agremiação musical para atendimento das festividades de Barro Preto e Campininha das Flores, principalmente as religiosas.

Sua Banda sobreviveu por longos anos, sendo que registra o saudoso historiador Braz Wilson Pompêo de Pina Filho, em 1933, na primeira missa de Goiânia essa referida banda executou o Hino Nacional Brasileiro, na fundação da então mais jovem capital brasileira, nascida em Campinas, inóspito cerrado.

Destaque, também, devemos conferir aos músicos Joaquim Santana Marques, da Cidade de Goiás e Baltazar de Freitas, de Jaraguá, que, com suas bandas, foram os primeiros a alegrarem os festejos da Romaria do Divino Pai Eterno, nos anos 1910 e 1920 do século passado. Já nos anos 1930, com os chamados “*Jazz-bands*” merece destaque a atuação em Trindade de Edilberto Santana e Max Mellazo (de Santana das Antas, hoje Anápolis), nos bailes despreocupados de então.

Outro pioneiro da música em Trindade foi o abnegado Padre Pelágio Sauter que ministrava aulas de harmônio aos jovens da época, formando dezenas de cantoras líricas como Isaura e Hozana Braz, Natalina Neves, Maria Augusta Gonçalves e Elza de Freitas.

Nos anos 1930, em Trindade, surgiu a Banda do Mestre Araújo, sob a coordenação do Maestro José Ferreira de Araújo, da Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Goyaz, que ministrava aula de música para seus alunos, formando gerações seguidas de bons músicos trindadenses.

Mestre Araújo era ainda responsável pelas famosas retretas do velho coreto do Largo da Matriz, das dolentes músicas que alegravam o *footing* dos namorados e os sonhos acalentados que se perderam no tempo ante o inexorável nunca mais. Todos vivenciados à sombra do ícone maior, a Matriz.

O primeiro piano de Trindade pertenceu a Davina Nascimento Vasconcelos, que era Professora no Grupo Escolar João Pessoa. O segundo pertenceu a Cecília dos Santos Almeida, também professora do referido Grupo Escolar.

Maria Augusta da Cruz foi a primeira cantora da igreja do Divino Pai Eterno de Trindade em 1912; aquela que cantou na missa de inauguração. Professora, catequista, esposa e mãe devotada, ela nasceu na Cidade de Goiás em 03 de maio de 1888 e

faleceu em Trindade em 08 de agosto de 1989, aos 101 anos de idade. Iniciou seu trabalho educacional no ano de 1917 em sala de aula doada pelos Padres Redentoristas. Lecionou por mais de 30 anos e fez todo o censo escolar do Barro Preto e região nos idos de 1917, o primeiro no gênero, viajando a cavalo léguas e léguas de distância

Maria Aurora da Conceição Arantes foi outra devotada cantora da Igreja do Divino Pai Eterno de Trindade a partir de 1917. Ela nasceu em 1898 e faleceu em 1926, de complicações de parto. Foi mãe do desembargador Lúcio Batista Arantes (1918-2010) e do teatrólogo Otavinho Arantes (1922-1991). De voz suave e elegante, traduzia a beleza ao Criador nas missas de domingo. Foi também professora do Grupo Escolar João Pessoa de Trindade.

Izaura e Hozana Braz, filhas do famoso e reconhecido Coronel João Braz, residentes no Beco dos Aflitos, famosas modistas e moças de fino trato, foram também cantoras da Igreja do Divino Pai Eterno, nos anos de 1920, seguidas de Ereny Fonseca de Araújo (1913- 1996) que foi a Verônica nas memoráveis missas durante os eventos da Semana Santa em Trindade nos anos de 1930.

Mais tarde, esta mocinha, que era agente dos Correios e Telégrafos da cidade, tornou-se professora, escritora e pianista e casou-se com Almir Turisco de Araújo, que ocupou além de outros cargos, o governo do Estado de Goiás. Eram auxiliares do coro da igreja as admiráveis professoras Davina Nascimento Vasconcelos, Dalva Damar de Oliveira Moura, Laurinda Seixo de Britto de Oliveira Moura, Cecília dos Santos Almeida, Ubaldina dos Santos Almeida, Ana Gonçalves Cordeiro (Neném Cordeiro), Nenzica do Dito Pureza, Luís Martins Costa, Joanita Castro Costa, Antonia do Chico Borges, Alexandrina Batista Ribeiro.

A partir dos anos de 1940, passou a assumir os cânticos da igreja a senhora Petrina Lima das Neves (1913-2000), que residia

no Largo da Matriz, casada com o comerciante Tertuliano das Neves. Mesmo ocupada com os afazeres domésticos e a criação dos cinco filhos, dedicou tempo à igreja do Divino Pai Eterno com seu arrojo e dinamismo, auxiliando na beleza dos ofícios religiosos.

Outro nome inesquecível foi Elza de Freitas (1931-1995) formada em música e canto pela Universidade Federal de Goiás. Ela foi, por décadas, o ícone da música trindadense, cantando em cerimônias e em casamentos na Matriz de Trindade. Pesquisadora, professora de piano, professora estadual, dedicou seu tempo à cultura e à arte. Publicou artigos na *Revista do Instituto de Artes da UFG* no disco *Música do Povo de Goiás*, editado em 1979, pelo governo Ary Valadão, pesquisou sobre a “Encomendação das almas em Trindade”. Era membro da Academia Trindadense de Letras.

Em plena era dos festivais surgiu em Trindade o FEPCANTRI (Festival Popular da Canção Trindadense) sob a coordenação de Luiz Carlos Ribeiro, Juvenal Mâncio de Mello, Célio Gabriel de Carvalho, Célio Gomes da Silva, Pedro Alves de Moraes e José de Carvalho que, anteriormente, em 1970, fizeram realizar um festival semelhante para a mostragem dos talentos musicais da cidade.

Em 1976 aconteceu o FIT (Festival de Intérpretes Trindadenses) no antigo Clube Social de Trindade criado pelos então jovens Adevaire e Alair de Paula e que durou vários anos. Nas animações e festas cívicas e religiosas foram famosas as bandas Os Bárbaros, Os Diagonais, Embalo Sete, que foram sucesso e embalaram sonhos de gerações seguidas.

Merece destaque a atuação de cantores como Francisco de Assis, Roberto Junior, Onofre, Valdemar Barbosa, Jair Borges de Mendonça e principalmente Walter José (Waltinho) que se imortalizou com seu excepcional sucesso “Romaria”, que lançou num *long-play* com capa de Omar Souto e direção técnica de Dejury de

Britto. Essa música é quase um hino que nos remete à lembrança do romeiro eterno da Trindade.

Também o Padre João Cardoso de Souza merece destaque especial, em razão de ser o autor do Hino de Trindade e devotado à causa musical. Ele nasceu em Anicuns, em 1918, e faleceu em Brasília em 1968. Foi vigário de Trindade e um dos mais valorosos pioneiros de nossa educação. Escreveu diversos artigos para a *Revista da Arquidiocese de Goiânia* e foi homenageado como nome da Biblioteca Municipal de Trindade, nome de rua e Patrono da Academia Trindadense de Letras.

O início da imprensa religiosa em Trindade aconteceu na década de 1920 quando começou a circular em 01 de julho de 1922 o jornal *Sanctuário de Trindade*, de caráter quinzenal e religioso e que tinha por redatores os Padres Redentoristas do Santuário de Campinas.

Esse jornal tinha temática exclusivamente católica e se destinava a divulgar os acontecimentos religiosos de Trindade e Campinas. Esse veículo de comunicação circulou até 1930 e, mais de setenta anos depois, voltou a circular.

Somente em 1956 apareceu outro jornal de temática religiosa: *a Folha Paroquial Santuário de Trindade*, que circulou de agosto de 1956 a dezembro de 1958, dirigido pelos Padres Redentoristas de Trindade, em especial o Padre João Cardoso de Souza, grande pesquisador do passado.

Nesse mesmo ano passou a circular o pequeno jornal *A Clarinada*, boletim mensal da Biblioteca *Veritati* do Ginásio Divino Pai Eterno, dirigido pelo Padre João Cardoso de Souza, tinha exclusiva temática social e cultural dos membros do Clube dos Estudantes Trindadenses, que marcou época em nossa cidade.

O jornal *Vida Nova* surgiu em Trindade no ano de 1976 e trazia exclusiva temática religiosa. Já nos primórdios da década

de 1980 surgiu em Trindade o jornal *Integração Jovem* que circulou de 1981 a 1982, como parte divulgadora da “Comunidade Domingo Jovem”, sendo redigido por Juracy Marques da Silva e com ilustração de Dario Alves da Silva.

No tocante à participação do carro de boi na Romaria do Divino Pai Eterno do Arraial do Barro Preto da Santíssima Trindade de Goyaz, não existe fonte exata de seu início, pois, ao certo, não se sabe a data exata do início da Romaria.

Sabe-se que esta fomentou em meio à gente simples do sertão goiano, a utilização do carro de boi para suas diversas atividades e, certamente, para as viagens como a que se destinava aos festejos religiosos e profanos da Romaria. Com muita perspicácia, escreveu Wilson Cavalcanti Nogueira sobre o carro de boi, relatando a importância histórica desse transporte em seu magistral livro *Mestre carreiro*.

Sobre a participação dele na Romaria do Divino, encontramos em escritos de Augusta de Faro Fleury Curado, Edmundo Pinheiro de Abreu e José Xavier de Almeida informações valiosas e descritivas da Trindade de antanho, assim como nas memórias do grande goiano Licardino de Oliveira Ney, primeiro e único prefeito de Campininha das Flores.

Também aparece o carro de boi em extensa literatura telúrica de Goiás nas produções magistras de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, Carmo Bernardes, Bariani Ortêncio, Hugo de Carvalho Ramos, João Accyolli, Pedro Gomes, além de muitos outros.

Tornou-se tradição, então, a presença do carro de boi na Romaria do Divino Pai Eterno, resgatando nossas legítimas tradições. Mesmo depois do aparecimento do automóvel nas plagas goianas, a partir de 1918, a Romaria do Divino continuou a única a ter, ainda, o legado do carro de boi nas ruas de sua cidade,

numa época em que já imperava a transformação impulsionada pelo progresso.

Foi no final dos anos de 1980 que Benigno José Monteiro (Didi) e Pedro Alves de Moraes (Pedrão), iniciaram a Romaria dos carros de boi na gestão do então prefeito municipal Roberto Monteiro de Lima. A eles, Trindade muito deve nesse sentido.

Irmanados pelo espírito cristão, os carreiros continuam mantendo acesa a chama da fé e da tradição; enfrentando toda sorte de intempéries, dificuldades, cruzam os sertões dos goyazes, buscando a luz bendita que irradia do Divino Pai Eterno, protetor da gente sertaneja.

Trindade, *locus* da romaria cabocla, Meca sertaneja do coração do Brasil!

E os mendigos? São históricos, vêm dos tempos imemoriais. De onde surgiram? Todo ano, há mais de 150 anos, a cidade de Trindade se enche deles pelas ruas, vielas, becos, avenidas e principalmente na porta da Matriz, local onde os romeiros se aglomeram e onde há doação mais fácil, por meio da piedade dos fiéis.

Muitos são doentes, hansenianos, com enfermidades graves e expostas à poeira e ao tempo, na proliferação de pessoas, feridas mostradas em várias partes do corpo. Desde os mais antigos escritos sobre a Romaria de Trindade os penitentes são descritos, são analisados e discutidos, mas sempre permanecem também.

O padre Pelágio Sauter já fazia desde os anos de 1920 a distribuição de esmolas aos mendigos, nesse mister auxiliado por Avelino de Almeida e Silva, comerciante. A aglomeração exagerada na porta da igreja sempre causou problemas diversos. Somente no final da década de 1970, no governo de Ary Valadão foi criado o Centro de Apoio ao romeiro, no Bairro Santuário, onde hoje se encontra o Corpo de Bombeiros. Muitos, porém, não gostavam do local e novamente estavam na porta da igreja. Também havia

muitos cegos com suas sanfonas, cantando. Hoje não estão muito presentes. Há muitos que são usuários de entorpecentes, principalmente o crack.

As manifestações de fé vivenciadas na histórica e secular Matriz do Divino Pai Eterno de Trindade constituem uma tradição singela, evocativa e singular dentro da história goiana e brasileira. São homens e mulheres, na esteira do tempo, tocados pelo amor do Pai, na busca do conforto para os males do corpo e do espírito, confiantes na significação da imagem abençoada.

Enfrentando as intempéries do tempo e do meio, saem de suas casas, num ritual sagrado de fé, de carro de boi, de caminhão, a pé, de ônibus, em carros luxuosos, em automóveis simples, a cavalo, nos paus de arara, de bicicleta, para louvar ao Pai Eterno da Trindade. Cumprem um sacrifício pelo amor e pela devoção.

Com uma fé viva e cheia de esperança, revivem o amor do Pai, esperam as graças do céu e reconstroem, nas barracas e nos quintais, os exemplos de suas vidas. Irmanados pela oração, consagram suas vidas ao Criador, na esperança do mistério que nos evoca a Santíssima Trindade.

E se entregam a Deus, nas suas orações, nos seus rituais, nas suas crenças. Deixam o exemplo de humildade e de busca que norteia toda a atmosfera de luz e de prece que paira sobre Trindade. Na Romaria cabocla do coração do Brasil, uma lição de amor permanece: daquele que, indo embora, despede-se do Pai Eterno, com o pensamento em voltar na outra Romaria, para celebrar a alegria de viver.

Igreja Matriz do Divino Pai Eterno de Trindade, ícone maior de todos os goianos, esperança e símbolo de paz dos que esperam em Deus. Ela é o prolongamento do culto doméstico do lar de Constantino Xavier, uma simples olaria.

A Trindade querida nasceu de uma família!

Viva Trindade!

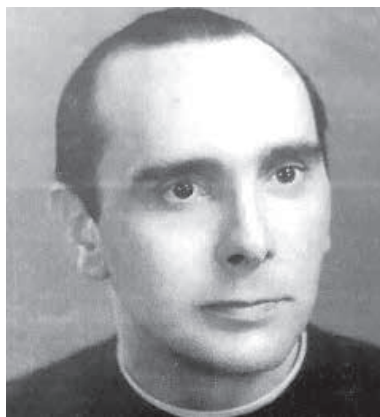
## Padre Luis Palacín Gómez

*Antônio César Caldas Pinheiro\**

Padre Luis Palacín Gómez, filho de Agustín Palacín Poveda e Adelina Gómez, nasceu em Valladolid, Espanha, em 21 de junho de 1927. Sentindo-se chamado à vida religiosa, entrou para a Companhia de Jesus, em Salamanca, no dia 20 de setembro de 1944. Em Salamanca, passou os primeiros anos da formação jesuítica, transferindo-se, em 1948, para Comillas, diplomando-se em Filosofia, em 1951.

De 1951 a 1954, realizou o curso de licenciatura em História, nos municípios de Salamanca e Santiago de Compostela, época em que passou a exercer o magistério. Data dessa época o seu amor pela História.

De volta a Comillas, cursou Teologia, de 1954 a 1958, e após criterioso discernimento, foi ordenado sacerdote pelo Núncio Apostólico da Espanha, Dom Ildebrando Antoniutti, no dia 15 de julho de 1957.



Padre Luis Palacín Gómez

---

\* Sócio Titular do IHGG, Cadeira nº 41, membro da Academia Goiana de Letras e Diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás.

Em 1958, padre Luis Palacín embarcou para o Brasil, onde realizou, em 1959, a Terceira Provação na Fazenda Três Poços, no Rio de Janeiro, concluindo as etapas de sua formação na Companhia de Jesus. No Brasil, passou a integrar a Vice-Província Goiano-Mineira dos Jesuítas, e iniciou, em 1960, seu trabalho na Universidade Católica de Goiás, hoje PUC Goiás, então dirigida pelos jesuítas.

Para continuar seus estudos, regressou à Espanha, em 1965, com o fito de cursar o doutorado. Doutorou-se em História, em 1967, pela Universidade Complutense de Madri e, logo em seguida, retornou para seu campo de trabalho na Universidade Católica de Goiás, ministrando aulas também na Universidade Federal e, esporadicamente, em outras instituições, como na Unisinos, no Rio Grande do Sul.

Sacerdote dedicado, prestou relevantes serviços ao Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Goiânia. Atendeu diversas comunidades, muitas na periferia de Goiânia, solidarizando-se com o povo sofrido, socorrendo e minorando seus sofrimentos. Pesquisador arguto, não interrompeu suas atividades, mesmo após se aposentar, aproveitando seu tempo para atender e prestar sua colaboração a trabalhos diversos, pesquisas e bancas examinadoras em diferentes universidades brasileiras.

As pesquisas e estudos do Padre Palacín consolidaram um projeto científico para a produção historiográfica de Goiás. A historiadora Maria Augusta Sant'Ana de Moraes afirmou ser o Padre Palacín o “pai da historiografia científica goiana”, no que é secundada por diversos historiadores goianos como Lena Castello Branco Ferreira Freitas, Gilka Vasconcelos Salles, Noé Sandes, Paulo Bertran, Nasr Chaul e muitos outros. Para o Professor Wolmir Amado, que teve o Padre Palacín como orientador em seu mestrado, a pesquisa historiográfica do Padre Palacín “demarca as

origens de um novo fazer histórico em Goiás. Traz consigo diversas fases epistemológicas, metodologias novas, chaves hermenêuticas e conceitos que suscitam novas óticas e enfoques. Por isso, sem o risco da precipitação, serenamente se pode dizer que o Pe. Palacín demarca um antes e um depois no modo de produzir as narrativas históricas, em Goiás”.

Como resultado de suas investigações e estudos, deixou publicados os seguintes livros:

- (1972) *Goiás 1722/1822. Estrutura e conjuntura numa capitania de minas.*
- (1977) *História de Goiás* (parceria com Maria Augusta de Sant’Ana Moraes).
- (1978) *Do Sempre e do Instante* (poemas).
- (1978) *A Fundação de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás.*
- (1981) *Sociedade Colonial, 1549 a 1599.*
- (1982) *Patrimônio Histórico de Goiás* (em parceria com Ana Maria Borges).
- (1982) *Santos do Atual Calendário Litúrgico.*
- (1983) *Subversão e corrupção. Um estudo da administração pombalina em Goiás.*
- (1986) *Vieira e a Visão Trágica do Barroco.*
- (1986) *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás.*
- (1990) *Coronelismo no extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista.*
- (1994) *História Política de Catalão* (em parceria com Nasr Chaul e Juarez Barbosa).
- (1995). *História de Goiás em Documentos* (em parceria com Ledonias Franco Garcia e Janaína Amado).
- (1998) *Vieira - Entre o Reino Imperfeito e o Reino Consumado.*

Poeta sensível, Padre Palacín era versado em sonetos. Seus versos, quase sempre sobre a transcendência da vida, são um convite à vida interior e à busca da Verdade. São primorosos seus sonetos inspirados nas bem-aventuranças.

Padre Palacín pertenceu aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, instituição da qual é patrono da Cadeira 13, hoje ocupada pelo Professor Wolmir Amado, e foi conselheiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, da PUC Goiás. Era exímio pescador e amante da prática do tênis e do jogo de xadrez, tendo vencido diversos concursos no Brasil e no exterior.

Simples, humilde mesmo, nada tinha de seu. Pobre, seguiu o Divino Mestre na escola de Santo Inácio, entregando-se totalmente, corpo, mente e vontade, a serviço do Reino. Sempre tranquilo e afável, escutava todos e conversava sem elevar a voz, sempre prestativo, com olhar sereno e penetrante.

Adoecendo, foi diagnosticado com um sério problema de saúde, cujo processo não poderia mais ser revertido. Centrando-se em sua fé, com calma e desprendimento, não deixou se abater e permaneceu firme. Buscou os recursos que poderiam auxiliá-lo e deu fiel testemunho, sofrendo estoicamente, sem desviar o olhar d'Aquele que o encantara desde a sua juventude e cuja ressurreição alicerçava sua inquebrantável fé.

No final do mês de janeiro de 1998, seguiu para Itaiçi, para a casa dos Jesuítas, onde tomou parte no retiro espiritual com seus coirmãos. Após a celebração da Páscoa, fortalecido pela certeza da ressurreição, retornou para Goiânia. Aqui, junto à sua comunidade, aos amigos de pescaria, professores, pesquisadores, fiéis das diversas comunidades onde trabalhou como capelão, pároco e vigário cooperador, na Arquidiocese de Goiânia, onde realizou e se realizou em sua vocação missionária, deveria “combater

o bom combate, terminar a carreira e guardar a fé!” (2Tm 4,7).

Padre Luis Palacín Gómez adormeceu no Senhor, no dia 28 de abril de 1998, aos 70 anos de idade e 53 na Companhia de Jesus. A noite já caíra sobre Goiânia e para o Padre Palacín, a luz do eterno dia se fizera realidade na presença luminosa do Senhor.

A Igreja Arquidiocesana, os filhos de Santo Inácio e a comunidade acadêmica, pesarosos, choraram o passamento do virtuoso e dedicado sacerdote, do confrade zeloso e afável, do insigne historiador e professor emérito. Porém, conformados e confortados pela certeza transcendental da existência, expressaram ao Pai Eterno a gratidão imensa pela vida tão profícua do Padre Luis Palacín Gomez, homem de Deus, missionário devotado e sempre disponível para o serviço do Reino, goiano de coração!

## REFERÊNCIAS

AMADO, Wolmir Therézio. **Discurso de Posse como Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. IN Revista do IHGG, n. 27/2016, Goiânia: Kelps, 2016.

D’ELBOUX, Paulo (padre). Necrológio do Padre Luis Palacín. IN **Notícias**. Província Brasil Centro Oeste, n. 301, maio de 1998.

NUNES, Heliane Prudente & GARCIA, Ledonias Franco. (2010). **Padre Luís Palacín Gomez** (1928 -1998). *História Revista*, 4(1). Disponível em <https://doi.org/10.5216/hr.v4i1.10602>. Acesso 12, out. 2019.

SILVA, Rogério Chaves. (2013). **Padre Luís Palacin e a Ciência da História em Goiás**. *Revista De História da UEG*, 2(1), 223-235. Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1485>. Acesso em 10, out. 2019.

## Magalhães Barata em Goiás (1936): resgate de um capítulo esquecido<sup>1</sup>

*Jales Guedes Coelho Mendonça\**

Belém (PA), 04 de abril de 1935. A Assembleia Constituinte do Pará prepara-se para escolher, por eleição indireta, o novo governador. Como em outros estados, a conversão do interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1930-1935), mais conhecido como Magalhães Barata, em governador constitucional parece favas contadas, uma vez que, dos 30 deputados estaduais, o governista Partido Liberal possui 21 enquanto a oposicionista Frente Única nove.

Inesperadamente, contudo, sete parlamentares do Partido Liberal abrem dissidência, passando a apoiar a candidatura de Mário Chermont. Esse novo bloco majoritário de 16 deputados, receosos de eventuais violências, recolhem-se ao quartel do Exército e impetram *habeas corpus* preventivo no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) paraense, que é concedido.<sup>2</sup> No momento em que eles se dirigiam ao edifício da Assembleia Legislativa, devidamente escoltados por integrantes das forças federais, eclode um intenso tiroteio com os correligionários de Magalhães Barata, acarretando a morte de dois populares.

---

\* Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Promotor de Justiça e Doutor em História pela UFG.

1 Fragmento de um estudo de pós-doutorado, ora suspenso, sobre a crise política de 1936 em Goiás.

2 A narrativa segue a mesma adotada pelo TSE. Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935, p. 935-936.

Antecipando-se à derrota, partidários do interventor realizam uma sessão legislativa com 13 deputados diplomados e mais três suplentes convocados – sob a justificativa de ausência dos demais parlamentares – e elegem Barata. Este, imediatamente, comunica a diversas autoridades do país sua assunção ao posto de governador constitucional do Pará.

Provocado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), sediado no Rio de Janeiro, examina a causa e rechaça o simulacro de eleição realizado, por dois motivos: a) ausência da maioria absoluta de 16 deputados “diplomados”; e b) entendimento de que “somente no caso de morte, renúncia ou perda de mandato decretada pelo Tribunal Superior, seria lícito à Assembleia Legislativa convocar o suplente respectivo.”<sup>3</sup> Por fim, o tribunal requisita ao presidente da República a decretação da intervenção federal no Pará. No mesmo dia, Getúlio Vargas nomeia interventor o major Roberto Carneiro de Mendonça.

Serenados os ânimos, a Constituinte paraense elege José Carneiro da Gama Malcher governador e Abel Chermont e Abelardo Conduru nas duas vagas para o Senado Federal. O resultado desse sufrágio ocasionará forte impacto em Goiás, embora seja ainda um capítulo inexplicavelmente negligenciado pela maioria da bibliografia existente.

Derrotado, restava a Magalhães Barata questionar judicialmente o resultado eleitoral e retornar às fileiras do Exército. E foi justamente o que fez. Após um período de licença, ele é designado para comandar o 6º Batalhão de Caçadores (B.C.), aquartelado em Ipameri (GO),<sup>4</sup> estado que conhecera na década anterior quando participara da Coluna Prestes. Em sua despedida

---

3 Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935, p. 935.

4 Em 1922, o 6º Batalhão de Caçadores transferiu sua sede da Cidade de Goiás para Ipameri.

de Belém, saudou a multidão que o aclamava: “Até a volta, meus queridos companheiros.”<sup>5</sup>

Em Goiás, o ano de 1936 começou com a chegada do novo comandante do 6º B.C. No quarto dia de janeiro, o jornal *Lavoura e Comercio* já noticiava a passagem de Barata por Uberaba (MG) rumo à Ipameri. Nas entrelinhas da informação, subentende-se que a lotação em unidade militar tão distante do Pará era uma estratégia política: “[Barata] disse que se ausentava do convívio de seus coestaduanos até que os mesmos reclamassem a sua presença.”<sup>6</sup> Outra versão indicava que a transferência para o estado mediterrâneo fora um “castigo” pelo descumprimento de ordens emanadas do palácio do Catete.<sup>7</sup>

Nunca esteve nos planos baratistas o abandono das atividades eleitorais no Pará. Indagado se pretendia deixar a política, ele respondeu peremptoriamente: “Em absoluto. Tenho no Pará um partido organizado com 3 representantes na Câmara Federal, 13 na Assembleia Legislativa do Estado, 6 vereadores no Conselho Municipal de Belém, empatando com o governo que fez 6 na chapa de 12.”<sup>8</sup> Em complemento, frisou que sua legenda abrigava ainda vários prefeitos, além de um contingente de aproximadamente 25 mil eleitores. E concluiu: “não posso desertar do posto em que me colocaram os amigos que me deram toda essa força política que tenho hoje no Pará. Estou integrado no Exército a que pertencço, trabalhando pela sua eficiência com toda dedicação, mas sem esquecer os amigos que deixei no Pará.”

Em maio de 1936, após mais de um ano da intervenção federal paraense, Barata atestou o seu grau de inconformismo com o desfecho dos eventos ao requerer no STF (Supremo

---

5 ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 353.

6 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 04 de janeiro de 1936.

7 ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Cultura Goiana, 1974, p. 217.

8 Cf. *A Tribuna*, Uberlândia, 05 de fevereiro de 1936.

Tribunal Federal), uma vez mais, sua reintegração ao cargo de governador.<sup>9</sup>

Mesmo atento aos acontecimentos de sua terra natal, as primeiras atitudes de Magalhães Barata em Goiás logo evidenciaram que ele não acomodou-se apenas ao expediente burocrático da caserna. Encastelar-se no quartel de Ipameri, por certo, não se coadunava com o temperamento irrequieto do autêntico tenente revolucionário, nem tampouco com a prática administrativa implementada em seu consulado paraense: “Devido a seu hábito de percorrer sistematicamente o interior do estado [do Pará], o interventor consolidou a capacidade eleitoral de seu partido, conquistando no interior um apoio maciço, que no futuro iria compensar seu pouco prestígio na capital.”<sup>10</sup>

Nesse sentido, no final de janeiro, Magalhães Barata já se deslocava à Cidade de Goiás para inspecionar a 2ª Companhia destacada do 6º B.C. Embora cortejado pela população vilaboense, sobretudo em razão do restabelecimento da navegação do rio Araguaia quando chefiou o Poder Executivo do Pará, o sincero militar expressou sua diminuta afeição pelo espaço urbano da antiga capital: “Goiáz é uma cidade sem conforto e que recorda, pela sua fisionomia, a modalidade de um passado que já vai se perdendo nos longes do tempo.”<sup>11</sup>

Em contrapartida, ao visitar Goiânia, no retorno à Ipameri, Barata manifestou todo o seu entusiasmo pelo novo empreendimento. Aplaudiu o “audacioso gesto” do governador Pedro Ludovico tal qual um rubro mudancista e concitou a população do estado com a seguinte mensagem: “Ajudem-no todos os goianos

---

9 “Noticia-se nesta capital que o sr. Magalhães Barata requereu, hoje, mais uma vez, à corte Suprema, para ser reintegrado no posto de governador do Estado de Pará.” Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15 de maio de 1936, p. 01.

10 FGV/CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico pós-30*/Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v. I, p. 500.

11 Cf. *Correio Oficial*, Goiaz, 11 de fevereiro de 1936.

de todas as correntes políticas a levar a termo este notável empreendimento que dentro de alguns anos será motivo de maior orgulho e contentamento para os filhos do Brasil Central.”<sup>12</sup>

Durante a aludida estadia na Cidade de Goiás, além da diligência castrense, Barata proferiu uma concorrida palestra no Palácio de Instrução, enfocando cinco pontos de sua administração no Pará (1930-1935): saúde pública, instrução, viação, distribuição da Justiça e moralidade administrativa.<sup>13</sup> Aproveitando o ensejo, o jornal oposicionista *A Colligação* realizou um cotejo entre as gestões dos interventores de Goiás e do Pará:

Magalhães Barata criou, no Pará, 700 escolas, 80 postos médicos, restabeleceu a navegação fluvial, construiu estradas, aumentou a arrecadação, pôs na cadeia os maus funcionários. Em compensação, em período maior, o sr. Pedro Ludovico não criou, em Goiás, escolas, nem postos médicos, nem auxiliou a navegação, não puniu os maus funcionários, não abriu estradas, não conservou as existentes, mas... quase construiu dois prédios no chapadão de Campinas!<sup>14</sup>

Pouco depois de sua chegada a Ipameri, Magalhães Barata se desentendeu com o prefeito Joaquim Péclat. Eis a versão apresentada pelo cidadão Manoel Martins Fontes a Pedro Ludovico: ocorrendo uma divergência sobre os limites de um terreno urbano entre um popular e um militar, o comandante do 6º B.C. resolveu intervir em favor de seu subordinado, mandando prender o civil no xadrez do quartel. Instado pela família do preso, Joaquim Péclat procurou então Barata que “recebeu mal e até destratou o

---

12 Cf. *Correio Oficial*, Goiaz, 11 de fevereiro de 1936.

13 Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 09 de fevereiro de 1936.

14 Cf. *A Colligação*, Goiaz, 11 de fevereiro de 1936.

prefeito, motivando assim uma queixa deste ao Comandante da II Região Militar, o qual atendeu imediatamente, ordenando a um Coronel que aqui se encontra escalado a serviço de engenharia, para syndicar o caso.”<sup>15</sup>

O missivista afirmou ainda que era “voz geral” em Ipameri a correção das atitudes do prefeito e emendou: “o comandante Barata tem se manifestado um tanto arbitrário e procurado até impor ao Prefeito sobre atos atinentes ao governo civil da cidade, tudo isso devido manobras políticas da corrente aristidista,<sup>16</sup> o que está criando uma situação asfixiante para este município.”

Embora sem revelar o nome da suposta vítima, o memorialista Jaime Câmara registrou que Barata “mandara raspar a cabeça de um prefeito [de Ipameri], cuja retirada da cidade determinara.”<sup>17</sup> Semelhante “método” baratista fora empregado anteriormente no Pará em desfavor do deputado Genaro Ponte de Souza.

Apesar de poucas cidades goianas possuírem jornais à época, é fácil encontrar referências a respeito das várias visitas de Magalhães Barata aos municípios, como Caldas Novas,<sup>18</sup> Buriti Alegre, Bonfim (hoje Silvânia)<sup>19</sup> e Anápolis, sem prejuízo obviamente de Goiânia e da Cidade de Goiás. Em verdade, como visto, o costume de percorrer o interior foi apenas replicado em Goiás. Entretanto, o governador Pedro Ludovico e alguns de seus aliados interpretaram com desconfiança o procedimento adotado.

---

15 Cf. carta de Manoel Martins Fontes ao governador Pedro Ludovico, datada de 10 de fevereiro de 1936, Ipameri. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002, p. 1999-2000. CD-ROM.

16 A corrente aristidista refere-se ao grupo do chefe político local Aristides Rodrigues Lopes.

17 CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967, p. 233.

18 Cf. *O Kró*, Caldas Novas, 14 de julho de 1936.

19 Cf. *A Tribuna*, 25 de dezembro de 1936.

Em todas as localidades visitadas, o dirigente do único batalhão das Forças Armadas sediado no estado de Goiás recebeu invariavelmente excelente acolhida da população em geral e das autoridades em particular. Em Buriti Alegre, por exemplo, entre outras amabilidades, foi-lhe oferecido um requintado baile no Burity Clube, discursando na oportunidade o deputado estadual Jacy de Assis.<sup>20</sup>

Mais tarde, Barata recordou: “O povo de Goiás me cercava de simpatias que chegavam a incomodar os dirigentes desse estado e eu me lembrava do povo da minha terra. Eu senti e vibrava, como na campanha eleitoral daqui, vendo o civismo do povo de Goiás. Em Ipameri eu me integrei aos meus deveres militares de tal maneira que mostrava que tanto sei comandar como governar.”<sup>21</sup>

Tudo indica que nasceram das questões acima ventiladas, mormente dessa grande movimentação do líder do Partido Liberal do Pará, o gradativo distanciamento entre Pedro Ludovico e Magalhães Barata. Em julho de 1936, qualquer pessoa minimamente conhecedora dos bastidores da política goiana sabia que as relações entre o governador anhanguerino e o ex-interventor paraense eram meramente protocolares.

No mês seguinte, todavia, azedaram de vez, envolvidos “numa teia de intrigas absurdas”, segundo o periódico carioca *O Radical*.<sup>22</sup> Para aquilatar-se o grau de animosidade, até a possibilidade de uma “revolução” esteve em cartaz, nos termos da carta enviada de Ipameri pelo deputado estadual Gomes da Frota a Pedro Ludovico:

---

20 Cf. *Burity*, Buriti Alegre, 21 de junho de 1936.

21 ROCQUE, Carlos. *Op. Cit.*, p. 372.

22 Cf. *O Radical*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1936, p. 02.

O cel. Barata, como o sr. deve saber, encontra-se entre nós há já alguns dias, vindo de São Paulo. Desfazendo-se em desculpas junto das pessoas que o visitaram, afirmou que não tem indisposição com o Governo do Estado nem nunca lhe passou pela mente fazer revolução. Penso que houve engano quanto ao boato que corria ao seu respeito e deu motivo a sua chamada urgente a São Paulo. Tenho certeza que nem um oficial do 6º seria capaz de ser solidário com ele numa tentativa de revolução.<sup>23</sup>

O boato de revolução de fato assustou o governador de Goiás, a ponto de Ludovico, por intermédio de seu Secretário de Segurança Pública, tentar obstar a visita do comandante do 6º B.C. ao município de Anápolis no mês de agosto, telegrafando nesse sentido ao poderoso chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. Inobstante, amparado por uma permissão do general da 3ª Brigada, Magalhães Barata não vacilou em arrastar para o marco final da estrada de ferro Goiás um contingente de aproximadamente 200 homens, no intuito de oficialmente realizar exercícios militares.<sup>24</sup>

Nos quatro dias em que permaneceu em Anápolis (10 a 14 de agosto de 1936), diversas homenagens foram prestadas ao batalhão do Exército, a começar pela prestigiada chegada da tropa na estação ferroviária. A prefeitura promoveu um jantar e um almoço para a oficialidade e a sociedade anapolina organizou um baile no Club Lítero. Em retribuição à receptividade, a banda de

---

23 Cf. carta do deputado estadual Gomes da Frota ao governador Pedro Ludovico, datada de 11 de agosto de 1936, Ipameri. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002, p. 2224. CD-ROM.

24 Magalhães Barata telegrafou ao prefeito de Anápolis José Valente com os seguintes dizeres: "Apraz-me comunicar-vos tendo obtido permissão general commandante 3ª Brigada para fazer exercícios acampamento município sob vossa eficiente administração, deve-rei chegar dia 26 do corrente, demorando-me até 1º de agosto, com effectivo aproximado de 200 homens." Cf. *Voz do Sul*, Annapolis, 05 de julho de 1936.

música do 6º B.C. executou no jardim público peças clássicas de Verdi e Avancini e o comandante telegrafou ao prefeito José Valente agradecendo as demonstrações de apoio e apreço.<sup>25</sup>

Na manhã de um dos dias, Magalhães Barata ainda arranhou tempo para convidar os estudantes nos colégios: “Moços e moças vão saber como vivem os soldados em acampamentos,”<sup>26</sup> teria dito. No período noturno, as manobras militares não deixaram ninguém dormir em Anápolis. De acordo com o jornalista José Asmar “escutam-se pipocar de fuzis e ratatás de metralhadoras. É o coronel em manobras bélicas.” Em arremate, descreveu os comentários ouvidos na cidade: “É treino para derrubar o Pedro – fuxicam.”

Os registros militares acerca das atividades do 6º B.C. em Anápolis convalidam a demonstração de força: “a 12, como exercício de vivacidade, foi feito a 1 hora da madrugada, um alarme simulado, dado o sinal, foi alertado todo o B.C., ficando as subunidades e serviços prontos para entrarem em ação em 15 minutos.”<sup>27</sup> No dia seguinte, a fuzilaria continuou: “a 13, pela manhã fez exercício de combate, constando de uma progressão sob o fogo do inimigo.”

A despeito de não detalhar o exato teor da manifestação de Barata, Pedro Ludovico deixou consignado que o militar proferira em Anápolis um discurso “inconveniente” no “intuito de estabelecer confusão [no] espírito público.”

---

25 Ao desembarcar em Ipameri, Magalhães Barata telegrafou o prefeito José Valente nos seguintes termos: “Communicando-vos regresso sua sede Batalhão, apraz-me tornar público aos vossos munícipes, quão captivos e reconhecidos eu, officiaes e praças nos achamos para com as distincções e toda sorte auxílios nos proporcionastes como prefeito municipal e cidadão brasileiro, durante nosso estacionamento nas proximidades dessa encantadora e prospera cidade. Peço-vos, em nome do Batalhão, que honro commandar, transmittir sympathica população Annapolis entusiastas palmas de agradecimentos, maneiras carinhos fomoss ahi recebidos e tratados.” Cf. *Voz do Sul*, Annapolis, 06 de setembro de 1936.

26 ASMAR, José. *Oposição também governa*: Alfredo Nasser na política estadual e nacional. Goiânia: ed. do autor, 1994, p. 63.

27 Documento fornecido em 2006 ao autor pelo comandante da 41ª Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército, sediado em Jataí.

A cogitação de revolução para derrubar Ludovico não encontrou limites no seio dos partidários do governo e na literatura mudancista, convertendo-se até em confusa fabulação ou mesmo variação antecipada da operação *Brother Sam*,<sup>28</sup> só que em pleno rio Araguaia: “A frota de Emílio Kleimann, constituída de oito barcos a óleo cru, aguardava ordens abaixo de Aruanã, para transportar os contingentes que deveriam ser transportados a Belém, porque o Cel. Barata fazia já manobras militares nas cercanias de Anápolis.”<sup>29</sup>

A visita em Anápolis rendeu ainda um encontro com o padre José Trindade da Fonseca e Silva, principal auxiliar à época do arcebispo de Goiás Dom Emanuel, que derramou-se em elogios ao comandante do 6º B.C.: “Pretender ofuscar as qualidades do Coronel Barata é tentar em vão impedir a da própria luz solar. Homem de um caráter indômito, na trilha de seu dever de soldado; de um só pensamento político e de uma única conduta pessoal. Não se dobra como militar aos conchavos dos políticos profissionais.”<sup>30</sup> As palavras soaram como um recado ressentido a algum político.

O memorialista Joaquim Rosa assinalou suas impressões acerca do homem que dizia saber governar e comandar: “Barata, ao que parece, chegou ao comando do 6º B.C. já com saudades do tempo de comandante do Estado do Pará. Deu-lhe na cabeça ocupar a interventoria de Goiás, considerando Ludovico incapaz de realizar os postulados da Revolução (...). Pensou em destronar o interventor. Pensou e agiu.”<sup>31</sup>

Na semana seguinte às operações de Anápolis, Magalhães Barata decidiu realizar nova inspeção na 2ª Companhia destacada

---

28 Operação desencadeada pelos Estados Unidos para apoiar o golpe civil-militar de 1964 que mobilizou a sua frota marítima estacionada no Atlântico.

29 ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959, p. 291.

30 TRINDADE, Padre. Impressão de uma visita. *A Razão*, Goiaz, 20 de setembro de 1936.

31 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 217.

do 6º B.C., sediada na Cidade de Goiás. Para Bernardo Élis, o pretexto na realidade escondia seu verdadeiro motivo: “os políticos oposicionistas eram seus amigos.”<sup>32</sup> Essa “aliança” foi igualmente aventada por Luiz Palacin.<sup>33</sup>

Apavorado com o comportamento de Barata – agora promovido ao posto de tenente-coronel –,<sup>34</sup> o governador de Goiás transmitiu ao presidente da República Getúlio Vargas, no dia 20 de agosto de 1936, um telegrama “urgente” solicitando o “recolhimento” do militar. Ante o desconhecimento da opinião pública sobre o documento, encontrado no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), seu conteúdo será integralmente transcrito:

Com devida venia venho tratar diretamente V. Exa. assunto que intermédio deputado Laudelino Gomes levei seu conhecimento e que ao meu ver exige urgente solução afim evitar consequências mais graves. Trata-se coronel Joaquim Magalhães Barata que frente do 6º B.C. Ipameri além criar grandes embaraços ao meu governo momento atual vem se revelando franco conspirador contra seu governo. Assim é que já tem visitado vários municípios, preferindo sempre aqueles em que o núcleo oposicionista é maior. Ultimamente, apesar das ponderações feitas pelo Diretor Segurança ao Chefe Polícia Distrito Federal sentido evitar realização seu propósito, levou pessoalmente batalhão sob seu comando fazer manobras município Anápolis onde consta proferiu discurso inconveniente intuito estabelecer confusão espírito do povo. Acabo ser informado referido oficial segue destino velha capital Goiaz precisamente momento ser votada Assembleia Legislativa

---

32 ÉLIS, Bernardo. Goiás em sol maior. *Obra reunida de Bernardo Élis*. Coleção Alma de Goiás, v. 4. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987, p. 74.

33 PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 81.

34 Promovido ao posto em maio de 1936. In: *Folha de Goiaz*, Goiaz, 24 de maio de 1936.

lei determina mudança definitiva sede Governo. Como V. Exa. sabe, existem ali elementos que se opõem realização esse magno problema meu governo e que ha tempos se acham intimamente ligados àquele oficial. Estou convencido sua viagem obedece plano previamente delineado de preparar ambiente hostil a mudança, tanto assim que ora se lhe prepara ali festiva recepção, nestas condições sou obrigado solicitar V. Ex. seja determinado seu recolhimento como medida de prudência ante melindrosa questão, cujas conseqüências não se podem prever. Esperando que V. Ex. atenda meu pedido apresento atenciosas saudações. Pedro Ludovico – Governador Estado.<sup>35</sup>

Extrai-se da leitura do elucidativo telegrama que Pedro Ludovico interpretou as visitas de Magalhães Barata ao interior como ações desestabilizadoras de sua administração. Alegou a votação da lei da mudança da capital na Assembleia Legislativa muito mais para fortalecer sua argumentação, demonstrar a excepcionalidade da conjuntura e granjear a simpatia presidencial do que para realmente ver aprovada a matéria, tanto que a citada lei nunca foi aprovada, mesmo quando o governo possuía maioria segura no parlamento. A transferência para Goiânia ocorreu pela edição de um mero decreto, que extraía sua força normativa da Constituição Estadual de 1935.<sup>36</sup>

Tudo leva a crer que Getúlio Vargas limitou-se a encaminhar o expediente ludoviquista ao Ministro da Guerra.<sup>37</sup> Naquela conjuntura, o mandatário do Pará, José Malcher, enfrentava

---

35 Telegrama de Pedro Ludovico Teixeira ao presidente Getúlio Vargas, datado de 20 de agosto de 1936, Goiânia. Datilografado. Arquivo Nacional, fundo Gabinete Civil da Presidência da República, lata 19.

36 A esse respeito, ver (capítulo V) MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. 2ª ed. Goiânia: UFG, 2018.

37 Tentamos acesso aos telegramas endereçados ao Ministro da Guerra, possivelmente localizados no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, mas o acervo ainda não se encontrava organizado na oportunidade .

dificuldades políticas e Magalhães Barata tornava-se peça-chave em um acordo de pacificação costurado pelo próprio presidente da República. Tal *modus vivendi* inclusive poderia guindar o comandante do 6º B.C. à vaga de Abelardo Conduru no Senado Federal.<sup>38</sup> Sobre o assunto, o periódico carioca *O Globo* publicou um telegrama de Barata.<sup>39</sup> Começava a surtir efeito a estratégia de isolar-se no cerrado goiano.

Como era praxe em todos os municípios do estado de Goiás visitados, novamente o ex-interventor paraense recebeu boa acolhida na antiga capital, sendo recepcionado por uma comissão<sup>40</sup> na praça principal da cidade. Ao discursar, Barata defendeu a cidade e fez “acusações” contra Pedro Ludovico.<sup>41</sup>

Segundo Jaime Câmara, Pedro Ludovico, irritado com as intervenções baratistas na Cidade de Goiás e sempre avesso a qualquer interferência de “estranhos” na política estadual, teria determinado ao dirigente da Polícia Militar, Arnaldo Sarmiento, e a outros oficiais que prendessem Magalhães Barata “em qualquer

---

38 Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1936, p. 07.

39 “Annapolis, 13. Sant’anna Marques, Belém. Respondo à consulta de 12-8 do meu prezado amigo. Honrado e distinguido com o appello do presidente Getúlio Vargas, por intermedio do deputado Clementino Lisboa, por uma paz e congraçamento político do nosso Estado, em beneficio de nossa pátria, nesta hora grave que ella atravessa, não podia recusar mais esta prova de atenção pessoal do Sr. Getúlio Vargas. O presidente não precisou mesmo referentemente a qual das duas correntes políticas minhas adversárias desejava elle de minha parte um entendimento. Deleguei então aos meus amigos Srs. Clementino Lisboa e Achilles Gentil plenos poderes para conversações a respeito. Reiterei minhas recomendações para que em beneficio de nossa terra não fosse eu o ‘pivot’ de entendimentos bem sucedidos. Falaram em primeiro logar o Partido Liberal, representado por suas forças políticas depois eu afinal, sem que minha opinião possa prejudicar as deliberações de meus amigos e contrariar os propósitos patrióticos e amistosos do presidente Getúlio. Peço-lhe esta resposta de meu acampamento de instrução militar ignorando a situação das demarches. Agradeço a distincção do Estado do Pará. Abraços – (a) Magalhães Barata.” In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1936, 4ª edição, p. 01.

40 Composta pelo prefeito municipal Joaquim da Cunha Bastos, presidente da Assembleia Legislativa Hermógenes Coelho, presidente da Câmara Municipal Eurico Perillo, comandante 2ª Cia do 6º B.C., tenente Antônio Fleury, Sebastião Fleury, Henrique Vieira, Zacheu de Castro, Agenor de Castro, Francisco Azevedo Bastos, Otávio Monteiro e Zabulon Alves de Castro. In: *A Razão*, Goiaz, 23 de agosto de 1936.

41 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, p. 233.

circunstância”, quando passasse por Goiânia.<sup>42</sup> De acordo ainda com Câmara, a prisão só não se consumou porque, avisado a tempo, ele mudou a rota de seu itinerário.

Verdade ou não, o suposto acontecimento apenas prenunciava os sérios conflitos entre a Polícia Militar e o Exército, um dos quais de consequências fúnebres, bem como a tensão que marcava o ambiente vivido. O próprio conteúdo do telegrama de Pedro Ludovico enviado ao presidente da República reflete o exaltado estado de espírito do governador no dia 20 de agosto de 1936 e o grau de desconfiança relacionado a tudo que envolvia o nome de Magalhães Barata.

Por fim, a participação de Barata, até hoje praticamente desconsiderada pela bibliografia existente, representou destacado pano de fundo do conflagrado mês de agosto de 1936. Mas não só ela. Além da tramitação do projeto de lei da mudança na Assembleia Legislativa, vários outros eventos, todos eles sucedidos em 1936, precisam ser ao menos conhecidos e posteriormente considerados, a exemplo da prisão do deputado federal Domingos Vellasco, analisada no artigo “O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional em 1936”<sup>43</sup>, publicado na *Revista do IHGG* nº 27 (2016), e o rompimento do deputado estadual Salomão de Faria com o governador Pedro Ludovico, tema que será objeto de estudo na próxima edição.

---

42 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, p. 234.

43 MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2016, n. 27, p. 103-119.

## Ursulino Leão, o prosador goiano

Coelho Vaz\*

Certa ocasião, perguntei a Ursulino Leão como nasceu o seu gosto pela literatura e se sofreu alguma influência para alcançar essa estabilidade de grande prosador. No transcorrer da conversa,



Coelho Vaz e Ursulino Leão

relatou-me que, no ano de 1940, estava cursando o ginasial no tradicional Ginásio Anchieta, na antiga Bonfim, hoje Silvânia, e tinha como professor de português o renomado filólogo José Size-nando Jaime. No início do segundo semestre, o professor pediu aos alunos que fizessem uma redação sobre as férias do mês de julho. Elogiado pelo mestre, como recompensa, o trabalho foi publicado no jornal do Colégio, *Voz Juvenil*, e, mais tarde, assumiu a gerência e direção do órgão de publicidade do referido estabelecimento de ensino.

Concluindo o curso, transferiu-se para Belo Horizonte, onde fez o segundo grau, no Colégio Arnaldo, e ali, no *Jornal*

---

\* Geraldo Coelho Vaz, escritor, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e membro da Academia Goiana de Letras.

*Ginásio Arnaldo*, publicou alguns poemas, reportagens, crônicas. Aventurou-se, ainda, em novo gênero da área literária, o conto.

Já cursando Direito nas Alterosas, com pouco mais de 25 anos, terceiroanista no curso de ciências jurídicas e sociais, em 1949, vê o sonho realizado com a publicação, pela Editora Pongetti, do Rio de Janeiro, de sua primeira obra literária, o inspirado romance *Maya*.

O título do livro tem significado indiano, como sendo tudo na vida, mera ilusão. Por outro lado, *Maya* no dicionário da língua portuguesa, de Antenor Nascente, em sentido figurado, expressa *mulher carregada de enfeites de mau gosto*. O que não é o caso.

O autor consegue, no enredo da obra, prender o leitor do início ao fim, com a beleza do ato de descrever a paixão de Hermano pela querida namorada Maria do Rosário, filha de um forte e abastado fazendeiro e da triangulação com o surgimento da pobre prostituta, Sibila, estuprada e violentada muito jovem, por seu pai, um nefasto e inescrupuloso ser humano, incestando a inocente.

Sua narrativa constou de temas vivenciais como questões políticas, envolvendo uma época de transformações no mundo, principalmente na década de quarenta do século passado, quando comunistas se organizavam, e as lideranças eram buscadas no meio do proletariado, algumas das quais, nada sabiam, mas combatiam o capitalismo reinante nas discussões das esquinas, bares, quartos de hotéis e pensões.

Aquele mundo de personagens, muitos dos quais infelizes, povoando a mesma casa, a mesma pensão e sempre os mesmos bares. O comunista Edson Cascadura e o analfabeto garçom, Gonçalo, que se sentia mais importante do que todas as autoridades letradas, por pertencer a uma renomada célula comunista em Belo Horizonte. É descrito pelo autor, com maestria, o orgulho que o garçom sentia por pertencer à combativa ideologia.

É um romance histórico, que documenta um tempo de luta ideológica, religiosa, entre velhos e jovens, mulheres e homens, em busca de um caminho da realidade, que não passava de mera ilusão.

É um livro que deve ser lido e vivido em cada momento, em cada minuto, pela sua natureza histórica, marcada pela vida brasileira de uma época que não vai muito longe.

Ursulino Leão foi meu vizinho na Rua 14, do Setor Oeste. Esta é uma oportunidade que manifesto, publicamente, os meus sentimentos de alta consideração. Lembro com satisfação, que tive o privilégio de ler *Maya*, que me foi emprestado pelo autor com a seguinte dedicatória: “À Lena, o primeiro exemplar do seu livro. Urbano. Rio, 20/08/49”.

Professora Lena, esposa, companheira e amiga, dedicou toda sua existência ao amor e à compreensão. O céu abençoou o casal. Ela carinhosamente o chamava de Urbano.

Sou grato a ele pela confiança que me concedeu de folhear aquele relicário, guardado a sete chaves.

Ursulino nos deixou no anoitecer de 19 de outubro do ano passado. Goiás perdeu um dos mais brilhantes romancistas. Ele era, ainda, cronista, contista, jornalista, pesquisador, historiador e político, sobretudo. Um grande amigo e companheiro de todas as horas e de todos os momentos.

Defensor da área cultural. A exemplo, quando deputado estadual apresentou projeto de lei, que cria a disciplina *Literatura Goiana* na grade curricular do Estado. Passaram-se mais de três décadas e infelizmente nada aconteceu. A lei aprovada e sancionada, continua sem cumprimento. O grande sonho dos escritores goianos não passou de um volumoso bafejo dos ventos dos morros uivantes, ou da ventania dos poéticos cerrados goianos.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Por 16 anos, assumiu com brilhante abnegação e boa administração

a Academia Goiana de Letras. Nesse período, reuniu as melhores inteligências brasileiras, em Goiânia, no Encontro Nacional das Academias do Brasil. Além de um marco histórico, abriu caminho ao escritor Bernardo Élis para seu ingresso na Academia Brasileira de Letras.

Ursulino em vida espalhava seu bom humor nas conversas e nas narrativas.

Confidenciou-me Paulo, seu filho, que Ursulino deixou pronto um livro de memórias contendo lembranças da infância, da adolescência, e de seus 94 anos de vida bem vivida. O livro, em fase de revisão, deve ser publicado ainda este ano.

Ursulino Leão é referência para todos os goianos. A literatura goiana perdeu o grande mestre, mas o universo ganhou a grande estrela que brilha no firmamento. Até mais ver, amigo, Ursulino.

Goiânia, 30/11/2019.

# Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil

## E o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o construiu

*David Álvaro Medeiros dos Santos\**

No jornal *O Popular* do dia 1º de setembro de 2017, foi publicada uma matéria com o título “Nomes Justos e Injustos”, de autoria do consagrado jornalista e escritor Hélio Rocha, onde destaca a existência de logradouros públicos em Goiânia com designações justas, mas alguns nomes ainda precisam ser homenageados, pois há também injustiças. Destaca que a maior dessas injustiças e terrível é a que designou a mais extensa avenida da cidade com o nome de Avenida Castelo Branco, mas para fazer justiça, essa avenida deveria chamar Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Quem é esse homem citado na matéria? Nasceu no Arraial do Tijuco, que trocara de nome para Diamantina (MG), no dia 12 de setembro de 1902, filho do caixeiro viajante João César de Oliveira e da professora primária, Julia Kubitschek.

No ano de 1914, ingressou no Seminário dos Padres Lazaristas, único ginásio de Diamantina. Em 1919, prestou concurso para telegrafista dos Correios em Belo Horizonte, sendo aprovado. Em 19 de maio de 1921, foi nomeado telegrafista auxiliar. Em 1922, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, graduando-se em 17 de dezembro de 1927. No

---

\* David Álvaro Medeiros dos Santos - ex-presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado de Goiás.

ano seguinte foi nomeado professor assistente da UMG e deixou o cargo de telegrafista. Montou uma clínica particular.

Em março de 1931, ingressou no Corpo Médico da Força Pública com a patente de oficial. Em 9 de julho de 1932 é desencadeada a Revolução Constitucionalista. Em 16 de julho como capitão – médico da Força Pública, Kubitschek foi convocado para servir no sul de Minas. Em Passa Quatro, onde a ofensiva paulista foi detida pelo então coronel Eurico Gaspar Dutra, tornou-se amigo de Dutra e do Delegado da Polícia Federal na região – Benedito Valadares.

No ano de 1933, Valadares foi nomeado Interventor Federal em Minas Gerais e escolheu Kubitschek para seu Secretário – Executivo. Em abril de 1934, o médico candidatou-se a deputado federal e constituinte pelo Partido Progressista.

Em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo extinguiu todos os mandatos legislativos no País. Em 11 de novembro, Juscelino vestiu novamente o avental branco e retornou à medicina.

Em dezembro de 1938, foi promovido a tenente – coronel da Força Pública. Em 16 de abril de 1940, Valadares nomeou-o prefeito de Belo Horizonte; gestão que durou até o fim do Estado Novo em 1945. No seu governo promoveu a renovação urbana da capital, construiu conjuntos residenciais populares e muitas outras obras. Em 1945, elegeu-se deputado federal, representante à Assembleia Nacional Constituinte pelo PSD mineiro. Em 03 de outubro de 1950, elegeu-se governador de Minas Gerais.

No ano de 1955, projetado como o maior nome nacional do PSD, Kubitschek foi lançado candidato à Presidência da República pela coligação PSD – PTB, tendo João Goulart como candidato a vice. Kubitschek concorreu às eleições contra Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado. Venceu com 500.000 votos de vantagem sobre Juarez Távora candidato da UDN. Na tentativa

de impedir a posse de Kubitschek , a UDN lançaria em seguida a tese da exigência de maioria absoluta.

Café Filho assumira a Presidência da República em lugar do Presidente Getúlio Vargas, que havia se suicidado em 24 de agosto de 1954. Em 03 de novembro, Café Filho sofreu um distúrbio cardiovascular e foi hospitalizado. Em 08 de novembro Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados assume à Presidência. Em 11 de novembro o ministro da Guerra, General Teixeira Lott, depõe Carlos Luz e impede que Café Filho reassuma. Nereu Ramos, vice-presidente do Senado assumiu a presidência. A manobra visou garantir a posse dos eleitos.

Em dia 31 de janeiro de 1956, Kubitschek foi empossado na presidência da República do Brasil, para um mandato que se encerraria em 31 de janeiro de 1961. Fora lançado na sua campanha um Plano de Metas com o slogan: “50 anos em 5 anos”. Incentivaria a indústria naval, lançaria os fundamentos da indústria automobilística, ampliaria o parque rodoviário, impulsionaria a construção das hidrelétricas de Furnas e Três Marias; muitas outras obras foram construídas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

O marco principal do seu governo, porém, seria a construção de Brasília. No seu Plano de Metas não estava incluída a construção de Brasília. Entretanto, no memorável comício na cidade de Jataí, um participante por nome Antônio Soares Neto perguntou ao candidato Juscelino, já que estava falando em cumprir a Constituição, caso ele fosse eleito, ele mudaria a capital, conforme previsto no artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição. Ele tomou um enorme susto, sofreu um impacto grande, mais respondeu que mudaria a capital.

Muitos eleitores estavam participando do comício na oficina mecânica emprestada pelo proprietário, em virtude de, no

momento da sua realização, estar caindo uma torrencial chuva na cidade. Com a resposta afirmativa de Juscelino que iria construir a capital do Brasil no Planalto Central, os presentes entraram em delírio total.

Antes de Juscelino tomar posse, quem governava o Brasil era o Presidente João Café Filho. Havia sido feito um estudo para a mudança da capital para Planalto Central, mas o Presidente Café Filho, refletindo sobre o assunto, chegaria à conclusão de que não era possível baixar qualquer lei, declarando de utilidade pública, para o fim de desapropriação da área do futuro Distrito Federal. Coube essa tarefa, de tão grande importância para a construção de Brasília, ao governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, que assinou a respectiva autorização no dia 30 de abril de 1955, dois dias, portanto, após a negativa do presidente da República. José Ludovico de Almeida foi um dos mais importantes governadores do Estado de Goiás. Inúmeras obras de grande relevância foram construídas por ele.

Quando a mensagem e o Projeto de Lei para a mudança da Capital deram entrada na Câmara dos Deputados, e, de acordo com o Regimento Interno à Comissão de Justiça, para apreciação e parecer. Nessa Comissão, foram encaminhados a um líder udenista que pediu vista no Processo e o engavetou. Isso aconteceu no mês de abril; cinco meses passaram-se sem que se conseguisse dar andamento ao Projeto. O Presidente Kubitschek procurou os deputados da bancada de Goiás e disse, que se o projeto, não fosse aprovado até o mês de outubro, desistiria de construir Brasília. Não iniciaria a construção da Capital para deixá-la ao fim do governo inacabada. (Para a oposição isto seria uma vitória.) Nesta hora o Deputado Emival Ramos Caiado, que também era da UDN, solicitou do seu colega a devolução do projeto para estudo e votação. Trabalhou com afinco e obteve êxito. A

mensagem e o projeto de lei foram encaminhados em tempo recorde ao Plenário da Câmara dos Deputados, onde viriam a ser aprovados. Referido Deputado também apresentou projeto de lei para que a inauguração da nova Capital se desse no dia 21 de abril de 1960 – aniversário do martírio de Tiradentes.

Bernardo Sayao Carvalho de Araújo foi o principal fundador da Cidade de Ceres – Goiás, localizada no Vale do São Patrício, onde fundou a “Cang”, Colônia Agrícola Nacional de Goiás, inserida na Marcha para o Oeste instituída pelo Presidente Getúlio Vargas, sendo que o primeiro administrador fora ele. Bernardo Sayão foi eleito vice-governador de Goiás. Por problemas de impugnação de urnas para governador, como já estava eleito como vice-governador, tomou posse para governar Goiás de 31 de janeiro a 12 de março de 1955, nomeado posteriormente pelo presidente Juscelino Diretor da Novacap. Muitas obras em Brasília foram construídas por ele.

Pelo seu dinamismo administrativo, foi convidado pelo presidente para construir a Rodovia Belém – Brasília. Essa nova empreitada não o intimidou. Enfrentou todas as dificuldades que encontrou pela frente. Derrubou muitas árvores para construir a Rodovia mas, a vingança da floresta tirou-lhe a vida. Essa tragédia aconteceu no dia 15 de janeiro de 1959. Quem o feriu foi justamente uma árvore – uma das inúmeras que ele havia abatido, para que o Brasil tomasse posse do seu próprio território. Mais de uma vez ele dissera: no dia em que a Belém – Brasília estiver concluída, posso partir para sempre. Faltavam apenas 50 quilômetros para a conclusão da obra. Não viveu para assistir esse final, mas deixou tudo pronto para que a cerimônia se realizasse na data marcada.

Com a construção de Brasília, no Centro-Oeste brasileiro, o estado mais beneficiado fora o Estado de Goiás, mas, todos os demais estados do Brasil também o foram. Goiânia foi projetada

para quando construída abrigar 50.000 habitantes. Com a construção de Brasília já no ano de 1960, chegou ter a 151.013 habitantes. Nas décadas de 1970 para 1980, teve um aumento demográfico considerável, com 717.526 habitantes. (Dados da Escritora e Assistente Social Alexandra Machado Costa.)

O povo de Goiás, em agradecimento ao presidente por ter construído a capital da República em solo goiano, levou os políticos do PSD sob o comando do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, a eleger Juscelino Kubitschek como Senador da República por Goiás, (1961 a 1964). Como disse o jornalista e escritor Hélio Rocha, o Presidente Juscelino merece ser melhor homenageado no Estado de Goiás, por isso conclamo todos os prefeitos do Estado homenagearem este grande estadista, colocando o seu nome em um logradouro público em sua cidade, para perpetuar o Presidente que trouxe grandes benefícios para estas regiões. Na cidade de Goiânia, são poucos logradouros públicos que trazem o nome do presidente Juscelino. Sugiro, portanto, ao Prefeito Iris Rezende Machado colocar no prédio da Prefeitura, Palácio ou Centro Administrativo o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Aos vereadores, colocar o nome Câmara Municipal José Ludovico de Almeida. Ao governador do Estado, colocar Centro de Convenções Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Bem como mudar o nome de GO-080 que vai da Cidade de Goiânia até encontrar a BR-153 (Belém-Brasília) para Rodovia Emival Ramos Caiado. Que um deputado federal ou senador por Goiás, apresenta projeto mudando o nome da BR- 060, que vai de Goiânia passando por Rio Verde e Jatai, até encontrar com a BR-364 para BR – Antônio Soares Neto.

Esses homens também participaram da história e ajudaram a trazer o progresso. Como disse o jornalista e editor – Geral do Jornal Diário da Manhã, publicado no dia 1º de janeiro de 2018

“O Brasil está parado em Brasília desde o Governo Juscelino Kubitschek” O nobre jornalista tem razão, muitos governos passaram após a era JK, mas pouco fizeram pelo Brasil. O Presidente Juscelino merece o nosso respeito, pois, elevou o nome de nossa pátria aos píncaros, tornando-se, portanto, merecedor da eterna gratidão de todos os brasileiros, que reconhecem os que trabalham pelo bem-estar da pátria e da humanidade.

O filho de Diamantina está incluído entre os que merecem os nossos maiores agradecimentos, pois, seu trabalho, amor ao Brasil e visão do futuro eram sempre voltados para o alvorecer. Haja vista, suas palavras proféticas proferidas, em 2 de outubro de 1956, quando Brasília era somente um sonho e existia apenas nas profecias de D. Bosco e na própria Constituição. O presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira jamais poderá ser esquecido, porque, foi o maior Presidente da República que o Brasil já teve em todos os tempos. Talvez daqui a 100 anos surja um outro presidente igual, mas, jamais melhor.

# A Operação Dom Bosco

*Jarbas Silva Marques\**

No dia de hoje, 03 de maio de 2019, ocorre o cinquentenário da Operação Dom Bosco, manobra política criada pelos mudancistas goianos Germano Roriz e Segismundo de Araújo Melo e o Governador do Estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, para assegurar a construção da Capital Federal no Planalto Central Brasileiro, como determinava o Artigo Terceiro da primeira Constituição da República em 1891.

Apesar de toda a “Operação Dom Bosco” estar elucidada pelo historiador brasileiro, Lourenço Fernando Tamanini, com depoimentos e documentos inquestionáveis, o Governo do Distrito Federal, as academias literárias, as instituições históricas, o comércio, a indústria e a imprensa mantêm como verdadeira uma predição que Dom Bosco não fez.

No sonho, o educador italiano – posteriormente santificado pela Igreja Católica – jamais falou sobre a nova “Capital Federal no Planalto Central do Brasil”, mas sim: “Quando se vierem escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

A predição-sonho situava a “terra prometida” entre os paralelos 15 e 20, próximos dos mapas seiscentistas do colonialismos

---

\* Jarbas Silva Marques, sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

português e espanhol que situavam a “Lagoa Dourada” e o “Eldorado”, procurados pelos bandeirantes e outros “soldados da fortuna” por mais de dois séculos e que podem ser vistos e pesquisados no Museu das Bandeiras em São Paulo.

### **Antecedentes**

Antes que cheguemos a relatar o que foi a manobra dos mudancistas goianos, deslindada por Lourenço Tamanini em seu volumoso livro “Brasília-Memória da Construção”, cabe-nos remontar todos os antecedentes políticos e históricos que precederam ao “Sonho de Dom Bosco” e que não estão contidos no primoroso trabalho do historiador.

Os primeiros movimentos populares pela transferência da capital, do litoral para o interior brasileiro, foram iniciados na então província das Minas Gerais, pelo herói da nacionalidade, Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes: pretendia ele que a nova capital fosse sediada em São João Del Rey. Contudo, o mérito da escolha do Planalto Central Brasileiro, como local ideal para futura transferência deve-se tributar ao cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, que, em 1749, elaborou uma “Carta de Goiás e das Capitanias Próximas”, sugerindo a mudança da capital do litoral para essa região.

Após a repressão a Tiradentes e seus companheiros, o ideal mudancista é retomado duas décadas depois por Hipólito José Costa, que editou e fundou, no seu exílio, em Londres, o jornal “Correio Braziliense”.

Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte do Império um memorial, no qual indica a região de Paracatu, Minas Gerais, como ideal para construção da nova capital, sugerindo, inclusive, o nome de “Brasília”.

Um ano depois, nos autos da Revolução Pernambucana (Confederação do Equador) é sugerida a transferência, mas só em

1831, por iniciativa do deputado paraense João de Deus e Silva é encaminhada a primeira proposição em forma de projeto legislativo para a “escolha de um ponto central do país para a edificação da futura Capital”.

Por vinte anos, a luta mudancista esmaece no Poder Legislativo, até que, em 1852, o senador Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, apresenta um projeto de lei que autoriza o levantamento de um terreno, nas latitudes entre 10 e 15 graus, para servir de área destinada à localização da futura “Capital do Brasil”, entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

No ano seguinte, o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo Marquês de Paranaguá, apresenta um projeto legislativo transferindo a capital do Rio de Janeiro para Monte Alto, no interior da Bahia.

De 1853 a 1889, a mudança da capital, do litoral para o interior brasileiro, desaparece das discussões parlamentares, prosseguindo, apenas, nas discussões e comícios dos clubes republicanos.

## **Na República**

Com o fim do Império e a instalação do regime republicano, as lideranças positivistas fazem constar, nas primeiras discussões nas comissões da Constituição Provisória, a determinação da transferência da capital da nascente república.

O primeiro constituinte a se manifestar em plenário, em defesa da mudança, ironicamente, foi o deputado Thomaz Delfino, do Rio de Janeiro, destacando-se, ainda, nas sessões plenárias o senador baiano, Virgílio Damásio, e o deputado paraibano Pedro Américo, o Pintor.

Pedro Américo aduziu, em sua argumentação pela transferência, a questão moral, afirmando, em plenário, no dia 17 de janeiro de 1890: É absolutamente necessário suprimir-se, quanto

antes, a maléfica influência desta terrível cidade (Rio de Janeiro) tão saturada de elementos nocivos à vida moral da Nação que acostumou-se à contínua absorção, à endosmose intelectual do que se expande a antiga Capital do Império. Esses elementos influem, igualmente, sobre o Governo da União, pela pressão constante dos interesses puramente individuais e sobre todo o País, pela expansão incessante da corrupção em todos os sentidos.

Coube ao senador baiano Virgílio Damásio o mérito de ter a iniciativa pioneira de apresentar à Comissão dos 21 (que examinava o anteprojeto constitucional) uma emenda propondo a transferência da Capital.

A Comissão dos 21 não a aprovou e o senador Virgílio Damásio reapresentou-a em plenário, propondo que a nova capital se chamasse “Tiradentes”.

A emenda que originou o artigo 3º da Constituição de 1981, apresentada pelo deputado catarinense Lauro Muller e subscrita por noventa parlamentares, dentre os quais cinco goianos, os senadores Antônio Amaro da Silva Canedo e Antônio da Silva Paranhos, e os deputados Joaquim Xavier Guimarães Natal, Sebastião Fleury Curado e José Leopoldo de Bulhões Jardim, teve talvez a mais breve de todas as defesas em plenário: Lauro Muller falou apenas um minuto, deixando como justificativa de um terço dos constituintes, o documento elaborado pelo historiador e diplomata Francisco Adolfo Varhagen, em 1877, e entregue ao Ministro da Agricultura do Império. Nesse documento, Vanhagen, além de justificar a conveniência da mudança da Capital para o Planalto Central Brasileiro, indicava a posição que julgava ideal, situada hoje em Planaltina, Distrito Federal, e nos municípios goianos de Formosa e Água Fria.

Aprovada e promulgada a Primeira Constituição Republicana, o seu Artigo 3º dispunha: “Fica pertencente à União, no

Planalto Central da República, uma zona de 14.000 quilômetros quadrados, que será, oportunamente, demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

### **Mudancistas**

Por uma questão de justiça histórica, desde a primeira constituição republicana, os militares brasileiros – no que trata da observância à constituição, em relação à mudança da capital federal – sempre emprestaram todo apoio à mudança. Floriano Peixoto nomeou Luiz Cruls e a Comissão que demarcou e delimitou o quadrilátero de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central.

Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, fez o inverso, desrespeitou o primado constitucional e sabotou orçamentária e administrativamente Luiz Cruls, para que ele não concluísse a segunda fase do trabalho.

Iniciava-se a Primeira República e a hegemonia da política “Café-com-Leite”, e nem os políticos de Minas Gerais e de São Paulo queriam a mudança.

O único lugar do país onde a chama mudancista se mantinha viva era na então Santa Luzia, hoje Luziânia, sob a liderança agregadora de Evangelino Meireles. Lideranças locais passaram, então, a formular ações políticas para reavivar o movimento e Americano do Brasil, recém eleito deputado federal, apresenta um anteprojeto de lei que resulta a edificação, no Planalto Central de um marco do local onde seria edificada a nova capital do Brasil. O projeto foi aprovado e, no dia 7 de setembro de 1922, foi inaugurado o marco em Planaltina parte das comemorações do Centenário da Independência.

Como ações complementares, além da edição de jornais, Gelmires Reis, então Intendente Municipal de Santa Luzia, hoje

Luziânia, fez um loteamento denominado “Planaltópolis” e distribuiu, em escritórios nas principais cidades brasileiras, “lotes para quem quiser morar onde será edificada a futura Capital Federal”.

Novamente o “Movimento Mudancista” entra em declínio; a partir de 1930, o “grupo de Santa Luzia” muda de tática e empresta o seu apoio à mudança da nova capital do Estado de Goiás. O deputado estadual Sebastião Machado, eleito por Santa Luzia, integra-se no bloco mudancista que apoia Pedro Ludovico. Germano Roriz muda-se para a capital em construção, sendo o primeiro funcionário público federal em Goiânia e a primeira família da nascente cidade. Seu filho Goiany Segismundo Roriz, foi a primeira criança a nascer e a ser registrada e batizada na nova capital do Estado de Goiás.

Goiânia é, então, colocada pelo “Grupo de Santa Luzia” como alternativa para sediar a Capital Federal e cumprir o dispositivo constitucional.

Vem a Ditadura do Estado Novo e Getúlio Vargas manda retirar da “Polaca” o Artigo 3º que vinha desde a primeira constituição republicana de 1891.

Com a democratização, em 1946, morava no Rio de Janeiro, o advogado Segismundo de Araújo Mello – do Grupo de Santa Luzia – que passa a desenvolver, juntamente com o deputado goiano Diógenes Magalhães, um trabalho de articulação política para reinserção do Artigo 3º da Constituição de 1891.

Promulgada a Constituição e eleito o Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, ele cumpriu a determinação constitucional: cria a comissão presidida pelo General Djalma Polli Coelho, para promover os estudos para a escolha do local seria edificada a nova capital.

Inicia-se aí a luta entre os goianos – representados, na Comissão Polli Coelho, por Jerônimo Coimbra Bueno – o construtor

de Goiânia – e pelos mineiros, capitaneados na comissão por Lucas Lopes e, na Câmara dos Deputados, pelos constituintes mineiros Juscelino Kubitschek de Oliveira e Israel Pinheiro.

Os mineiros pretendiam localizar a nova capital no Triângulo Mineiro, nas proximidades do Delta do Rio Paranaíba; o General Polli Coelho e Coimbra Bueno, no quadrilátero delimitado por Luiz Cruls, em 1892, no Planalto Central.

Por um voto, a Comissão Polli Coelho delibera que os estudos de Luiz Cruls e seus companheiros eram cientificamente corretos, aconselhando o Presidente Eurico Dutra a transferir a Capital Federal para o Quadrilátero Cruls.

A campanha mudancista tomava novo alento no Planalto com a ação vigorosa de Coimbra Bueno no Senado Federal e da bancada goiana na Câmara dos Deputados.

Com a eleição de Getúlio Vargas, passa a ser o chefe do seu gabinete militar o General Agnaldo Caiado de Castro. Vargas o nomeia para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. O General Caiado de Castro contrata, a empresa americana Donald Belcher para proceder o levantamento aerofotogramétrico do Quadrilátero Cruls, feito pela Cruzeiro do Sul, a fim de que fosse definido o local para a edificação da Capital Federal.

Getúlio Vargas suicida-se e Café Filho, seu Vice-Presidente, ocupa a Presidência da República e nomeia, para substituir o General Agnaldo Caiado Castro, o Marechal José Pessoa. Este, acompanhado do seu Ajudante-de-Ordens, Capitão Ernesto Silva, vem ao Planalto Central no dia 5 de fevereiro de 1955 e escolhe o Sítio Castanho, onde, hoje, está construída a Capital da República. Após a escolha do Sítio Castanho, o Marechal Pessoa volta ao Rio de Janeiro e pede ao Presidente Café Filho a edição de um decreto desapropriando terras e considerando-as de utilidade pública para a edificação da nova capital.

João Café Filho, que era aliado da União Democrática Nacional – UDN, contrária à transferência, nega-se a baixar o decreto. O Marechal José Pessoa embarca em um avião da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 1955, em direção a Goiânia, para falar com o Governador José Juca Ludovico de Almeida e expor-lhe o impasse.

José Ludovico de Almeida recebe, em audiência, o Marechal José Pessoa e o Capitão Ernesto Silva e é sensibilizado pelo Marechal para que o Estado de Goiás tomasse a iniciativa, senão a Constituição não seria cumprida e a capital não seria transferida.

O Governador Juca Ludovico chama o advogado Segismundo de Araújo Mello, Jorge de Moraes Jardim e outros assessores, que passam a elaborar o decreto que solucionaria o impasse.

Embora tivesse minoria na Assembléia Legislativa de Goiás, e a mensagem tivesse que passar por três votações, Juca Ludovico envia as mensagens que são aprovadas. Por cautela, a fim de evitar qualquer querela jurídica, o decreto foi assinado no dia 1º de maio de 1955, mas com a data de 30 de abril. Altamiro de Moura Pacheco é nomeado Presidente da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal que iria promover as compras e as desapropriações, Segismundo de Araújo Mello, foi designado consultor jurídico.

Os goianos, capitaneados por Juca Ludovico, fazem a história avançar, e passam a preparar as condições objetivas, vinte e seis dias antes de Juscelino Kubitschek ser interpelado por Antônio Soares Neto – o Toniquinho, no seu primeiro comício de campanha em Jataí, “sobre a Constituição e transferência da capital para o Planalto”.

## O Sonho

Segundo Lourenço Tamanini, em pesquisa que durou mais de uma década, mesmo tendo Juscelino Kubitschek enviado a “mensagem de Anápolis”, em 19 de abril de 1956, criando a

NOVACAP, deslançando o processo de construção de Brasília, os goianos “agitam-se”, preocupados. Sabiam que o projeto de lei criando a NOVACAP definia, no planalto de Goiás, o local da nova capital. Mas conheciam, por outro lado, o poder de fogo dos mineiros e temiam que, à última hora, conseguissem aprovar, na Câmara, uma emenda ao projeto, mandando construir Brasília em Minas Gerais, às margens do Paranaíba, na região de Tupaci-guara, como sempre quisera Israel Pinheiro.

Ainda segundo Tamanini, os goianos sabedores que Juscelino e Israel Pinheiro iriam à Exposição de Gado de Uberaba reuniram-se com prefeitos e lideranças políticas e, “armaram uma pequena operação de guerra”.

Relata Tamanini em seu livro “Brasília – Memória da Construção”. “Havia em Uberaba, naquele tempo, um único jornal (Lavoura e Comércio) e uma única emissora de rádio. Ambos pertenciam a Quintiliano Jardim, amigo de Juca Ludovico, Governador de Goiás. Juca comunicou-se com Quintiliano e “comprou” todo o espaço do jornal e o tempo da emissora, referente ao dia 29 de maio de 1956, data em que Juscelino estaria na cidade. Os meios de comunicação foram assim neutralizados.

Venerando de Freitas Borges (primeiro prefeito de Goiânia) – prossegue Tamanini encarregou-se de curiosa missão, como adiante se verá. Seguiu cedo, no dia 3 de maio para Uberaba na comitiva do Governador Ludovico.

Na cidade mineira, Israel hospeda-se no Grande Hotel, mas Juscelino aceita ficar na residência do Prefeito, que se chamava João e era por todos conhecido como “João Prefeito”.

Nesse meio tempo, Venerando Borges = estende-se Tamanini – se dirigira ao Grande Hotel e ali aguardava, no hall de entrada, que Israel Pinheiro aparecesse. Trazia consigo um livrinho, uma brochura, cujo título era “A Nova Capital do Brasil – Estudos e Conclusões”. Esse livro fora preparado, algum tempo antes, por determinação do Governador Juca Ludovico, e reunia os pronunciamentos das mais

diversas personalidades brasileiras, acordes, todas, em que a localização da futura capital só poderia ser no Planalto Goiano. Encarregado de reunir, de compilar todo esse material e com ele produzir o livro, Segismundo de Araújo Mello lembrou-se de incluir na coletânea, como peça de abertura, o sonho de Dom Bosco.

Tamanini avança em seu relato:

Era do conhecimento de todos a devoção de Israel a Dom Bosco, o que se confirmaria mais tarde, quando determinou que a primeira edificação de Brasília fosse uma capelinha (a Ermida) dedicada àquele santo. Tinha-se por isso, a certeza de que Israel viesse a saber que Dom Bosco antevia o surgimento de Brasília no Planalto Goiano e não em Minas, deixaria de lado a teimosia e passaria a apoiar a solução goiana. Como fazer chegar, entretanto, às mãos de Israel, sem o carimbo de “endereço certo”, o providencial livrinho?

Atento, o Prefeito de Goiânia, quando Israel apareceu no Hotel, entrou com ele no elevador, como se fosse um outro hóspede qualquer, segurando o livrinho junto ao peito de tal modo que Israel pudesse ler o título, “A Nova Capital do Brasil”. Quando Israel viu o livro, não se conteve e pedia: -Ô moço, você podia me emprestar esse livro? Venerando Borges ofereceu o livro a Israel: “Doutor Israel, eu tenho outro exemplar, pode ficar com este.

### **A Tradução**

Na minuciosa pesquisa de Lourenço Tamanini, ele afirma que o primeiro a mencionar o “Sonho de Dom Bosco” foi Monteiro Lobato em 1935, no “Diário de São Paulo”, em matéria com o título “Até os santos afirmam que há petróleo no Brasil”.

Muitos anos depois, ainda segundo Tamanini, quando Juca Ludovico deu a incumbência a Segismundo Araújo de Mello para preparar o livrinho, entregue a Israel Pinheiro por Venerando de Freitas Borges, ele procurou Alfredo Nasser para se inteirar de um artigo que este fizera em defesa da transferência da capital,

citando o Sonho de Dom Bosco. O ex-Senador Alfredo Nasser não se lembrou do artigo e nem da fonte.

Agora segue o relato de Tamanini:

Recorreu Segismundo ao seu cunhado Germano Roriz, grande amigo dos salesianos, e Poe intermédio dele obteve do padre Cleto Calimam, daquela Congregação e diretor do Ginásio Anchieta, de Silvânia, (cidade do interior de Goiás), uma cópia do sonho, com sua tradução para o português.

Ao ler a tradução, Segismundo se decepcionou um pouco. O que havia no sonho, que talvez dissesse respeito à construção da capital no Planalto, resumia-se a um trecho não muito explícito:

Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz repetidamente: Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.

Conta Padre Cleto Calimam – ao ser entrevistado por Tamanini em 1982 – que Segismundo Melo, depois de ler, lhe perguntou: -“Padre Cleto, aqui não está bem sintetizado o problema da futura capital. Dom Bosco se refere a riquezas incalculáveis e à formação de um lago. O senhor poderia dar um jeito para que a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização”?

Segundo o sacerdote, sua resposta foi a de que talvez pudesse fazer alguma coisa, mas correriam por conta e risco de Segismundo as consequências.

Antes da impressão do livro, Segismundo teve tempo de refletir e decidiu que o texto seria reproduzido de acordo com o original, a fim de resistir a qualquer confronto; mas o livrinho publicaria uma foto de Dom Bosco e, na legenda, então se diria algo mais...

E assim foi feito. Na legenda, se escreveu, conforme ficou dito: “São João Bosco, que profetizou uma civilização, no interior do Brasil, de impressionar o mundo, à altura do paralelo 15°, onde se localizará a nova Capital Federal”.

E Lourenço Tamanini conclui: “Essa expressão, “uma civilização de impressionar o mundo”, que não consta do sonho nem foi usada por Dom Bosco hora nenhuma, acabou por se transformar na síntese “oficial” do sonho-visão, a ela se reportando, expressamente, com pequenas variações, todos quanto ao sonho já se referiram, ligando-o à construção de Brasília”.

Lourenço Tamanini com seu livro “Brasília – Memória da Construção” traz uma contribuição inestimável à história, e coloca, no prosaetrio, atores sociais que merecem destaque como José Ludovico de Almeida, Germano Roriz, Segismundo de Mello, José Peixoto da Silveira, Venerando de Freitas Borges, o Marechal José Pessoa, Ernesto Araújo Silva, Israel Pinheiro e o condutor de sonhos, Juscelino Kubistchek de Oliveira.

Dos goianos já se disse que “são mineiros que fugiram para o mato”, mas neste episódio singular de engenharia política fica uma axioma pedagógico: “Maior é o mestre que ensina aos seus alunos tudo o que sabe sem ter o medo de ser superado”.

Os mineiros têm há priscas eras a fama de mestres em política, mas, nessa, os goianos colaram grau como doutores.

A Ditadura Civil e Militar de 1964 utilizou a “Operação Dom Bosco” para fazer esquecer a decisão política e administrativa do Presidente Juscelino Kubistschek de Oliveira de construir Brasília, cantilena que até hoje persiste nas bocas de pseudo historiadores e governantes, parlamentares e os mais variados segmentos culturais, repetindo que a Capital da República e a luta do povo brasileiro para a interiorização da Capital Federal deve-se ao “sonho” do educador italiano.

## Mestra Ricarda e sua missão de educar

*Pedro Nolasco de Araújo\**

Um primeiro contato com a vida da mestra Ricarda d'Alcântara e Silva põe a gente cara a cara com um exercício de etimologia.

Ora a palavra “Alcântara”, do nome de Ricarda, significa precisamente “a ponte”.

Acena também para as suas raízes nobiliárquicas.

Segundo depoimentos da historiadora Rosolinda Batista Cordeiro no livro ‘Reminiscências de um sertanejo’ e publicação no jornal ‘O Popular’, dois irmãos vieram do Rio de Janeiro para Meia Ponte, hoje Pirenópolis, na antiga Província de Goiás.

Rosolinda escreve ainda: “ambos eram do mesmo tronco da família imperial de D.Pedro II.”

Um desses irmãos, que se chamava Pedro d'Alcântara e Silva, deslocou-se do arraial de Meia Ponte para o de Arraias.

Já o irmão desse foi bater em Vila Boa ou Cidade de Goiás.

Lê-se de fato, em “Reminiscências de um sertanejo”, ter Pedro, coletor estadual por nomeação, se radicado em Arraias, que pertencia à Província de Goiás.

Alí se lê que o ouro “derramava abundante pelas terras e era cobiçado por muitos que tentavam levá-lo ilegalmente para outros lugares”.

---

\* Pedro Nolasco de Araújo, é Sócio Titular do IHGG, Cadeira nº 35

Pedro d'Alcântara “exerceu suas funções com eficiência e coragem”.

Não demorou a sentir seu coração arder por Rosolinda de Moura, “filha do rico senhor de engenho Liberato de Moura e D. Inácia Bastos de Almeida”.

“Reminiscências de um sertanejo” informa terem se casado “e feliz foi seu lar, pleno de harmonia”.

Essa união gerou os filhos: João, Ricarda, Maria, Ana e José.

Naquele tempo, em que as mulheres não tinham quase nenhum incentivo para os estudos, o capitão Pedro d'Alcântara não aceitou que seus filhos crescessem analfabetos, razão pela qual decidiu instruí-los ele mesmo, no que obteve grande sucesso.

A gente lembra que essa modalidade de aprendizado, em casa ou a domicílio, foi, naquele tempo, ante a falta de instituições oficiais de ensino, a forma encontrada por muitas famílias para instruir seus filhos. A gente lembra ainda, só para exemplificar, que o mestre de primeiras letras do poeta Leo Lynce foi seu avô materno, Francisco Joaquim Marques.

“Por várias décadas foi um meio do qual se valeram as famílias para dar aos filhos ao menos os rudimentos das primeiras letras”, escreve a doutora e professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva em sua preciosa obra, “Tradição e Renovação Educacional em Goiás”. “Desde que era limitadíssimo o número das escolas particulares, e mesmo públicas e, ainda dadas as grandes distâncias, restava-lhes o recurso de buscar um professor, dentre pessoas que, ao menos razoavelmente, pudessem desempenhar-se desse mister.”

Isso quando os próprios familiares mesmo, como se deu com Pedro d'Alcântara e Silva, não tomavam a si a ingente tarefa de educar a sua prole.

Uma vez que mencionamos não contarem as mulheres com quase nenhum estímulo para estudar, façamos uma pausa aqui para situá-la no século XIX.

“Olhada a questão pelo ângulo referente ao aluno, verifica-se que os meninos sempre levavam vantagens em relação às meninas no tocante à oportunidade de frequentar escola”, manifesta-se Nancy Ribeiro. “Quando uma família se preocupava mais seriamente com a educação da prole, isto significava, bem entendido, a do sexo masculino”.

Nancy acrescenta:

“A mulher, cabendo-lhe a função de dona-de-casa, permanecia reclusa no interior do lar, furtando-se às aparições sociais. Em linguagem bem dosada e impregnada de espírito de observação, Saint-Hilaire, a respeito, frisa que elas, não recebendo nenhuma educação, possuíam uma conversa destituída de interesse, eram embaraçadas e estúpidas ao ponto de não serem mais do que a fêmea dos homens”.

A gente crê que a própria ideia de sexo frágil, cultivada ou alardeada pela sociedade machista, dava a entender que as moças padeciam de algum tipo de debilidade intelectual. Flagrante preconceito.

Ainda estávamos longe das ideias liberais lembradas por Leo Lynce (1926): “A mão feminina não foi apenas feita para o macio casulo da luva perfumada, para o beijo galante e abrasador, não! Essa mão que abençoa e afaga, ‘lírio nevado, de cinco pétalas, que perfuma o adeus, foi também feita para empunhar a pena, ora suave como a carícia do luar, ora flamívoma como a espada do Arcanjo, no campo do pensamento e nos embates das questões sociais”.<sup>1</sup>

Daí que ao menino, por ser homem, obrigava-se a frequentar escola; à menina, por ser mulher, dispensava-se dessa obrigação.

Não obstante essa situação tão desigual e injusta, alguns órgãos de imprensa do século XIX batiam-se já pela concessão do mesmo tratamento às meninas.

---

1 *Jornal O Lar*, Goiás (GO), ano I, n. 6, 30 de outubro de 1926, pág.3.

“Em editorial, *O Publicador Goyano* (janeiro 1886) batia-se para que se desse à menina a mesma forma de educação oferecida aos rapazes, em escolas mistas abertas pelo governo e nas quais se substituíssem os professores de primeiras letras por professoras por serem elas mais amenas e mais aptas ao mister”, diz Nancy Ribeiro. “No estudo da evolução do ensino encontramos a pessoa do jornalista a aparecer como alerta do governo e da população para o valor e importância da educação.”

Neste ponto, a gente manifesta a nossa indignação com a então realidade da mulher e encerra a presente pausa, a fim de voltar à porção de história de Ricarda d’Alcântara e Silva.

Ricarda, segunda filha de Pedro e Rosolinda, inteligente, meiga e de vontade férrea, aprendeu a ler com facilidade, empolgando-se com as notícias dos centros mais adiantados, trazidas pelos jornais que lhe caíam às mãos, embora com atraso de 6 meses ou mais.

A jovem conhece o promotor público, Josino de Abreu Caldeira, e com ele se casa. São os pais do odontólogo e advogado João d’Abreu, “que se tornou expressivo político em Goiás e no Brasil”. Distante do filho João, que cursava odontologia no Rio de Janeiro, Ricarda solicita ao primo e fraterno amigo, marechal Braz da Silva Abrantes, então senador da República (1906 – 1915), apoio moral e logístico ao estudante.

Se o Alcântara de Ricarda acena para a estirpe de Pedro II; o Abreu de Josino, por sua vez, acena para a estirpe vigorosa e remota dos condes normandos de Evreux.

Principia essa família em Gonçalo Martins de Abreu ou Evreu, natural da cidade normanda de Évreux.

Ora quase todo Abreu se diz oriundo dessa nobre e valorosa e remota fidalguia.

Não teria sido diferente com Josino.

Façamos outra pausa aqui para ressaltar que João d'Abreu parece ter herdado a vontade férrea da mãe. Um fato, relacionado à mudança da capital goiana, dá mostras veementes disso.

Mas que fato?

Aquele em que forças retrógradas quiseram impedir que votassem o decreto que determinava a transferência da sede do poder.

Impedir de que forma? Lacrando as entradas do prédio da Assembléia Legislativa.

Foi João d'Abreu quem, com coragem e vontade férrea, tendo chegado à Cidade de Goiás, vindo do Rio de Janeiro, investindo-se na função de presidente do legislativo, acompanhado de mudancistas, providenciou o arrombamento do local.

O resultado foi o decreto de 23 de março de 1937.

O decreto que permitiu a mudança definitiva da sede do poder para Goiânia. No correr da histórica sessão, um bilhete anônimo caiu nas mãos dele: “João d'Abreu, tu vais morrer!”

Neste ponto, encerramos essa nova pausa e tornamos a Ricarda.

Lembram-se daquele exercício de etimologia que relaciona “Alcântara” com o significado de “a ponte”?

Pois bem, a mestra, ora biografada, foi a ponte que garantiu a passagem de muitas moças ao ensino formal.

Fora fato raro para a época foi, a 16 de outubro de 1882, a sua nomeação, por ato do presidente da Província de Goiás, Theodoro Rodrigues de Moraes, para mestra da Escola do Sexo Feminino de Taguatinga. O próprio Moraes, no relatório de 22 de fevereiro de 1883, com que passou a administração da Província ao sucessor, relata que:

tendo sido restabelecidas pelas resoluções provinciais n. 572 e 682, de 31 de Julho e 29 de Agosto do anno passado, as escolas do sexo feminino de S. Domingos, Taguatinga e Villa Bella, por actos de 16 e 21 de outubro e 2 de Novembro, nomei professoras interinas para a de Villa Bella a d. Rosa Amelia de Siqueira Fleury, de **Taguatinga D. Ricarda d'Alcantara e Silva** e de S. Domingos a d. Joaquina Alexandrina d'Oliveira Pinheiro.

Tal nomeação vai estampada no *Correio Oficial*, nº 13, anno XLVI, Goyaz, sabbado, 31 de março de 1883, primeira página. A entrada no respectivo exercício e juramento de bem cumprir seu nobre officio deu-se no dia 8 de janeiro de 1883, conforme *Correio Oficial*, nº 11, anno XLVI, Goyaz, sabbado, 17 de março de 1883, página 6.

Fato raro porque, como escreve a professora Nancy Ribeiro, a sociedade daquele tempo restringia ou dificultava muito o acesso da mulher ao ensino.

Uma instituição educativa voltada exclusivamente ao sexo feminino era um acontecimento social.

A gente acha todavia, naqueles dias, no que se relaciona à mestra Inhola, na antiga Vila Boa, escola para ambos os sexos.

“Entremos naquela casinha modesta da Rua do Carmo, transformada em vasto salão, onde os meninos se sentavam de um lado e as meninas, do outro, em bancos toscos encostados às paredes, separando-os diversas mesas unidas umas às outras, a que chegávamos para escrever de pé”, relata Célia Coutinho Seixo de Brito em sua obra, ‘A mulher, a história e Goiás’. “Escola modestíssima, onde os alunos aprendiam a ler, escrever e contar e, treinados em cálculos mentais, dali saíam preparados, aptos para a vida prática ou para ingressarem no Liceu”.

Outra escola, dirigida aos dois sexos, ainda em Vila Boa, ia por conta de outra Mestra. É o que relata Cora Coralina em os versos de “A Escola da Mestra Silvina”:

A gente escreveu, lá atrás, sobre a escola exclusiva para moças de Santa Maria de Taguatinga. Recebida ali com efusivo carinho e grande alarde, a mestra Ricarda dedicou-se com afinco ao magistério. Cumpre salientar não ter ela se limitado a instruir meninas. Alargou seus ensinamentos também aos meninos, e quantos! Dentre os meninos, conta-se Felipe Antônio Xavier de Barros, brilhante general, que vai, em torno de 1946, exercer a interventoria do Estado de Goiás. O general se sentirá feliz, algum tempo depois, já interventor em Goiás, ao saber terem atribuído o nome da antiga mestra a uma escola do Norte do Estado.

Cumpre todavia seu nobre magistério também na Vila de Arraias, conforme o Decreto nº 595, de 19 de Dezembro de 1899, já em plena República, em que se vê nomeada, pelo então presidente Urbano Coelho de Gouvêa (1898 – 1901), para “professora interina da escola de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Arrayas.” Pouco depois, o ensino primário entra a ser regido pelo regulamento ou Decreto nº 611, de 27 de Janeiro de 1900, parece que dentro da reforma Urbano Gouvêa, e as escolas classificadas como de: a) primeira entrância; b) segunda entrância e c) elementares mistas. Sendo que a de Arraias e os seus respectivos professores enquadrados como de “primeira entrância”.

“O mestre-escola, em sua sala, fosse esta pública ou particular, desempenhava, a despeito de suas limitações, um trabalho de alta relevância por retirar concidadãos do analfabetismo absoluto”, reconhece Nancy Ribeiro. “Tanto mais significativo se torna este trabalho quanto se conhece que, afora estas aulas, a Província não contava com quaisquer outros estabelecimentos de difusão do ensino elementar. A escola de Goiás encontra seu maior

significado quando a esta constatação se acresce o fato de que diminuto era o número de estabelecimentos de nível secundário.”

Não havia chamada  
e sim o ritual  
de entradas, compassadas.  
“ – Bença, Mestra...”  
Banco dos meninos.  
Banco das meninas.  
Tudo muito sério.  
Não se brincava.  
Muito respeito.

Goiânia, 19 de setembro de 2019.

## Perfis femininos em Vila Boa de Goiás<sup>1</sup>

*Lena Castello Branco\**

O livro de minha autoria “Poder e paixão: a saga dos Caiado” (Goiânia: Cãnone Ed., 2009, 2 v.) foi estruturado de maneira a narrar a história da família Caiado através de algumas das suas personagens, tendo como pano de fundo a História de Goiás e do Brasil, das quais foram partícipes e protagonistas. No trabalho desenvolvido ao longo de quase dez anos, recorreu-se a documentos manuscritos e impressos, fotografias, objetos de uso pessoal, edificações e depoimentos orais, dentre outros. Em verdade, o arquivo da família Caiado compreende acervos pessoais que, pela sua riqueza e conteúdo, constituem-se em “fontes de enfeitamento”, na expressão de Christophe Prochasson.

Chama a atenção o fato de que a maior parte dos depositários de tais acervos é constituída de mulheres, ciosas guardiãs da memória familiar. De igual modo, muitas das personagens que compõem a extensa galeria, ora revisitada, são vultos femininos. Vejamos:

---

\* Lena Castello Branco Ferreira doutora em História Social; professora titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Sócia emérita do IHGG.

1 Texto elaborado a partir de exposição feita na AFLAG (Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás), em novembro de 2010.

## 1. BRÍGIDA (BRÍZIDA) RIBEIRA COELHO DE ALMEIDA

Brígida (ou Brízida) Ribeiro Coelho de Almeida era filha do sesmeiro vizinho de Manoel Cayado de Souza. Manoel e Brígida casaram-se e estabeleceram-se em terras da Fazenda Europa, nas Matas da Paciência, em Vila Boa de Goiás. As informações sobre esse casal são fragmentárias: quando Manoel Cayado requer a El-Rei a concessão de uma sesmaria, diz precisar de terras para plantar e garantir “sua sustentação e de seus escravos” – ficando claro que os tem, para trabalharem nas ditas terras.

No último quartel do século XVIII, mesmo com a decadência da produção aurífera, continuavam a chegar a Goiás aventureiros em busca do ouro. Os Caiado, contudo, estabeleceram-se como agricultores e criadores, descrendo da fugacidade da mineração e acreditando na viabilidade e perenidade das atividades agropastoris.

Na Fazenda Europa foi edificada a casa de residência de Manoel e Brígida: uma telha do oitão traz inscrito o número 1792, ano provável da construção. Extremamente rústica, aos nossos olhos ela parece feia e pobre: o traçado alongado indica influência paulista, com um corredor que vai da porta de entrada à varanda posterior. Um “quarto escuro”, no centro da morada e protegido do calor, do barulho e da soalheira, destina-se à guarda dos valores do casal, às moças donzelas e às mulheres paridas e suas crias. Ao derredor, há remanescentes do pomar e vestígios da senzala.

Manoel vem a falecer, possivelmente em 1789. Deixa viúva (Brígida) e dois filhos, ainda meninos: José e Antônio. Na sociedade de fronteira, os homens morrem cedo. A vida é árdua, os frutos colhidos são modestos. Com o esgotamento das minas, o empobrecimento generaliza-se e muitos deixam as Minas de Goiás. Manoel Cayado continua como “rosseiro”, ou seja, fazendeiro e criador, mas, dadas as dificuldades, atrasa-se no recolhimento dos dízimos.

À época, a mais alta autoridade fazendária da Capitania de Goiás é Martinho Ludovico de Almeida, Tesoureiro Real e deputado à Junta da Real Fazenda. Com vistas a aumentar a arrecadação, “dizimeiros” (coletores de dízimos) vão à fazenda de Brígida, viúva de Cayado; há registros de cobranças e de multas que viriam a ser pagas por ela, parceladamente (1791-1795). Acompanhado de outros funcionários do fisco, um avaliador da produção dos “rosseiros” (proprietários rurais) obriga Brígida a concordar com os preços e quantidades estimadas; como não sabe ler, nem escrever, assina “a rogo” um dos soldados que escoltam o cobrador.

Os filhos, José e Antônio, prosseguem nas atividades agro-pastoris, em suas próprias terras ou como administradores de fazendas e sítios vizinhos. José casa-se com Maria Gertrudes de Souza; o casal tem vários filhos. Um deles, José Caiado – o segundo do nome - vive na companhia da avó, Brígida. Certa noite, ela o repreende por ter chegado tarde em casa. Desgostoso, José deixa a família e a terra natal - e nunca mais volta. Anos depois, foi possível localizá-lo: fixara residência no Espírito Santo, onde veio a casar-se, dando início ao ramo capixaba da família.

A pioneira Brígida faleceu em 1821, em idade avançada. Ainda hoje, é lembrada por seus descendentes como mulher de personalidade forte a autoritária, guardiã e transmissora de valores que continuam a ser cultivados pela família.

Duas gerações depois, Antônio José Caiado – neto de Brígida e filho de José Caiado de Almeida - casa-se com Tereza Maria da Conceição Cachapuz e Chaves que, depois de dar-lhe cinco filhos, morre na flor da idade. Fazendeiro, tropeiro e dono de engenho de cana, Antônio José é também fabricante de pinga (aguardente). Por meio do trabalho consegue amealhar considerável fortuna. Primeiro Caiado a ingressar na política, associa-se

aos Bulhões Jardim e vem a ser o braço agrário do Clube Liberal, versão goiana do Partido Liberal, recém fundado na Corte.

Antônio José Caiado casa-se mais duas vezes, sem descendência. Quando viúvo tem um romance rocambolesco com uma índia, que engravida e é raptada por seus irmãos de tribo. Segundo relata Oscar Leal, desse affaire nasceu uma filha, de nome Aygara, que o cronista encontrou casualmente, em circunstâncias algo improváveis.

## 2. CLAUDINA FAGUNDES DE AZEVEDO

Claudina Fagundes de Azevedo teria 15 anos de idade quando conheceu Torquato Ramos Caiado, filho primogênito de Antônio José Caiado, que viera para São Paulo (1866), a fim de estudar na Academia de Direito.

Recém chegado do interior, o jovem goiano matricula-se no Curso Anexo, para fazer os Preparatórios e ingressar no curso jurídico. Na capital paulista, deixa-se empolgar pela boêmia estudantil, frequentando teatros e rodas literárias, quando conheceu – entre outras celebridades - Castro Alves e Joaquim Nabuco, de quem se tornaria amigo. Entrementes, passa a cortejar Claudina.

Ela era descendente de Terebê, segunda filha do cacique Tibiriçá, chefe tupiniquim aliado dos portugueses, em cujas terras foi edificado o Colégio de São Paulo de Piratininga, marco inicial da cidade. Batizada com o nome cristão de Maria da Grã, casou-se com o reinol Pedro Dias, que viera para o Brasil como irmão leigo da Companhia de Jesus, mas foi escolhido por Tibiriçá para ser seu genro.

Era descendente desses primeiros colonizadores a mãe da jovem Claudina, dona Maria Francisca da Glória Fagundes. Por si e por Claudina, Torquato deu entrada na Câmara Capitular de São Paulo com petição em que diz estarem “justos e contratados

para se casarem”. Alegando “grande distância do lugar de {sua} naturalidade”, pede dispensa dos proclamas e esclarece que “não há oposição alguma” ao enlace, assegurando ainda que “pretende tratar da justificante (Claudina) e filhos se os tiverem”.

De acordo com a tradição oral da família Caiado, Claudina seria pouco mais do que uma criança quando conheceu Torquato e mutuamente se apaixonaram. O pai da jovem, ao tomar conhecimento do romance, teria exigido que se casassem imediatamente. Impôs, todavia, que os esposos não coabitassem, uma vez que Claudina ainda não seria adulta.

Nesse íterim, segundo a mesma versão, Antônio José Caiado determinou a volta do filho Torquato para Goiás. Conhecendo as dificuldades da longa e sofrida viagem até sua cidade natal, o jovem enamorado teria proposto ao futuro sogro que permitisse a Claudina acompanhá-lo, prometendo manter-se distante da esposa, à espera de que ela se tornasse núbil. Seguiriam ambos para Goiás, sob a guarda de uma dama de companhia, a quem caberia fiscalizar o cumprimento do acordo, selado com a palavra de honra do rapaz. Essa novelesca versão reza, ainda, que, obtida a permissão paterna, Claudina e Torquato viajaram, de fato, sob a vigilância de uma *chaperone* - e que o compromisso foi respeitado.

Os dados constantes do processo de dispensa matrimonial não ratificam integralmente a história e discrepam quanto à idade da noiva, constando dos autos que ela teria 19 anos ao casar-se. Na verdade, Claudina contava 16 anos, conforme declaração de sua mãe. Assinale-se, ainda, que, se houve pressão para a realização do casamento, esta não partiu do pai de Claudina, Felisberto Henrique de Azevedo, que – segundo depoimento da própria esposa – via-se forçado a manter-se longe da mulher e da filha “por sofrer de moléstia (pênfigo foliáceo) que o obrigou há anos a deixar a companhia da família e viver fora de todas as relações da sociedade”.

Não resta dúvida de que foram incomuns as circunstâncias em que se realizou o enlace. Na petição inicial, Torquato diz “convir a breve realização do casamento”. Com efeito: o processo de *justificação de estado civil e dispensa de proclamas* deu entrada na Câmara Capitular de São Paulo em 27 de março de 1871. Sem demora, foram ouvidas as testemunhas arroladas, pagas as custas e autorizada a celebração do sacramento, no dia seguinte, na Catedral da Sé.

Sabe-se que Torquato e Claudina chegaram a Goiás dezoito meses depois do enlace. Não foi possível conferir se estavam acompanhados de uma *chaperone*. Pouco mais de três anos depois, nasceu Antônio, o primogênito do casal. Seguiram-se dez filhos, dos quais um faleceu aos 14 anos, vítima de acidente com arma de fogo durante uma caçada; outro morreu quando pequeno. Quatro filhas casaram-se com os irmãos Alves de Castro. Essas alianças matrimoniais reforçam os laços de parentesco na política local.

Vinda muito jovem de São Paulo para Goiás, Claudina soube adaptar-se e integrar-se à sociedade e à cultura goiana. Seu temperamento forte fazia contraponto à natureza apaziguadora de Torquato. Entre os descendentes do casal, é lembrada como disciplinadora e perspicaz, no conhecimento das pessoas e das situações. Uma historieta ilustra essa faceta de sua personalidade: ao visitá-la, seu afilhado Urbano Berquó, então com sete anos de idade, começou a fazer estripulias e foi repreendido por ela. Respondeu-lhe o menino com tal vivacidade e eloquência, que Claudina aconselhou-o a estudar direito, visto argumentar como advogado. Transcorrido quase um século, Leão Caiado Filho observa:

*Ao ver o grande causídico goiano, aos 96 anos, em seu escritório de advocacia, diligenciando, peticionando, questionando, levantando-se contra juízes, promotores, autoridades em geral, com a mesma desenvoltura e pertinácia dos seus anos de juventude, crê-se na clarividência de Claudina.*

### 3. IRACEMA DE CARVALHO CAIADO

Iracema Pimentel de Carvalho era de família da alta sociedade carioca; o pai, oficial de marinha e engenheiro, exercera durante muitos anos a função de Comissário Geral de Imigração na Itália. Na infância, Iracema foi interna no Colégio Santa Marcelina, em Gênova, onde recebeu esmerada educação. Depois da proclamação da República, a família volta para o Rio de Janeiro, onde integra a elite da capital.

O filho primogênito de Torquato e Claudina - Antônio (Totó) Ramos Caiado - seguiu os passos do pai e foi estudar na Faculdade de Direito de São Paulo. Familiares, amigos, adversários e inimigos - até Pedro Ludovico - são unânimes em afirmar que Totó Caiado era homem de grande beleza física: alto, forte, olhos azuis, perfil apolíneo, atraía os olhares e impunha-se pelo carisma e força da personalidade.

Matriculou-se nos cursos de Direito e de Ciências Sociais, então ministrados naquela tradicional instituição de ensino superior; quando cursava o 2º. ano, irrompe a Revolta da Armada que, no Rio de Janeiro, ameaça a República (1893).

Totó Caiado é dos primeiros a ingressar como voluntário no Batalhão Acadêmico, formado por estudantes das escolas superiores de São Paulo, que vão combater na defesa das instituições republicanas. O “batalhão dos doutores”, como é conhecido, segue de trem para o Rio de Janeiro e é designado para a Fortaleza de São João.

Totó e outros acadêmicos recebem a missão de operar um enorme canhão, relíquia da guerra franco-prussiana, postado à entrada da Baía de Guanabara. As balas de tão antiquado armamento eram pesadíssimas, pelo que municia-lo exigia esforço físico descomunal. Coube a Totó Caiado e seus colegas desempenhar a hercúlea tarefa, não faltando comentários irreverentes

dos jornais à obsolescência do velho canhão; até uma polca foi dedicada às “balas da vovó”.

No Rio de Janeiro, Totó conhece Iracema Pimentel de Carvalho e os dois jovens apaixonam-se: ele tem 21 anos e ela, 19. A tradição familiar lembra que era bonita e elegante, de silhueta delicada e grandes olhos sonhadores. Quando a filha é pedida em casamento pelo impetuoso acadêmico, o pai mostra-se receoso de ela não se adaptar às condições de vida no distante estado de Goiás; sugere ao pretendente que se mude para o Rio de Janeiro, onde um bom emprego lhe seria garantido.

Os planos de Totó, entretanto, estavam traçados em outra direção: pretendia voltar para o estado natal, depois de concluído os cursos que começara; e decidira ingressar na política, seguindo os passos do avô, Antônio José Caiado, então senador da República.

Com efeito: depois de formado, Totó regressa a Goiás – onde se envolve com Eugênia Leite, de quem tem um filho, que reconhece e registra. Consta que contou ao futuro sogro sobre a existência do menino e deixou-o à vontade para romper o noivado, com o que Iracema não concorda. Com a mãe, ela viaja para comprar o enxoval na Itália.

O casamento de *Totó* e Iracema realiza-se no Rio de Janeiro, em cerimônia íntima, celebrada no elegante bairro de Santa Tereza e noticiada no *Jornal do Comércio*. Em verdade, Iracema é a típica moça de família abastada, romântica e mimada, cuja vida transcorre entre a proteção e os confortos de sua morada e as festas e galas das altas rodas. Ilustra bem sua mentalidade o fato de que, poucos dias depois de casada, com vistas à mudança para Goiás, onde o marido é político e fazendeiro, ela adquire um traje de amazona em um dos mais requintados magazines da Rua Uruguaiana, centro da moda carioca.

Os recém-casados seguem viagem, rumo a Goiás. Vão de trem, até Uberaba; daí em diante, a cavalo. Para Iracema reservar-se o (des)conforto do banguê, espécie de cadeirinha atada a duas varas, balançando ao passo das alimárias.

Avançam devagar, pois a bagagem é enorme, bruacas e malas levando o precioso enxoval. As distâncias são imensas, tudo é primitivo e difícil; lamaçais, chuvas e mosquitos fazem parte do cotidiano.

Depois de dois meses, chegam afinal à Cidade de Goiás, a modesta capital do estado que, com seu casario singelo, debruça-se sobre o rio Vermelho. O jovem casal irá residir em enorme casa despojada e rústica, na chácara que *Totó* comprara na Rua Nova.

Os vilaboenses aguardavam com curiosidade a moça que conquistara o coração de *Totó* Caiado. Iracema sentiu-se alvo de todos os olhares, pela sua condição de esposa do cobiçado bacharel, mas também pela sua maneira de ser, pelo refinamento à europeia que destoava do ambiente provinciano.

*Totó* Caiado não incentivava Iracema a participar da limitada vida social da cidade. Nas poucas vezes em que saía à rua, ela sentia-se vigiada e avaliada. Janelas abriam-se à sua passagem e, por traz das rótulas, olhos curiosos analisavam-na, o que a mortificava. Para sua maior perturbação, o filho natural de *Totó* e a mãe passaram a residir na chácara da Rua Nova, onde Eugênia trabalhava como empregada doméstica.

A primeira filha de Iracema e *Totó* nasceu um ano e dois meses depois do casamento. Diz a tradição familiar que, esperando um filho varão, o pai deu à recém nascida o nome de Consuelo – frágil *consolo* para sua decepção de macho. Nos próximos anos, vieram à luz mais quatro filhos do casal: Cory e Comary alcançaram idade adulta; Jupira e Codory faleceram em tenra idade, sendo sepultados na Fazenda Europa.

Iracema teve a saúde minada por gestações sucessivas, além do trauma emocional da morte dos filhos. Diferenças culturais e de temperamento provocaram o desgaste do casamento. O relacionamento do casal era dificultado por crises de ciúmes; a esposa fechava-se no quarto do casal e passava dias sem se alimentar.

A política empolgava *Totó* que, depois de exercer mandato de conselheiro municipal e deputado estadual, foi nomeado secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública. Viajava com frequência para suas fazendas e pouco ficava com a família. Iracema estranhava o desconforto da casa, a falta de energia elétrica, de gás de cozinha, de banheiro com água encanada. Inconformada com a morte dos filhos, distanciava-se do marido. Grávida mais uma vez, ficou seriamente doente.

Dada a precariedade dos recursos médicos disponíveis na capital goiana, partiu para o Rio de Janeiro, em busca de melhoras. O marido e a cunhada, Diva, levaram-na até Uberaba, onde a esperava um dos seus irmãos. *Totó* voltou para Goiás e Diva acompanhou-a até a casa dos pais.

Meses depois, nasceu-lhe, no Rio de Janeiro, mais um filho - Corival- que faleceu com um mês de vida. Mesmo assistida pelos mais eminentes médicos, Iracema não obtinha melhoras. *Totó* foi visitá-la, mas logo retornou a Goiás. Não voltaria a ver a esposa, que faleceu aos 29 anos de idade.

Na Velha República, vivia-se a *belle époque*, caracterizada por acentuada influência francesa na sociedade brasileira, o que se fazia sentir nos costumes, na linguagem, nas artes e na moda. Na pequena elite letrada da distante Cidade de Goiás, acentuara-se o gosto pelo estudo de francês e de piano.

Com efeito, no expirar do Império, um jornal local publica versos dirigidos a uma vilaboense anônima, satirizando tais refinamentos:

*Tu falas bem o francês, bordas e pintas  
E ao piano é mais que Gottschalk.  
A bolsa do teu pai sofrei desfalque  
Ao dar-te a educação em que requintas*

Nas reuniões sociais, os cardápios são escritos em inglês e francês – como no banquete de 100 talheres, oferecido em junho de 1888 aos políticos locais por Antônio José Caiado, quando foram servidos

*Roast beef au petit pois  
Poisson à Goyenne  
Paca aux olives  
Pouding à La Fédération des Provinces*

Na empobrecida Cidade de Goiás, o cultivo do espírito é sinal de distinção; a fundação do Colégio Santana por freiras dominicanas francesas contribuiu para ampliar a influência francesa no gosto e na cultura vilaboense.

O escritor Bernardo Elis, que viveu os anos de mocidade na Cidade de Goiás, refere que alguns dos descendentes dos bandeirantes ressentiam-se de “pobreza envergonhada”. Relata, ainda, que mulheres de famílias tradicionais preferiam ir à missa da madrugada, pois a penumbra que antecede o alvorecer não deixava ver as roupas gastas e os sapatos puídos que usavam.

De acordo com o mesmo autor, as mulheres vilaboenses eram submissas, como acontecia, de resto, em toda a sociedade patriarcal brasileira. Em Goiás, contudo, elas tinham grande ascendência, sendo sua opinião decisiva nas questões familiares. Essa autoridade – que beirava o autoritarismo – decorreria do fato de que os homens ocupavam-se de atividades que os mantinham afastados de casa, por longos períodos. Como fazendeiros, tropeiros ou

militares, eram forçados a delegar autonomia às esposas, na educação dos filhos e no gerenciamento dos assuntos domésticos.

A mulher branca educada e mãe de numerosos filhos transmitia-lhes, como inquestionáveis, os valores da religião, do trabalho, da disciplina e da economia. As meninas assumiam responsabilidades desde a infância, no cuidado das plantas – pomar e horta –, nos trabalhos domésticos e no zelo pelos irmãos menores.

A casa goiana tradicional constituía-se em uma autarcia, produzindo quase tudo de que necessitava: fiação, tecelagem e confecção de cobertas e roupas; feitura de doces e licores; criação de animais domésticos nos enormes quintais, que abrigavam desde vacas leiteiras a “capados” e galinhas.

A vida das mães de família era árdua e trabalhosa, até porque, como regra geral, assumiam a cozinha doméstica, com vistas à economia e à melhoria da alimentação. A despeito de proles numerosas e tantas e tão exaustivas atividades, muitas dessas mulheres encontravam tempo para ler e para escrever, chegando mesmo a fundar jornais femininos.

#### 4. CONSUELO CAIADO

Filha mais velha de Antônio (*Totó*) Ramos Caiado e Iracema de Carvalho Caiado, o perfil de Consuelo Caiado discrepa da figura feminina que prevalece na Cidade de Goiás, na primeira metade do século XX. De suas irmãs, Cory e Comary, somente esta veio a casar-se - com o primo Lincoln Caiado de Castro, médico que ingressa na política e elege-se deputado federal. Mais dez irmãos nascerão do segundo casamento de Totó com Maria Adalgisa de Amorim Caiado (Mariquita).

Quando Iracema faleceu, no Rio de Janeiro, suas três filhas ficaram com a família materna, sendo internas no requintado Colégio Notre Dame de Sion. Esse período marcou profundamente Consuelo, que – sem obter êxito – procuraria mais tarde manter

contato com a família materna. Embora fosse muito ligada ao pai, jamais deixou de evocar a figura frágil e elegante da mãe, de quem entrevista o perfil idealizado e lembrava a esmerada educação.

Quando *Totó* Caiado casou-se em segundas núpcias com Maria Adalgisa de Amorim (Mariquita), as filhas de Iracema voltaram para Goiás e foram residir na chácara, em companhia do pai e da madrasta. À época, Consuelo tinha nove anos; Cory e Comary, oito e seis anos, respectivamente.

*Totó* era agnóstico; seus filhos não foram batizados e ele recusava-se a matriculá-los em colégios católicos. Posteriormente, por influência de Mariquita, vieram a receber o batismo, sendo que alguns já eram adultos, em cerimônia celebrada pela madrugada, quase em segredo.

Consuelo, Cory e Comary estudaram em casa, com professores particulares; viviam quase reclusas e não frequentavam a igreja, principal centro de socialização na Cidade Goiás. Em torno delas criou-se a lenda de que seriam meninas ricas, com outro tipo de educação e costumes requintados, o que as mantinha afastadas das demais crianças.

Consuelo gostava de ciências e queria ser médica. Não teve a permissão do pai e resolveu estudar farmácia na faculdade que fora fundada e era dirigida pelo tio, o médico Brasil Ramos Caiado. Depois de formada, ganha do pai a Farmácia Nossa Senhora de Lourdes, na Praça da Matriz, onde passa a trabalhar. Leitora insaciável, destaca-se pela cultura e pela postura independente, sobretudo em relação à posição da mulher na sociedade. Em 1931, elege-se - em chapa exclusivamente feminina - presidente do Gabinete Literário Goiana, a mais antiga instituição cultural do estado, fundada em 1864.

A questão do feminismo era recorrente e discutida apaixonadamente em Goiás. Jornais femininos que circulavam na capital defendiam a participação da mulher na política, bem como o direito de as mulheres votarem.

Em 1926, a goiana Benedita Chaves Roriz consegue ter seu nome incluído na lista de eleitores de Santa Luzia (Luziânia). Chamada a pronunciar-se sobre a legalidade do voto feminino, a Junta de Recursos Eleitorais do Estado de Goiás decide anular o alistamento, partindo do entendimento de que *cidadãos* são unicamente os indivíduos do sexo masculino, e afirmando não existir “lei declaratória do direito político que ora pleiteiam gentis patricias”.

Foi voto divergente o procurador geral do Estado, Dr. Luiz do Couto, para quem estava ultrapassado o estereótipo da mulher confinada ao universo doméstico. Ele não vê com bons olhos, todavia, a presença feminina na política, pois “nenhuma glória lhe advirá [às mulheres]; virão os desenganos; e dessas lutas sairão arruinados seus ideais”. Entende, contudo, que o vocábulo *cidadãos* reporta-se a ambos os sexos, como se depreende da análise de diferentes artigos da Carta Magna; e conclui que a Constituição permite o voto feminino.

O debate sobre os direitos da mulher esteve presente nos trabalhos da primeira Assembléia Constituinte republicana. Na década de 1920, uma das pioneiras do movimento feminista é Bertha Lutz que, no Rio de Janeiro, funda a Liga pela Emancipação da Mulher, ponto de partida para a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Essa agremiação congrega moças e senhoras que, pelo exercício profissional ou através de iniciativas sociais, romperam as amarras da reclusão feminina e trabalham em favor da adesão de outras ao movimento feminista. Dado o *status* social de que desfrutam, têm acesso a congressistas e dirigentes políticos, em movimento articulado que sepulta a falsa imagem feminista de cabelos curtos, trajes masculinizados, andar e gestos desgraçosos.

Bertha Lutz escreve a Consuelo Caiado, convidando-a para o Congresso Feminista que se realizará em junho de 1931; afirma que já a conhece de nome e sabe do seu trabalho, como

farmacêutica e presidente do Gabinete Literário; enfatiza que a Federação Brasileira para o Progresso Feminino precisa fundar um diretório em Goiás e pergunta: “Não quer nos ajudar?”

O momento é delicado: há poucos meses, os Caiado tinham sido afastados do poder e o ex-senador Ramos Caiado estava preso, sob palavra, no Rio de Janeiro. De outra parte, a proposta parece interessante, dado o trabalho que propõe e a visibilidade que confere.

Aceito o desafio, Consuelo consegue a adesão inicial de parentes e amigas. Em maio de 1931, com a presença de 20 sócias — das quais sete assinam o sobrenome Caiado — é instalada na Cidade de Goiás a Federação Goyana para o Progresso Feminino, da qual Consuelo é presidente. Organizada, ela registra em *Relatórios* o funcionamento da entidade.

O lema escolhido para a Federação diz: “*Uma por todas. Todas por uma*”. As sócias usarão broche de prata, com o retrato de Bertha Lutz entre duas mãos que se entrelaçam, tendo nos punhos uma pulseira e uma abotoadura - simbolicamente, a primeira, feminina, e a outra, masculina.

Cresce o número de participantes: em 1933, serão 112 sócias. Nesse ano, haveria eleições para a Assembléia Nacional Constituinte; as feministas trabalham para eleger Bertha Lutz e outras candidatas para a câmara federal. Alternativamente, apoiam políticos que se comprometam com os princípios e reivindicações feministas.

A organização e o funcionamento da Federação Goyana para o Progresso Feminino foram difíceis, dadas as peculiaridades do momento político. Algumas senhoras e moças convidadas a integrá-la negam-se a fazê-lo, em cartas educadas e formais. Em 1933, há embaraços à celebração do Dia das Mães, quando, do púlpito das igrejas, padres católicos denunciaram a iniciativa como sendo de inspiração espírita. Os novos donos do poder receiam que a

projeção da figura de Consuelo redunde em lucros políticos para os “decaídos”, ou seja, os políticos depostos pela Revolução de 1930.

Consuelo desiste de concorrer à reeleição no Gabinete Literário. A Federação Goyana para o Progresso Feminino também entra em compasso de espera. A família Caiado atravessava dias difíceis que haveriam de estender-se até a redemocratização, em 1945.

Enquanto o pai, Totó Caiado, esteve detido no Rio de Janeiro – entre 1930 e 1932 – Consuelo assumiu os negócios da família, juntamente com o meio-irmão, Ubirajara; a madrasta, Mariquita, cuidava sobretudo da casa e dos numerosos filhos, afilhados e agregados na chácara da Rua Nova. As dificuldades acumulavam-se tanto na área política, como social e econômico-financeira.

O conjunto de cartas dirigidas por Consuelo ao pai, nesse período, enseja conhecer a visão dos derrotados e “decaídos” da política a respeito de assuntos e personagens do novo núcleo do poder. Ali estão, sem retoques, a insegurança e a impotência dos perseguidos pelo novo regime que se instalara no país, situação que se prolongaria por 15 anos. Nesse período, seria massivamente divulgado o mito da maldade e violência dos Caiado, em especial, de *Totó* Caiado – sendo impossível a eles defender-se, tendo em vista o autoritarismo e a censura vigentes.

Consuelo não se casou. De certa forma, ela vivenciou uma história de fadas às avessas: de princezinha – filha querida de *Totó* Caiado – transformou-se na bruxa má, a solteirona de modos agressivos e língua afiada que, depois da morte do pai, passou a residir no sobrado da farmácia, na Praça da Matriz. Vivia sozinha, com inumeráveis gatos. De início, não quis instalar água encanada, nem energia elétrica no sobrado, o que afinal foi feito, por iniciativa de amigos. Nos seus últimos anos de vida, converte-se ao espiritismo e é visitada por Chico Xavier, a quem fez doação de 100 alqueires de terras.

De algum modo, resta-lhe certa aura de mistério e de status; é respeitada pela independência e pela cultura. Mantém-se obstinadamente adversária da mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Por ironia do destino, entretanto, quando é acometida de um derrame, levam-na para ser tratada na nova capital do estado, onde vem a falecer (1981).

Quando lúcida, mostrara vontade de ser enterrada na Fazenda Europa, a tradicional propriedade da família. Seu desejo foi cumprido: em uma tarde de março, alguns amigos acompanharam-na à última morada. Chovia muito. No declive de um morro, uma singela cruz de ferro assinala o lugar onde Consuelo Caiado foi sepultada, em meio à vegetação agreste.

Foi herdeira de Consuelo sua única sobrinha, Iracema Caiado de Castro Zilli, filha de Comary e herdeira do nome da avó, a bela moça refinada que viveu um apaixonado e infeliz romance de amor em Goiás.

## 5. BRASILETE RAMOS CAIADO

Brasilete Ramos Caiado era filha de Brasil Caiado e Noêmia Rodrigues Caiado, que se casaram quando ele estudava medicina em São Paulo. Tiveram 11 filhos, estando Brasilete entre os mais novos: nasceu quando o pai estava homiziado em uma de suas fazendas, para escapar à ordem de prisão emitida contra os Caiado pelos “aliancistas” vitoriosos da Revolução de 1930.

Desde meados do século XX, muitas das mulheres da família Caiado formaram-se em diferentes áreas, tais como pedagogia, arquitetura, direito, artes, administração, medicina etc. Brasilete concluiu o curso superior de piano na Escola de Música do Rio de Janeiro e licenciou-se em Letras.

O relativo isolamento social decorrente da perda de status político contribuiu para que os casamentos fossem menos frequentes entre as jovens da família Caiado, naquele contexto histórico. A

despeito da personalidade cativante e inegável beleza pessoal, Brasilete não se casou. Dedicou-se ao magistério e à valorização do patrimônio cultural da Cidade de Goiás, sua grande paixão.

Integrou a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), entidade civil que se propôs resgatar e preservar os bens culturais – materiais e imateriais - da antiga capital de Goiás. Dentre outros serviços prestados à terra goiana, Brasilete foi fundadora da Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, depois Faculdade de Filosofia Cora Coralina – atualmente unidade que integra a Universidade Estadual de Goiás.

Quando teve início o movimento pró-inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, Brasilete Caiado foi escolhida para presidente da Comissão encarregada de liderar tão árdua empreitada, que alcançou êxito, em 1999.

Faleceu em 2003, vítima de um acidente de automóvel, deixando inumeráveis amigos e admiradores de sua personalidade afável e dinâmica.

Encerrando esse breve passeio pela galeria dos perfis femininos da família Caiado, parece oportuno lembrar o papel civilizador desempenhado pelas mulheres em todas as culturas, como transmissoras dos fundamentos básicos da civilização – tais como a linguagem, a religião e os padrões de conduta.

Na sociedade goiana – sociedade de fronteira, instável e turbulenta – esse papel feminino é bem visível e, no caso da família Caiado, contribuiu, sem dúvida, para a manutenção do seu patrimônio simbólico, traduzido na autenticidade, no destemor das atitudes e no amor à terra natal.

# Criador do Exército Brasileiro era goiano de Jaraguá

*Maria Helena de Amorim Romacheli\**

## **Origem do criador do exército nacional**

Tentando fazer justiça à memória do mais notável goiano, esclarecendo sua origem natal, tento neste texto, alinhar fatos.

Joaquim Xavier Curado, criador do Exército Brasileiro, nasceu em Jaraguá, no dia 02.12.1746. Naquela época, com a falta de um reverendo na capela de São José, do Córrego do Jaraguá, distrito religioso integrante da Freguesia de Meia Ponte, hoje, Pirenópolis, era costume as famílias da região levarem as crianças para o sacramento religioso à matriz, onde foi realizado o batismo de Joaquim, dez dias após seu nascimento, tendo como padrinhos os avós maternos.

O batistério reporta esse evento religioso com a seguinte anotação:

*“Aos doze de dezembro de mil sette centos e quarenta e seis, nesta matriz de N. S. do Rosário de Meia Ponte, comarca de Goyaz, baptizou e poz os santos óleos o reverendo coadjutor Manoel Pereira de Souza a Joachim, innocente tendo nascido a dous do mesmo mez, filho legítimo de José Gomes Curado e D. Maria de Serqueira da Assunção moradores **nesta freguesia, (grifamos), ...**”*

---

\* Maria Helena de Amorim Romacheli é historiadora e sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Naquele tempo, o termo “freguesia”, pela sua abrangência, costumeiramente, utilizado pela igreja, englobava os distritos religiosos hierarquicamente a ela ligados, como no caso do povoado Córrego do Jaraguá. Sem dúvida, a “freguesia” traduzia a obediência das comunidades, e, no caso em foco, os remanescentes que formaram o atual município de Jaraguá, onde nasceu e viveu até sua adolescência, Joaquim Xavier Curado, o criador do Exército Brasileiro.

O avô materno Clemente Costa Abreu, era português e tinha a patente de tenente coronel morador na fazenda Santa Rita, situada entre os dois arraiais, Córrego do Jaraguá e Meia Ponte. O pai, tenente José Gomes Curado, era casado com Maria de Serqueira de Assunção, com quem teve cinco filhos, dois homens e três mulheres. Joaquim era o segundo da prole. A família morava e cultivava suas terras ao pé da Serra de Jaraguá, a localidade onde os filhos nasceram e foram criados, ficou conhecida por muito tempo como “fazenda do Conde”. Posteriormente comprada pelo Senhor de engenho Batista José da Rocha, que colocou o nome de Fazenda São Januário, como mostram as notas de venda de suas aguardentes guardadas no Museu das Bandeiras.

Joaquim ficou ali, órfão do pai. Uma das irmãs, Maria Josefa, nascida em 1754, casou-se em 1775, com o comendador português Luis Alves de Amorim, capitão da cavalaria da companhia do Córrego do Jaraguá, posteriormente, seria transferido para Meia Ponte. Feliciano, outra irmã, casa-se com Gregório Pereira Farinha e continuou sempre em Jaraguá. Ana Timóteo, a mais velha, casa-se com o sargento Antônio José de Campos e deixa grande geração em Corumbá, arraial do mesmo distrito religioso.

Sua mãe, viúva desde aproximadamente 1756, casa-se com o Capitão Francisco Soares Bulhões, o bandeirante que a pedido do Governador Antônio Carlos Furtado saiu de à Jaraguá com

comitiva, à procura de ouro em 1771. Achou, mas em uma região do sertão já reservado à coroa portuguesa, fiel vassalo que era, retorna a Jaraguá sem tê-lo explorado e como reconhecimento recebe do rei, o título de Capitão da Cavalaria do Córrego do Jaraguá. Nessa mesma Companhia já estava como furriel, seu irmão Matias Soares de Bulhões. (Cópia da patente encontra-se no livro “HISTÓRIA DE JARAGUÁ”).

Da união com Maria Serqueira, nasceu Inácio Soares de Bulhões. O padrasto de Joaquim possuía forte influência com os políticos ligados à Província e deve ter concorrido, também, com o enteado na sua carreira militar, uma tradição familiar, pois, ao completar 18 anos, Joaquim Xavier Curado teve seu ingresso no exército real.

### **Carreira vitoriosa**

Da brilhante carreira militar, na condição de general e amigo do imperador D. Pedro I, em 1800, pela sua fluente liderança, Joaquim Xavier Curado assume o governo da Província de Santa Catarina. Em 1811, a mando de D. João VI, comanda a invasão do Uruguai e, nessa ocasião, funda a cidade de Livramento, no Rio Grande do Sul, onde instala seu quartel general. Recebe títulos meritosos: Tenente General, Conde de São João das Duas Barras, do Conselho de S. Majestade e da Guerra, Cavaleiro da Casa Imperial, da Ordem da Torre e Espada, da Grã Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador de São Bento de Aviz.

### **O exército nacional**

Em 1822, para defender o imperador D. Pedro I de seqüestro planejado pelo general Avilez que comandava as tropas portuguesas no Brasil, o General Joaquim Xavier Curado, reunindo

apenas soldados brasileiros, dá início à formação de um exército puramente nacional. Foi condecorado com o título de Barão pelo próprio D. Pedro I, além do de Conde que também recebeu em 1826. Joaquim Xavier Curado faleceu aos 84 anos, em 1830, sendo enterrado com honras na igreja São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.

### **Documentos pesquisados**

Eliminando as eventuais controvérsias sobre a naturalidade do General Joaquim Xavier Curado que sempre foi tido como jaraguense, lembremos que os dizeres do seu batistério estabeleceram confusão a respeito do assunto, mas relacionamos fatos relevantes:

1) Bernardo Elis, em seu livro “**General Curado** – Criador do Exército Brasileiro”, faz o comentário: “Eu sempre soube que o general Curado era de Jaraguá, mas Jarbas Jaime apresenta provas...” Provas essas infundadas, baseada no fato de seu batizado ter sido realizado em Meia Ponte. O respeitado e meu mestre escritor Jarbas Jaime (1973), bem como anteriormente Americano do Brasil, cometeram equívocos em suas avaliações.

2) Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, no seu ANNUÁRIO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E DESCRIPTIVO DO ESTADO DE GOYAS, publicado em 1910, escreve: “Jaraguá ufana-se de haver sido o berço de goianos ilustres... dentre os filhos deste abençoado recanto da nobre terra goyana, destaca-se no azul da história, a figura homérica de Joaquim Xavier Curado ...”

3) O sobrinho neto do general Curado, que leva o nome de seu irmão, Inácio Soares de Bulhões, nascido em Jaraguá em 1819, (quando o tio famoso ainda era vivo), completou seus estudos na capital Goiás (antiga Vila Boa). Sendo, inclusive, presidente do seu partido político, bulhonismo, fundou o segundo

jornal goiano: “**A Província de Goyaz**”. No dia 25.08.1870, publicou: “...Jaraguá **deu à luz** ao primeiro general goiano, Marquês de S. João das Duas Barras, Joaquim Xavier Curado ... e de quem o General Raimundo José da Cunha Mattos, visitava sempre a sua casa, e recorda em preciosa memória...”. Portanto, o General Raimundo, era colega, contemporâneo e amigo íntimo de Joaquim. Vejam o que ele escreve:

4) O General Raimundo José da Cunha Mattos, português, foi transferido para esta província como governador das armas, homem culto e de visão, promoveu em 1823-1824, o primeiro censo da região, cuja parte se referindo a Jaraguá, consta na página 123 do livro “**História de Jaraguá**”. Esse general havia narrado em livros, o cotidiano da província e, na publicação intitulada “**Itinerário**”, à página 321, do segundo tomo, escreveu: “... **Homens ilustres de cada arraial: ... General Joaquim Xavier Curado ... natural do Córrego do Jaraguá**”. À página 148 do primeiro tomo, repete, com a seguinte citação: “**Jaraguá ... onde também nasceu o Exmo. Tenente General Joaquim Xavier Curado.**”

5)O pároco de Corumbá, em 1827, escreve sobre o cunhado do General e seu filho, ao expandir um atestado ao Imperador: “*Atesto com juramento... que Antônio José Abrunhosa Campos ... que foram os primeiros moradores dos arraiais de Meia Ponte e Jaraguá o seu bisavô, Tenente General Clemente da Costa Abreu e seu avô José Gomes Curado...*” Portanto, ele era bisneto do primeiro morador de Meia Ponte e neto do primeiro morador de Jaraguá.

Diante de tantas evidências documentais, para orgulho dos goianos seus conterrâneos, certo está que, Joaquim Xavier Curado, nasceu em Jaraguá e foi o criador do Exército Brasileiro. É portanto um grande goiano que merece sua história ser bem contada e ser reverenciado e conhecido por todos.



CRÔNICAS



## O adeus a Pedro Ludovico

*Hélio Rocha\**

Há 40 anos os goianos deram adeus a Pedro Ludovico Teixeira, sem dúvida o maior líder político do Estado e modernizador, na sua época, da vida político-administrativa de Goiás.

Pedro Ludovico morreu no dia 16 de agosto de 1979, depois de ter cumprido longa carreira política, interrompida pela arbitrariedade de um ato de força da ditadura militar, que cassou o seu mandato de senador.



Durante o velório de Pedro Ludovico podia-se ouvir o tango argentino “La Cumparsita”, a música que ele mais gostava. É de minha autoria uma biografia dele, Tu és Pedro, cujo lançamento ocorreu no dia 5 de julho de 2016, no Salão Dona Gercina. A grande pianista Maria Lucy da Veiga Teixeira brindou o público tocando ao piano esta bela canção.

Quando Pedro Ludovico decidiu construir Goiânia e mudar a capital do Estado, Goiás se encontrava no antepenúltimo lugar

---

\* Hélio Rocha é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira nº 09

no ranking econômico dos Estados, à frente, apenas, do Piauí e de Mato Grosso, que ainda não estava dividido. Hoje Goiás está entre os nove primeiros. Quando perguntaram a Juscelino Kubitschek se Brasília não era obra utópica, ele respondeu que, se Pedro Ludovico deu conta de construir Goiânia, ele venceria o desafio de Brasília.

Pedro Ludovico foi político muito íntegro. Seu filho caçula, Goiano, sofreu poliomielite na juventude. Recomendaram a Pedro, que era governador, mandar o filho para tratamento nos Estados Unidos. Ele não tinha o dinheiro necessário. Um amigo, Antônio Queiroz Barreto, ofereceu o valor emprestado. Outro exemplo: quando Mauro Borges, seu filho, decidiu ingressar na vida política, deixando carreira militar, casado e com filhos, passou a viver em casa alugada, mesmo sendo o seu pai quem havia construído a cidade.

Pedro Ludovico era homem culto, dominava o francês e fez muitos discursos importantes no Senado, inclusive atacando muito as arbitrariedades do regime militar, durante a ditadura instalada após o golpe de 1964. Tanto é assim que foi cassado pelo regime.

Era político muito leal aos companheiros. Getúlio Vargas o apontava como exemplo nesse aspecto. Muitos políticos de Goiás se formaram sob a liderança de Pedro Ludovico, como os ex-governadores Juca Ludovico e José Feliciano, o senador Dario Cardoso e o ex-prefeito de Goiânia Venerando de Freitas Borges, Galeno Paranhos, Peixoto da Silveira, padre Trindade, Castro Costa, Benedito Vaz e Jonas Duarte.

## Martiniano se defronta com os coronéis do Judiciário

*Licínio Barbosa\**

Ninguém, antes, se havia lembrado de enfocar um tema assaz desconfortável, sobretudo para os que mourejam, diuturnamente, nas lides judiciais. Eis que poderiam correr o risco de ficar marcados com o sinete dos iconoclastas. Mas Martiniano, que já havia quebrado o tabu de identificar o mal dissimulado preconceito da cor, no Brasil, quebrou mais este tabu, a soberba de alguns magistrados.

No seu livro mais recente, Sombras do Coronelismo na História do Judiciário – 70 anos da Comarca de Mineiros 140 do TJGO”, há pouco lançado, em festejada noite de autógrafos, no IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Martiniano se defronta com o tema proibido, - O coronelismo no Judiciário.

O livro traz orelha de Antônio Flávio de Oliveira, Apresentação de Aidenor Aires intitulada “As Sandálias da Justiça”, e Prefácio de Ney Teles de Paula, ambos integrantes, como Martiniano, da Egrégia Academia Goiana de Letras. A esse apadrinhamento, precede vasta Introdução, profundo estudo, quase ensaio, em que Martiniano mostra, com objetividade, “uma visão panorâmica da história da obra”. Essa obra se compõe, verdadeiramente, de 10 capítulos, além da Apresentação, do Prefácio e de um Posfácio.

---

\* Licínio Leal Barbosa é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira nº 39.

No Primeiro Capítulo, cuida, Martiniano, da Chegada, a Mineiros, e ao Sudoeste, de instalação das primeiras Comarcas.

No Segundo Capítulo, trata, a obra, do Quadro de autoridades do Judiciário, compreendendo Juizes de Direito, Promotores de Justiça, e da qualificação dos Juizes e serventuários da Justiça.

No Terceiro Capítulo, Martiniano trata da origem dos Cartórios (compreendendo servidores titulares e auxiliares), inclusive o Cartório Eleitoral).

No Quarto Capítulo, o livro trata da instalação de órgãos representativos da OAB-Goiás, tais como a Subseção, os Advogados que a integraram na sua origem e os que a eles se juntaram, posteriormente.

O Quinto Capítulo enfoca a Justiça do Trabalho, com a enunciação dos Advogados que fundaram a Junta de Conciliação e Julgamento, sua instalação, e os nomes dos Juizes do Trabalho e demais servidores.

No Sexto Capítulo, Martiniano levanta o “Movimento dos Sem-Fórum”, desde o seu início, uma Carta-Aberta às autoridades sobre o tema, destacando a postura da Subseção da OAB e outras manifestações.

No Capítulo Sétimo, a Luta pela construção de um novo Fórum e os vários movimentos pela sua realização.

O Capítulo Oitavo, Martiniano dedica às “Sombras do Coronelismo”, como o Juiz e o Chefe Político, o Sequestro do Promotor de Justiça, e o “Exercício Arbitrário das Próprias Razões”.

O Capítulo Nono trata do “Ministério Público e (da) Justiça Chamada a Cassar Mandato”, evocando a imagem da Prefeitura cujo cassação do mandato se pleiteou, com a respectiva sentença de cassação, e as idas e vindas com a liminar de suspensão da cassação, e a posterior manifestação do Egrégio TRE-GO, confirmando o mandato questionado.

No Capítulo Dez, entrevistas com juízes de Direito, com promotores de Justiça e com advogados.

O fecho da obra, o Posfácio da Prf<sup>a</sup> Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, ilustre historiadora, e docente da UFG, por todos aclamada pela sua enorme capacidade de pesquisa.

A obra de Martiniano, como quase todas as outras de sua ampla bibliografia, é uma sólida pesquisa de campo, passando pelos arquivos e velhos alfarrábios, que vai, por certo, servir de elemento de pesquisa, quando se for levantar a presença do Poder Judiciário em todo o Sudoeste goiano, com as suas peculiaridades e seus encantos, de que o ‘Parque das Emas’ é a cereja do bolo.

# Capela de São José, Paróquia da Conceição em Campinas<sup>1</sup>

Rafael Moreira da Silva\*

**Foto 1:** Capela de São José, Setor São José



**Fonte:** Matriz, 2001.

A Capela de São José (Setor São José) já teve seus dias de glória: nasceu com a chegada dos padres redentoristas alemães, em 1894, e é nossa mais antiga igreja.

---

\* Rafael Moreira Silva, jornalista e professor universitário.

1 *Capela de São José vai, finalmente, ser restaurada.* Goiânia. Informativo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Campinas, Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ano V, n° 7, 2001

Em 1944 tornou-se parte do Seminário São José para, 20 anos depois, transformar-se apenas no símbolo das missões, das desobrigas, da história dos redentoristas. Já pequena, deu lugar a uma nova igreja (construída do outro lado da rua) e foi, aos poucos, sendo esquecida.

Depois de muita luta, vai finalmente ser restaurada. Sua estrutura física é precária: paredes com rachaduras, vitrôs quebrados, forro corroído pelos cupins e pelas águas, telhado comprometido. Se não for urgentemente restaurada, corre sério risco de desmoronar.

Lembranças de uma capela, de um seminário, de vida na juventude... Numa reminiscência longínqua, a inevitável saudade de momentos irreversíveis. Capela centenária (a original, mais de 100 anos; o prédio atual, 98 anos), na antiga Vila São José, sinal da presença pioneira dos missionários redentoristas, oriundos da Alemanha, na antiga Campinas.

Redentoristas, destinados ao Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade. Em vez de Trindade, uma alternativa: a construção de um convento em Campinas, nas proximidades do córrego Cascavel. Junto do convento, obra de 1895, uma capela doméstica, de 1901.

De convento a seminário, o seminário da Congregação do Santíssimo Redentor. Antes anexa ao seminário, agora uma capela abandonada (entregue aos cupins), sozinha num pequeno espaço, consequência da ausência do antigo prédio do seminário. Opção dos padres, em 1970: um novo prédio, na Vila Aurora.

Dentro da capela, o espaço vazio, sem o sacrário, sem flores, nada de santos (outrora, a presença significativa de São José e Santo Afonso Maria de Ligório, este, o fundador da Congregação do Santíssimo Redentor). O sino, silencioso, numa pequena torre, agora não mais anunciador de missas e orações, como outrora,

para o público interno do centro formador de padres/missionários redentoristas, e para alguns vizinhos espalhados no cerrado circundante.

Dentro dela o silêncio triste, paredes carcomidas, os cantos vazios, a ausência do alegre som dos cantos rituais por vozes de adolescentes sob o teste vocacional religioso. Portas e janelas fechadas diante da escassa programação do templo religioso, no tempo do seu isolamento no bairro agigantado pelo progresso da Campininha, berço da capital goiana.

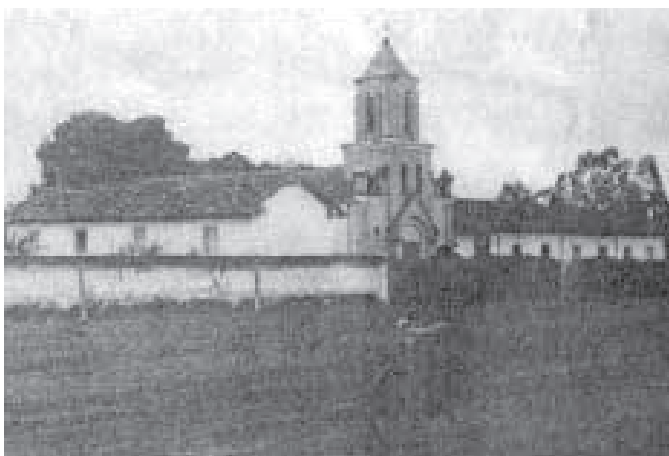
Seminário São José, 1950, 51...; Dentro dele, os pré-adolescentes de calças curtas Rafael, Manoel, Geraldo Coelho Vaz, José Cerqueira Neto, José Antônio, Josias Lemes, Hélio Rocha, José Muniz, Elci, Gil, Nei, Gui, Natan, Naurican Lacerda, Rochael, Eufrásio, G. Corrêa, Ubenai, Mingote, Ivo Pitaluga, Claudino Silveira, Miburges, Luigue Costa Faria, Marcos, S. Abrantes, Epaminondas, Guido Arantes, Alcides e tantos outros educandos provenientes de numerosas cidades goianas – da região da estrada-de-ferro no Sudeste goiano, do Planalto goiano e outras regiões do Estado. Todos com o enxoval completo do dia-a-dia, e necessariamente o terno de brim cáqui para cerimônias especiais; na rouparia, também uma lista de pertences em armário coletivo. Tudo em perfeita ordem, e em ordem alfabética. Tudo de uso coletivo: lavatório (de piso, revestimento e bancada de cimento liso, verde, bacias individuais prontas para o banho de rosto matinal); sapataria, dormitório, refeitório. De fora, a lavanderia, o casarão da adega. Ainda: o curral, o chiqueiro, a horta, grandes pomares, campo de futebol cheio de frondosas mangueiras...

Primeira obrigação: a missa na capela, todos os dias o ritual de orações e cantos; cada um com lugar certo, pela ordem de tamanho na entrada em fila silenciosa. Depois, tempo para tudo: estudo, refeições, lanche no refeitório ou no pomar; trabalho, lazer,

banho nos poços dos regos d'água da horta ou nas águas claras do “Galinha Gorda” (córrego Anicuns)...; nada de ociosidade, a mãe de todos os vícios.

Seminário São José, uma fazenda no cerrado de Campinas. Não uma fazenda-escola, mas uma escola na fazenda, para garantia dos meios de subsistência dos educandos do senhor diretor, o paciente padre Artur Bonoti; ao lado dele, na administração do seminário, o rigoroso padre Neves, o fervoroso padre Cruz e o “frater” Leônidas; auxiliares, para serviços gerais, os religiosos leigos (alemães), sobreviventes da guerra na Alemanha, irmão Joaquim (horta, vinicultura e outras culturas) e irmão Plácido (porteiro); também presente, sem condições de trabalho, vítima da guerra, com distúrbios mentais, sob os cuidados do zeloso Chico, o irmão Martinho, quase todo o tempo numa cela com grades. Curiosas lembranças! Ainda, na lembrança, o padre Pelágio também procedente da Alemanha, uma convivência, no seminário, por menos tempo.

**Foto 2:** O convento (depois seminário) e a capela, em foto de 1938



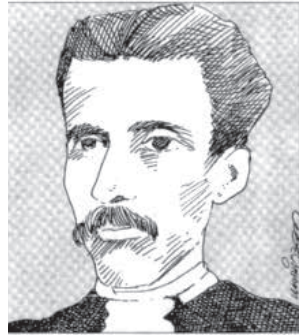
**Fonte:** Matriz, 2001.

Agora, no lugar do seminário campestre, apenas a antiga capela no setor urbano de nome São José, na área denominada Residência Padre Pelágio; certamente, uma emocionante recordação para antigos moradores, para ex-seminaristas; uma lembrança fortalecedora de amizades e despertadora de saudades da vida na juventude em tempos distantes e de companheiros ausentes. Em frente à velha e abandonada capela (patrimônio histórico), do outro lado da rua, a presença de uma nova igreja, a Igreja de São José, na Avenida Padre Wendel. Restauração da antiga capela, patrimônio histórico estadual: uma reivindicação aberta por antigos moradores (dentre os quais Manoel Pantas e sua esposa Maria Alaíde, Ary Wanderlei, Abadio do Couto e sua esposa, Dona Ritinha); uma reivindicação em via de atendimento pela Agência Goiãna de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel), já com parecer técnico favorável à execução das obras.

## Doutor Netto

*José Mendonça Teles\**

Nas primeiras décadas do século passado ainda não havia médico em Goiás, fato registrado pelo naturalista francês, Saint Hilaire, em suas andanças por Goiás, em 1819. Segundo o historiador Claro Augusto de Godoy, o primeiro goiano a conquistar o diploma de médico, foi Teodoro Rodrigues de Moraes, nascido a 9 de novembro



de 1816, em Jaraguá, e falecido a 12 de junho de 1897, no Rio de Janeiro. Além de ter exercido a profissão, foi professor do Lyceu e político, chegando a exercer o cargo de Presidente do Estado.

Distante mais de duzentas léguas do Poder, num tempo em que as comunicações se faziam a cavalo, é de se entender que Goiás, após a decadência do ouro, entrou, também, na fase da decadência moral. Saint Hilaire registra muito bem essa fase. A miséria era tanta que as mulheres não saíam de dia, porque não tinham roupa, e quando chegava o novo Governador, este fazia o seu harém particular, pois tinha, ao seu dispor, as mulheres mais bonitas da cidade, num tempo em que havia mais acasalamientos do que casamentos.

---

\* José Mendonça Teles, Presidente *ad vitam* do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Com relação aos serviços médicos, nem pensar. E olhe que o Hospital Dom Pedro de Alcântara fora fundado no ano de 1825, e no arraial de Cavalcanti, no nordeste goiano, já existia, em 1832, uma Escola de Medicina e Cirurgia, conforme registra o nosso primeiro jornal goiano, *Matutina Meiapontense*. Divaguei um pouquinho para chegar no que eu queria mesmo falar, de um grande médico, que deixou seu nome ligado à história de Goiás: José Netto de Campos Carneiro. Doutor Netto, como era conhecido, nasceu em Catalão, Go., no dia 27 de fevereiro de 1855. Filho de João Netto Cerqueira Leão e Maria Netto Cerqueira. Estudou no Seminário de Santa Cruz, da Cidade de Goiás, depois seguiu para Salvador, Bahia, onde diplomou-se em medicina, e foi especializar-se na Europa. Retornando ao Brasil, veio diretamente para a antiga Capital do Estado, onde montou sua clínica e aí ficou até falecer, no dia 24 de novembro de 1921. Biografado por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, em seu livro *Goyaz, Coração do Brasil*, Doutor Netto não foi político, mas era a pessoa mais importante de Goiás no seu tempo.

Tratava do rico e do pobre com a mesma naturalidade, e tem mais, sem cobrar um tostão. De manhã, na sua porta, aquela fila de doentes, e ele, pacientemente atendia a todos. Com isso, tornou-se adorado pela população, que festejava a data de seu aniversário como se fosse feriado nacional, com direito a banda de música, bailes e outras manifestações. Faleceu solteiro, deixando seus bens, em testamento, para o Orfanato São José.

Tem um livro de sua autoria, *Das febres em Goyaz*, publicado em Porto, Portugal, no ano de 1897, que considero raridade bibliográfica e ponto inicial para quem deseja escrever sobre a história da medicina em Goiás. O livro está fazendo 100 anos, e em suas páginas, o relato fiel de um cientista, de um médico que vasculhava o corpo e a alma do paciente, para aplicar-lhe, emocionado, a vacina da vida.

# **ATIVIDADES DO IHGG**



## Atividades realizadas / outras - 2019

09/01/2019	O presidente do IHGG, escritor Geraldo Coelho Vaz, foi recebido pelo historiador, presidente do Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), Arno Wheling, na sede do Instituto no Rio de Janeiro.
23/01/2019	A convite do Secretário da Cultura de Silvânia, escritor Valdir Antônio Rosa, o Secretário do Estado da Cultura Edval Lourenço e o presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz participaram do 1º Encontro de Escritores realizado naquela cidade goiana.
14/02/2019	O jornalista Elizer Bispo, diretor proprietário do Jornal de Cristalina, visitou o IHGG e foi recebido pelos acadêmicos Geraldo Coelho Vaz, Ubirajara Galli, Bento Fleury e Antônio César Caldas Pinheiro.
14/03/2019	O artista plástico Amaury Menezes, membro do IHGG, a convite da Comissão Permanente de Memória e Cultura do Poder Judiciário de Goiás, presidida pelo desembargador Itaney Francisco Campos (membro do IHGG), exposição no Salão de Arte do (TJGO).
23/03/2019	Uma comissão da área cultural de Goiás visitou o prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado para agradecer a criação do Museu Frei Nazareno Confaloni no prédio da antiga estação Ferroviária de Goiânia.
23/05/2019	O IHGG homenageou a memória do escritor e ex-presidente José Mendonça Teles (1935-2018), grande nome da cultura de Goiás com busto e placa. O trabalho artístico foi executado por Ângelo Ktenas.

26/03/2019	A Secretaria de Cultura de Goiânia e Contato Comunicação Visual convida para a <i>Exposição de Autógrafos de Grandes Escritores Goianos</i> .
28/03/2019	O professor e ex-senador Iram Saraiva lançou a sua mais recente obra Para todo sempre, no Espaço Sofisticato.
29/03/2019	O Sócio Titular do IHGG, historiador Antônio César Caldas Pinheiro tomou posse na recém-criada Eco Academia de Letras, Ciências e Artes de Teresópolis.
08/04/2019	O presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz, recebeu a visita do empresário João Barbado, de Lisboa-Portugal a fim de propor a digitalização do acervo do IHGG.
06/05/2019	O escritor e historiador padre Murah Vaz Peixoto, vigário da cidade de Cumari (GO), visitou o IHGG para tratar da pesquisa histórica que vem desenvolvendo.
27/05/2019	O presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz e Vice-presidente Elizabeth Abreu Caldeira Brito reuniram-se com o Promotor de Justiça Dr. Juliano de Barros Araújo, da 15ª Promotoria de Justiça de Goiás, núcleo de Defesa do Meio Ambiente, para solicitar apoio das demandas do IHGG, no que diz respeito a doação de verbas ou de materiais de informática.
29/09/2019	O jornalista José Osório Naves convidando para o lançamento de seu livro <i>Autobiografia em crônicas – o que vi e reví no fluir de uma vida</i> .
30/05/2019	O Sócio Titular, Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, participando do projeto sobre a Igreja do Rosário, sendo entrevistado no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do IHGG.
09/06/2019	O jornalista e editor-chefe, Adão Divino Batista, do <i>O Comunitário</i> , editado em Palmeiras de Goiás, ofereceu ao IHGG a coleção do jornal, encadernado, período janeiro/dezembro de 2018.

10/06/2019	O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), comunica via ofício, o afastamento do historiador Arno Wheling da presidência e sendo substituído por Vitorino Miranda.
12/06/2019	A Sócia Titular e 2ª vice-presidente do IHGG, escritora Elizabeth Abreu Caldeira Brito recebeu das mãos do Reitor da PUC-GO, Sócio Titular do IHGG, Wolmir Amado, título de Mestre em Letras e Crítica Literária.
15/06/2019	Por proposta do Sócio Titular do IHGG, genealogista Nilson Jaime, foi comemorado o Bicentenário de Saint-Helaire em Goiás, na Fazenda Babilônia, propriedade particular, tombada pelo IPHAN como Patrimônio Nacional e fundada em 1800, pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que fundou o primeiro jornal de Goiás, <i>Matutina Meiapontese</i> , em Pirenópolis. Segundo o naturalista francês: <i>inegavelmente, a mais bela propriedade que havia em toda a região de Goiás.</i>
10/07/2019	O presidente da Associação Goiana de Imprensa, Valterli Guedes e o escritor Tarzan de Castro em companhia do escritor Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Academia Mato-Grossense de Letras visitaram o pesquisador Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG.
14/07/2019	O presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz recebeu a visita do historiador e professor Eduardo Morais de Castro, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
14/08/2019	O professor Altair Sales Barbosa, membro Titular do IHGG, Cadeira nº 30, lançou no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado a sua mais recente obra, <i>O livro da Terra.</i>
12/09/2019	A Academia Goiana de Letras elegeu o escritor e poeta Ubirajara Galli para Presidência (2019/2021) e vice o professor Francisco Itami Campos, ambos são sócios titulares do IHGG.

18/09/2019	Foi realizado nos dias 18 a 20 o VI Festival Literário do Cerrado (FLIC) de Ipameri.
21/09/2019	Foi realizada pela primeira vez a Festa Literária de Silvânia nos dias 21 a 23, sob o patrocínio da Secretaria da Cultura do Município e apoio cultural da Academia de Letras, Artes e História de Silvânia
25/09/2019	A poetisa Sônia Maria Santos tomou posse na Academia Goianiense de Letras no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado. O vice-presidente do IHGG, escritor Hélio Moreira encarregado do discurso de recepção.
16/10/2019	A Associação Goiana de Artes Visuais (AGAV) programou no Centro Cultural Octo Marques exposição coletiva de artistas goianos.
23/11/2019	Na Igreja do Bonfim, em Silvânia, aconteceu o lançamento coletivo de obras dos sócios da Academia de Letras, Artes e História de Silvânia. São eles: Waldir Antônio Rosa, Claudinéia Araújo, Edmar Cotrim, Geraldo coelho Vaz, Elson Gonçalves de Oliveira, Leonice Jacob e Cida Sanches. Esta, presidente da <i>ALAH</i> .
29/11/2019	Tomou posse na Secretaria do Estado de Cultura e economista Adriano Baldy Sant'Ana Braga em substituição ao escritor Edval Lourenço.

# SÓCIOS DO IHGG



**PRESIDENTES DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - 07/10/1932 a 14/04/1933;  
Colemar Natal e Silva - 14/04/1933 a 16/03/1956;  
Zoroastro Artiaga – 07/09/1956 a 20/02/1962;  
Gilberto Mendonça Teles – 20/02/1962 a 23/03/1970;  
Colemar Natal e Silva – 16/03/1973 a 12/01/1993;  
José Mendonça Teles – 12/01/1993 a 05/04/2005;  
Aidenor Aires – 05/04/2005 a 15/04/2013;  
Geraldo Coelho Vaz – 15/04/2013 até os dias atuais.

Presidente Perpétuo:  
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:  
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:  
Marconi Ferreira Perillo Júnior

## SÓCIOS TITULARES

### **Cadeira nº 1**

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

**Titular: UBIRAJARA GALLI**

### **Cadeira nº 2**

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão

**Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA**

### **Cadeira nº 3**

Patrono: Francis Castenau

**Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS**

### **Cadeira nº 4**

Patrono: Guimarães Natal

**Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO**

### **Cadeira nº 5**

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

**Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA**

### **Cadeira nº 6**

Patrono: Zoroastro Artiaga

**Titular: NILSON JAIME**

### **Cadeira nº 7**

Patrono: Arlindo P. Cardoso

**Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO**

### **Cadeira nº 8**

Patrono: Luís Antônio da Silva Souza

**Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS**

### **Cadeira nº 9**

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

**Titular: HÉLIO ROCHA**

### **Cadeira nº 10**

Patrono: Gelmires Reis

**Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL**

### **Cadeira nº 11**

Patrono: Honestino Guimarães

**Titular: IURI RINCON GODINHO**

### **Cadeira nº 12**

Patrono: Caspitrano de Abreu

**Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO**

### **Cadeira nº 13**

Patrono: Pe. Luiz Palacín Gomes

**Titular: WOLMIR THERÉZIO AMADO**

### **Cadeira nº 14**

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

**Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO**

### **Cadeira nº 15**

Patrono: Emanuel Pohl

**Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO**

### **Cadeira nº 16**

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire

**Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO**

### **Cadeira nº 17**

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos

**Titular: JADIR MORAIS PESSOA**

### **Cadeira nº 18**

Patrono: Couto Magalhães

**Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA**

### **Cadeira nº 19**

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre

**Titular: HÉLIO MOREIRA**

### **Cadeira nº 20**

Patrono: Luiz Gonzaga

**Titular: AIDENOR AIRES**

### **Cadeira nº 21**

Patrono: José Lobo

**Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES**

### **Cadeira nº 22**

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina

**Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO**

**Cadeira nº 23**

Patrono: Crispriano Tavares

**Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO**

**Cadeira nº 24**

Patrono: José Lopes Rodrigues

**Titular: NEY TELES DE PAULA**

**Cadeira nº 25**

Patrono: Luiz do Couto

**Titular: JOSÉ AMAURY MENEZES**

**Cadeira nº 26**

Patrono: Jarbas Jayme

**Titular: JACIRA ROSA PIRES**

**Cadeira nº 27**

Patrono: Manoel Onofre Andrade

**Titular: BENTO ALVES ARAÚJO FLEURY CURADO**

**Cadeira nº 28**

Patrono: Bouyhan Helou

**Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO**

**Cadeira nº 29**

Patrono: Salomão Vasconcelos

**Titular: HELOÍSA SELMA FERNADES CAPEL**

**Cadeira nº 30**

Patrono: Clifford Evans

**Titular: ALTAIR SALES BARBOSA**

**Cadeira nº 31**

Patrono: Eurídice Natal e Silva

**Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES**

**Cadeira nº 32**

Patrono: José Peixoto da Silveira

**Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR**

**Cadeira nº 33**

Patrono: Antônio Americano do Brasil

**Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA**

**Cadeira nº 34**

Patrono: Amália Hermano Teixeira

**Titular: vaga**

**Cadeira nº 35**

Patrono: Moisés Santana

**Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO**

**Cadeira nº 36**

Patrono: Ricardo Paranhos

**Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL**

**Cadeira nº 37**

Patrono: Luís Cruls

**Titular: HORIESTE GOMES**

**Cadeira nº 38**

Patrono: Henrique Silva

**Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA**

**Cadeira nº 39**

Patrono: José Honorato de Silva e Souza

**Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA**

**Cadeira nº 40**

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira

**Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES**

**Cadeira nº 41**

Patrono: Maria Barbosa Reis

**Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO**

**Cadeira nº 42**

Patrono: Ministro Jorge Latour

**Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ**

**Cadeira nº 43**

Patrono: Cora Coralina

**Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO**

**Cadeira nº 44**

Patrono: Francisco Tosi Colombina

**Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA PARAGUASSÚ**

**Cadeira nº 45**

Patrono: Cândido Mariano Rondon

**Titular: HEITOR ROSA****Cadeira nº 46**

Patrono: Manoel Aires Cabral

**Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO****Cadeira nº 47**

Patrono: Regina Lacerda

**Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO****Cadeira nº 48**

Patrono: Rosarita Fleury

**Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS****Cadeira nº 49**

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado

**Titular: SANDRO DUTRA****Cadeira nº 50**

Patrono: Gerson de Castro

**Titular: NOÉ FREIRE SANDES****SÓCIOS EMÉRITOS**

Ana Braga

Ático Villas Boas †

Binômio da Costa Lima

Cristovam Francisco do Castilho

Elder Camargo Passos

Geraldo Coelho Vaz

José Mendonça Teles †

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Luís Antônio Estevam

Mari de Nazaré Baiochi

Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes

Maria Terezinha Campos Santana

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Ursulino Tavares Leão †

**SÓCIOS BENEMÉRITOS**

Humberto Crispim Borges †

Gilberto Mendonça Teles

**SÓCIOS CORRESPONDENTES****(NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)**

Adilson César

Ana Maria de Almeida Camargo

Andréa Luísa de Oliveira Teixeira

Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello

Arno Wehling

Bráulio Nascimento

Carlos Gomes de Carvalho

Carlos Granado Vieira de Castro

Consuelo Pondé de Sena †

Cybelle Moreira de Ipanema

Djalma Silva †

Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira

Dulce Madalena Rios Pedroso

Edmar Camilo Cotrim

Esther Caldas Guimarães Bertoletti

Filadelfo Borges Lima

Gilson Silva †

Gustavo Neiva Coelho

Hilda Agnes Hübner Flores

Iapery Soares de Araújo  
Itapuan Bôtto Targino  
Jayme Lustosa de Altavila  
João Alberto Novis Gomes Monteiro  
João Asmar †  
José Faria Nunes  
Josemar Bezerra Raposo  
José Otávio de Arruda Melo  
José Luiz Bittencourt  
Manoel Rodrigues Ferreira  
Marlene Gomes Velasco  
Maria Helena de Amorim Romacheli  
Mauro da Costa Lima  
Melquádes Pinto Paiva  
Osvaldo Rodrigues Póvoa  
Paulo Nunes Batista †

Padre Ronaldo Silva  
Ramir Curado  
Sonia Maria Ferreira  
Stella Leonardos †  
Terezy Fleury Godoi  
Umbelina Frota †  
Valdemes Ribeiro Menezes †  
Valdon Varjão †  
Vera Lopes Siqueira  
Yasmin Jamil Nadaf  
Yvan Avena †  
Zélia dos Santos Diniz  
Zilda Pires da Silva  
Wellington Aguiar  
Toniquinho JK

## SÓCIOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAL

Esteban Alvarado Vera  
Jaime Romanini Gainza  
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo  
Wellington Castillo Sánchez

## SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida †  
Armando Calheiros Acioli  
Eliézer Penna †  
Goiana Vieira da Anunciação  
Hélio Seixo de Brito Júnior  
Jônathas Silva  
Jorge de Moraes Jardim  
Kleber Adorno  
Leonardo Martins Normanha  
Lourival Louza Júnior

Luiz José Bittencourt  
Maria Abadia Silva  
Milca Severino Pereira  
Nelson Patriota  
Pedro Paulo Montenegro  
Pedro Wilson Guimarães  
Terezinha Vieira dos Santos  
Vilmar da Silva Rocha  
Waldyr Eduardo Aidar †  
Walterdan Fernandes Madalena



# GALERIA DE FOTOS





Dr. Juliano de Barros Araújo, promotor de justiça e Coelho Vaz, presidente do IHGG



Alcione Guimarães, Maria Teresinha Campos Santana, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Virginia Castello Branco, Elizabeth Caldeira Brito e Sônia Ferreira.



Nilson Jaime, Lêda Selma, Telma Lopes Machado e Geraldo Coelho Vaz – Fazenda Babilônia



Fazenda Babilônia



Jacira Pires, Maria Narcisa Cordeiro e Nilson Jaime – Fazenda Babilônia



Elizabeth Caldeira Brito, PX Silveira, Bariani Ortencio, Bento Fleury, Nelson Santos (Fotografo) e Geraldo Coelho Vaz.



Bento Fleury, Nanci Araújo, Elizabeth Caldeira Brito, Antônio Cesar Caldas Pinheiro e Geraldo Coelho Vaz.



Desembargador Ney Teles de Paula, Coelho Vaz, Bento Fleury, Orlando Ferreira, Pedro Nolasco, Amaury Menezes, Ubirajara Galli, Celson Antônio Ramos Jubé. Sentadas: Elizabeth Caldeira Brito e Maria Narcisca Cordeiro





Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a EDITORA GRÁFICA/ KELPS declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da EDITORA GRÁFICA/  
KELPS, no papel: Off-set 75g/m<sup>2</sup>, composto nas fontes  
Minion Pro, corpos 8, 10 e 11,5 e Aller, corpo 18  
Julho, 2019

---

A revisão final desta obra é de responsabilidade da instituição